



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 38

SÁBADO, 28 DE MARÇO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 35ª SESSÃO, EM 27 DE MARÇO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

— Projeto de Lei da Câmara nº 9/92 (nº 1.812/91, na origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão, nos Quadros Permanentes das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amapá, Roraima e Tocantins e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/92 (nº 2.484/92, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de primeiro grau da 2ª região e dá outras providências.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 106/92, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando autorização para desempenhar missão no exterior.

— Nº 107/92, de autoria do Senador João Calmon, solicitando licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa e do País, no período de 2 a 17 de abril.

1.2.3 — Comunicação

— Do Senador Fernando Henrique Cardoso, de que se ausentará do País no período de 27 de março a 4 de abril.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR MAURÍCIO CORRÊA — Apresentação de emenda ao Projeto da Lei Orgânica do Ministério Público, resguardando direitos dos Procuradores- Gerais da República junto ao TCU. Posição de S. Exª contrária à antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo. Ação efetiva do Ministério Público na apuração das denúncias de corrupção no Governo, focalizadas na sessão do Senado de ontem pelo Sr. Pedro Simon.

SENADOR JOSÉ PAULO BISOL, pela ordem — Solicitando esclarecimentos sobre o término do prazo para apresentação de emendas e erros nos avulsos do Projeto de Lei da Câmara nº 73/91, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

SENADOR PEDRO SIMON — Necessidade do comparecimento do Sr. Pedro Paulo Leoni à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para prestar informações sobre a Petrobrás. Defesa do parlamentarismo.

SENADOR OZIEL CARNEIRO — Artigo do jornalista João Emílio Falcão, publicado no 1º número do jornal *Momento Político*, enaltecendo o comportamento de homem público do Ministro Jarbas Passarinho.

SR. PRESIDENTE — Solidariza-se, em nome da Mesa, com o pronunciamento do Sr. Oziel Carneiro.

SENADOR ODACIR SOARES — Outorga, pelo Senhor Presidente da República, do prêmio "Almirante Álvaro Alberto" aos cientistas Antônio Cândido de Melo Sousa e Leônidas Melo.

SENADOR NEY MARANHÃO — Considerações sobre a antecipação do plebiscito sobre a forma de governo, posicionando-se em defesa do presidencialismo.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral R\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

SR. PRESIDENTE — Resposta à questão de ordem levantada pelo Senador José Paulo Bisol.

SENADOR VALMIR CAMPELO — 21º aniversário da cidade de Ceilândia-DF.

SENADOR MAGNO BACELAR — Manutenção ilícita dos fundos públicos, visto haver-se esgotado o prazo previsto na Constituição de 1988.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Política agrícola e alocação de recursos para as culturas do cacau, café e cana-de-açúcar.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Inexistência de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

1.2.6 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE

— Nºs 99 a 108, de 1992

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 35ª Sessão, em 27 de março de 1992**2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura**

**Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Amir Lando,
Nabor Júnior e Carlos Patrocínio**

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Amir Lando — Beni Veras — Chagas Rodrigues — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — João Rocha — José Paulo Bisol — Jutahy Magalhães — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Nabor Júnior — Ney Maranhão — Odacir Soares — Oziel Carneiro — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**OFÍCIOS**

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 1992

(Nº 1.812/91, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral)

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão, nos Quadros Permanentes das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amapá, Roraima e Tocantins e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, nos Quadros Permanentes das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amapá, de

Roraima e de Tocantins os cargos de Técnico Judiciário AJ-021, Taquígrafo Judiciário AJ-022, Auxiliar Judiciário AJ-023, Agente de Segurança Judiciária AJ-024, Atendente Judiciário AJ-025, Inspetor de Segurança Judiciária AJ-026, Médico NS-901, Contador NS-924, Bibliotecário NS-932 e Auxiliar de Enfermagem NI-1001, na forma constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Ficam criados, nos Quadros Permanentes das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amapá, Roraima e Tocantins, no Grupo Direção e Assessoramento Superiores — DAS-100, os cargos constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Os servidores atualmente requisitados para as Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amapá, Roraima e Tocantins poderão ter suas requisições renovadas anualmente.

Art. 4º Não poderão ser nomeados, a qualquer título, para Funções Gratificadas da Secretárias dos Tribunais Regionais Eleitorais parentes, consanguíneos ou afins, na linha reta ou na colateral, até o terceiro grau, de Juízes e Procuradores em atividade ou aposentados há menos de cinco anos, exceto se integrantes do Quadro Funcional mediante concurso público.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei o Tribunal Superior Eleitoral expedirá as instruções necessárias.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos Tribunais Regionais Eleitorais de que trata a presente Lei ou de outras para esse fim destinadas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I

(Artigo 1º, da Lei nº , de)

Criação de Cargos de Provimento Efetivo

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

Denominação	Código	Nº de Cargos
Técnico Judiciário	AJ-021	10
Taquígrafo Judiciário	AJ-022	02
Auxiliar Judiciário	AJ-023	20
Agente de Segurança Judiciária	AJ-024	05
Atendente Judiciário	AJ-025	20
Inspetor de Segurança Judiciária	AJ-026	03
Médico	NS-901	01
Auxiliar de Enfermagem	NI-1001	01
Bibliotecário	NS-932	01
Contador	NS-924	01

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

Denominação	Código	Nº de Cargos
Técnico Judiciário	AJ-021	10
Taquígrafo Judiciário	AJ-022	02
Auxiliar Judiciário	AJ-023	20
Agente de Segurança Judiciária	AJ-024	05
Atendente Judiciário	AJ-025	20
Inspetor de Segurança Judiciária	AJ-026	03
Médico	NS-901	01
Auxiliar de Enfermagem	NI-1001	01
Bibliotecário	NS-932	01
Contador	NS-924	01

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

Denominação	Código	Nº de Cargos
Técnico Judiciário	AJ-021	15
Taquígrafo Judiciário	AJ-022	02
Auxiliar Judiciário	AJ-023	30
Agente de Segurança Judiciária	AJ-024	05
Atendente Judiciário	AJ-025	30
Inspetor de Segurança Judiciária	AJ-026	03
Médico	NS-901	01
Auxiliar de Enfermagem	NI-1001	01
Bibliotecário	NS-932	01
Contador	NS-924	01

ANEXO II

(Artigo 2º, da Lei nº , de)

Criação de Cargos de Provimento em Comissão

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE AMAPÁ

Denominação	Código	Nº de Cargos
Diretor-Geral	DAS-101	01
Diretor de Secretaria	DAS-101	02
Diretor de Subsecretaria	DAS-101	02
Diretor de Divisão	DAS-101	01
Chefe de Cartório de		
Zona Eleitoral da capital	DAS-101	01
Assessor	DAS-102	01

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

Denominação	Código	Nº de Cargos
Diretor-Geral	DAS-101	01
Diretor de Secretaria	DAS-101	02
Diretor de Subsecretaria	DAS-101	02
Diretor de Divisão	DAS-101	01
Chefe de Cartório de		
Zona Eleitoral da capital	DAS-101	01
Assessor	DAS-102	01

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

Denominação	Código	Nº de Cargos
Diretor-Geral	DAS-101	01
Diretor de Secretaria	DAS-101	02
Diretor de Subsecretaria	DAS-101	02
Diretor de Divisão	DAS-101	01
Chefe de Cartório de		
Zona Eleitoral da capital	DAS-101	01
Assessor	DAS-102	01

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV
Da Organização dos PoderesCAPÍTULO I
Do Poder LegislativoSEÇÃO VIII
Do Processo LegislativoSUBSEÇÃO III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CAPÍTULO III
Do Poder JudiciárioSEÇÃO I
Disposições Gerais

Art. 96. Compete privativamente:

II — ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízes que lhes forem vinculados;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 1992

(Nº 2.484/92, na Casa de origem)

(De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça)

Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de primeiro grau da 2ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criadas 35 (trinta e cinco) Varas na Justiça Federal de primeiro grau da 2ª Região, na Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Ficam criados, no Quadro de Juízes da Justiça Federal de primeiro grau da 2ª Região, 35 (trinta e cinco) cargos de Juiz Federal e 35 (trinta e cinco) cargos de Juiz Federal Substituto.

Parágrafo único. Haverá em cada Vara um cargo de Juiz Federal e um de Juiz Federal Substituto.

Art. 3º Os cargos de Juiz Federal serão providos por nomeação, dentre os Juízes Federais Substitutos, alternadamente, por antiguidade e por escolha em lista tríplice de merecimento, e os de Juiz Federal Substituto mediante habilitação em concurso público de provas e títulos (art. 93, da Constituição Federal), organizado na forma estabelecida no Regimento Interno do Tribunal.

Art. 4º Os Juízes Federais e os Juízes Federais Substitutos poderão solicitar permuta ou remoção de uma para outra Vara, na mesma Seção ou Região, mediante requerimento dirigido ao Juiz Presidente do Tribunal, que submeterá o pedido à apreciação do Plenário, nos termos do que dispuser o Regimento Interno.

Art. 5º Ficam criados, no Quadro Permanente de Pessoal das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeiro Grau da 2ª Região, os cargos constantes do Anexo desta Lei.

Parágrafo único. Não poderão ser nomeados, a qualquer título para cargos de Direção e Assessoramento Superiores, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, de Magistrados e Procuradores em atividade ou aposentados há menos de 5 (cinco) anos, exceto se integrantes do Quadro Funcional mediante concurso público.

Art. 6º Cabe ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região prover os demais atos necessários à execução desta lei, inclu-

sive quanto ao prazo de instalação, localização e nomeação ordinária das Varas, podendo ainda estabelecer especialização em razão da matéria, de acordo com a conveniência do serviço.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à

Justiça Federal de primeiro grau da 2ª Região, a partir do exercício de 1992.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO

QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DAS SECRETARIAS DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 2ª REGIÃO

(Art. 5º da Lei nº , de de de 199)

Grupos	Categorias/Cargos	Códigos	Nº de Cargos
Direção e Assessoramento Superiores (JF-DAS-100)	Diretor de Secretaria	JF-DAS-101	35
	Diretor de Subsecretaria	JF-DAS-101	02
	Diretor de Núcleo	JF-DAS-101	11
Atividades de Apoio Judiciário (JF-AJ-020)	Técnico Judiciário	JF-AJ-021	265
	Oficial de Justiça		
	Avaliador	JF-AJ-025	192
	Auxiliar Judiciário	JF-AJ-022	550
	Atendente Judiciário	JF-AJ-023	218
Outras Atividades de Nível Superior (JF-NS-900)	Agente de Segurança Judiciária	JF-AJ-024	68
	Médico	JF-NS-901	03
	Odontólogo	JF-NS-909	02
	Engenheiro	JF-NS-916	02
	Contador	JF-NS-924	04
Outras Atividades de Nível Médio (JF-NM-1000)	Auxiliar de Enfermagem	JF-NM-1001	03
	Técnico de Contabilidade	JF-NM-1042	06
	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	JF-NM-1006	25
Processamento de Dados (JF-PRO-1600)	Operador	JF-PRO-1603	16
	Digitador	JF-PRO-1604	14

LEGISLAÇÃO CITADA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO III Do Poder Judiciário

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I — ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos,

com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II — promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de

seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

III — o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância ou, onde houver, no Tribunal de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe de origem;

IV — previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrado como requisitos para ingresso e promoção na carreira;

V — os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

VI — a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

VII — o juiz titular residirá na respectiva comarca;

VIII — o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa;

IX — todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

X — as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI — nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 106, DE 1992

Tendo sido convidado para participar da 94ª Assembleia Geral da Aliança Internacional de Turismo, a ser realizada em Sevilha — Espanha, solicito me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos dos arts. 55, III, da Constituição Federal, e 40, § 1º, alínea a, do Regimento Interno, devendo estar ausente do País, no período de 29 de março a 12 de abril do corrente ano.

Atenciosamente, Senador Lourival Baptista.

REQUERIMENTO Nº 107, DE 1992

Brasília, 26 de março de 1992

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40, letra a, do Regimento Interno, requero licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa do País, no período de 2 a 17 de abril do corrente exercício

quando, na qualidade de membro da delegação brasileira junto à União Interparlamentar, participarei da 87ª Conferência Interparlamentar, em Yaounde — República dos Camarões.

Aproveito a oportunidade para reiterar protestos de alta estima e superior consideração.

Senador João Calmon.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — os requerimentos lidos serão remetidos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser submetidos à deliberação do Plenário, após a Ordem do Dia.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Brasília, 26 de março de 1992.

Senhor Presidente,

Para fins do disposto no art. 39, alínea a e parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, e tendo em vista aprovação do Requerimento nº 101/92, comunico a V. Exª que me ausentarei do País no período compreendido entre os dias 27 de março a 4 de abril.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª meus protestos de consideração e apreço.

Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta semana, terça-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em reunião extraordinária, apreciou a Lei Orgânica do Ministério Público, da qual foi Relator, o Senador Pedro Simon.

Como todos sabem, a Constituição manteve a Procuradoria junto ao Tribunal de Contas da União, o projeto do Senador Pedro Simon previa a manutenção do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, como órgão independente, desvinculado da Procuradoria-Geral da República.

Quando se elaborava a Constituição, discutiu-se muito essa matéria e, ao final dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o que compunha o Ministério Público? Ficou definido no art. 128 que o Ministério Público da União compreende: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Ministérios Públicos dos Estados. Como se vê, nesse artigo não está contemplado o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Por quê? Porque há uma tradição no Brasil de que o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão especializado, mas não o Ministério Público, que integra especificamente o Ministério Público da União. Tanto é que as competências do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, são distintas daquelas estatuídas no art. 129, institucionais, do Ministério Público enquanto *parquet*.

Ao elaborar-se o art. 130, consignou-se: vou citar o art. 130.

“Art. 130. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições

desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura."

Ora, se fosse intenção da Constituinte manter o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União como integrante do Ministério Público Federal, não se colocaria, evidentemente, na Constituição, que se aplicariam aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União essas disposições relativas a direitos, vedações e forma de investidura, porque se esses membros fossem integrantes do Ministério Público Federal, não haveria necessidade desse dispositivo. Alega-se que foi um erro, mas a verdade está no texto constitucional.

Sr. Presidente, apresentei destaque, para que seja reincorporado ao texto originário do Relator, no sentido de que seja mantido o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, como órgão especializado, portanto, desvinculado do Ministério Público Federal, cujas atribuições são aquelas arroladas no art. 129, como já mencionei. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, tem uma atividade totalmente diversificada, e é necessário que haja uma agilização dos processos junto ao Tribunal de Contas da União. Esses processos, agora, na hipótese de a competência passar para os membros do Ministério Público Federal, serão encaminhados à Procuradoria-Geral da República, ou esta designará membros do Ministério Público da União, para funcionarem juntos ao Tribunal de Contas da União. Vê-se, por aí, que poderá haver atrasos, como tem ocorrido na Procuradoria-Geral da República, que não tem condições humanas nem materiais para dar conta do imenso cipoal de processos que são levados à Procuradoria-Geral da República. Tanto mais agora com essa atribuição que se deu ao Ministério Público Federal, que passou a ter esse elenco de atribuições e, hoje, como todos nós sabemos, há milhares de representações. Diariamente, chegam à Procuradoria-Geral da República denúncias de todo o Brasil a respeito de corrupção, irregularidades, enfim, pessoas do povo levam ao Procurador-Geral da República suas perplexidades e ansiedades com relação a esses desvirtuamentos, haja vista os episódios a que temos assistido como o do ex-Ministro Alcení Guerra; acompanhamos o que tem acontecido, no que tange às irregularidades apontadas no exercício do Ministério do Sr. Antônio Rogério Magri. Isso, na verdade, deu imenso trabalho à Procuradoria-Geral da República, e acredito que, por se tratar de órgão especializado, deveria ser mantido o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Indago, se porventura prevalecer a tese de que deve haver um só Ministério Público, e, portanto, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas seja extinto, para que em seu lugar ingresse o Ministério Público Federal, como vai ficar a situação dos atuais integrantes do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas? São Procuradores que fizeram concurso e exercem funções que, de uma hora para outra, estarão desvestidos das suas atribuições. Vou sustentar, Sr. Presidente, a manutenção do capítulo que foi extirpado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vencidos os votos minoritários.

Estou apresentando emenda — na hipótese de o Plenário entender que o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas deve ser extinto — no sentido de que seja resguardada a situação dos atuais Procuradores junto ao Tribunal de Contas da União.

De modo que vou trazer, como emenda, artigo já consignado na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, nos seguintes termos:

"Os atuais ocupantes de cargos de Procurador junto ao Tribunal de Contas da União integrarão quadro suplementar em extinção, assegurados os seus direitos e observadas as suas gerações.

Parágrafo único. Os cargos referidos neste artigo, à medida em que forem vagando, serão transformados em cargos de Procurador do Ministério Público Federal."

É o mínimo que se pode fazer, Sr. Presidente, para assegurar os direitos daqueles Procuradores que estão no pleno exercício das atividades junto ao Tribunal de Contas da União.

Em segundo lugar, aproveitando a ligeira intervenção que faço na manhã de hoje, manifesto mais uma vez minha preocupação concernente à emenda que está sendo aprovada na Câmara dos Deputados, que determina a antecipação do plebiscito previsto no art. 2º do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos seguintes termos:

"Art. 2º - No dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que devem vigorar no País."

O Senador José Richa apresentou emenda no Senado que, depois de ter passado no primeiro turno, acabou sendo derrotada por três ou quatro votos no segundo turno.

A razão pela qual nos manifestamos naquela oportunidade contra a emenda estava no fato de que a antecipação do plebiscito forçosamente iria deflagrar um processo de implantação imediata do parlamentarismo no Brasil. No caso, seria uma situação irreversível, pois haveria a implantação do parlamentarismo, caso a resposta popular fosse satisfatória, antes do término do governo do Presidente Fernando Collor.

Temos que defender as instituições da República, e a Presidência é uma instituição que integra o complexo da República. Portanto, não deve haver antecipação. Essa emenda, se aprovada na Câmara dos Deputados, virá ao Senado. E desde já me posiciono contrariamente a essa antecipação, porque, quando elaboramos a Constituição Federal, colocamos, no Ato Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo que acabei de citar, no sentido de que o plebiscito acontecesse no dia 7 de setembro de 1993. Questiona-se que uma disposição transitória não pode ser objeto de emenda à Constituição. Na verdade, o Poder Constituinte Originário foi aquele que se instalou na legislatura passada e que permitiu a elaboração da Constituição, sob cuja égide o Brasil está vivendo. Portanto, indagar-se-á se o Congresso atual teria competência para modificar o que foi a manifestação soberana da Assembleia Nacional Constituinte. Aqueles parlamentares foram eleitos, especificamente, naquele instante, para a elaboração do texto constitucional.

Quer-me parecer, Sr. Presidente, que seria um gesto contra a soberania do povo que, ao eleger aqueles Parlamentares, lhes deu a condição de Constituintes. Agora, pretende-se fazer essa revisão para mudar uma data que foi estipulada pelos Constituintes brasileiros para o dia 7 de setembro de 1993.

Quero fazer uma referência, aqui, especificamente a respeito da questão da revisão constitucional, que, alega-se, deveria acontecer antes do plebiscito. Na verdade, hoje, não para

mais dúvida a respeito desse assunto, porque a Constituição determina, em artigo seguinte, que a revisão se realizaria quando o texto constitucional completasse cinco anos de vigência.

Por que os Constituintes entenderam que deveria haver uma revisão constitucional depois de cinco anos de vigência do texto? Porque, naquele instante, entendeu-se que o texto deveria entrar em experimentação, ser exercitado; as instituições republicanas deveriam usar, examinar, pôr em prática a Constituição. Somente após os cinco anos aconteceria a revisão constitucional, exatamente para que, baseados nos equívocos, nos erros que cometemos, pudéssemos fazer uma revisão constitucional, adaptando o texto à realidade, modificando-lhe os artigos necessários.

Entendo que, tecnicamente, o plebiscito deveria ocorrer depois da revisão constitucional, até por economia processual. Mas, infelizmente, esta é uma questão que está no texto constitucional e que deve ser respeitada.

Srs. Senadores, não concordo com essa antecipação, porque discutimos amadurecidamente esse problema e colocamos no texto que o plebiscito se daria em 7 de setembro de 1993. Votarei contra essa emenda, se chegar ao Senado, não porque não seja parlamentarista sou — parlamentarista dentro de um Partido nitidamente presidencialista. Não posso deixar, como brasileiro, de reconhecer que o melhor sistema de governo é o parlamentarismo, pois nos daria condições de ultrapassar os grandes obstáculos e vencer as grandes crises que constantemente assolam o Brasil. Concordaria com a implantação de um sistema parlamentar desde que isso ocorresse dentro dos termos constitucionais, no momento adequado, depois de as organizações partidárias estarem sólidas. Teríamos, antes, que votar uma Lei Orgânica dos Partidos Políticos que lhe desse consolidação, acabando com essa imensa fauna de partidos políticos que há no Brasil, muitos dos quais existem apenas para aparecer na televisão e para fazer barganhas, que são por nós evidentemente rejeitadas e tidas como algo nocivo dentro do Sistema Federativo.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Concedo o aparte ao nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Todos nós reconhecemos a inteligência, o brilhantismo de V. Exª, quando trata, principalmente de assuntos da área jurídico-constitucional. Temos grande respeito pelas palavras e pelas posições de V. Exª E, especialmente, no que concerne à revisão constitucional em 1993, estou de pleno acordo com V. Exª Na atual Constituição existem erros, precipitações e atos que iremos revisar nessa data, principalmente dentro da óptica do mundo atual, há muita coisa a ser modificada e atualizada. No entanto, Senador Maurício Corrêa, V. Exª sabe que sou presidencialista radical. Não concordo, de maneira alguma, que deva ser implantado o parlamentarismo neste País agora, não porque seja contra esse sistema. Considero-o ideal para o mundo atual e para o Brasil daqui a vinte anos. Culpo a ditadura de longos anos por ter podado as lideranças emergentes e deixando órfãos os partidos políticos. Existem as lideranças anteriores ao governo militar, como Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, Hélio Garcia, em Minas Gerais e Antônio Carlos Magalhães, na Bahia. Mas as lideranças novas, estas, o povo brasileiro está começando a conhecer neste momento. Essa ação prejudicou tremendamente os partidos políticos. Veja V. Exª que nas

pesquisas atuais, partido político só empata com banqueiro: 3% nas pesquisas. O povo vota hoje, pelo menos até agora, Senador Maurício Corrêa, na pessoa. Está provado. V. Exª veja o caso do Presidente Collor, o caso do Governador Hélio Garcia, eleito por um partido cuja sigla ninguém conhece direito. O Governador Leonel Brizola representa o trabalho, e quando falo trabalhismo é o de Getúlio. O nome Leonel Brizola seria eleito por qualquer partido. Então, naquela época, quando votei a Emenda Richa, mantive minha opinião. Quem vai dar a decisão final sobre o sistema de governo a ser implantado neste País será o povo. V. Exª sua opinião, com a autoridade que tem como jurista e constitucionalista, no sentido de que devemos, na futura reforma constitucional, mudar até mesmo a fiscalização da Justiça Eleitoral. Agora, quero referir-me à maneira como a imprensa trata o Congresso. Não quero dizer que não temos defeitos. Temos. Cito um deles. Eu era Deputado pelo Rio de Janeiro, e com o Governador não tínhamos esse negócio de esforço concentrado. O esforço concentrado, no Palácio Tiradentes, era de segunda a sexta-feira. Veja V. Exª quantos Senadores estão aqui, hoje, sexta-feira, debatendo assuntos de grande interesse para o País. Nosso dever, como Deputados e Senadores, é estar aqui para trabalhar. Depois que viemos para Brasília, esse esforço concentrado se resume a dois, três dias de trabalho, o que gera um efeito devastador para a imagem do Congresso. V. Exª no entanto, apresenta um projeto de grande importância para o País e a imprensa não divulga essa iniciativa. Por outro lado, se V. Exª cometer algum erro, por menor que seja, no dia seguinte este virará manchete de jornal. Não acredito muito nessas pesquisas de opinião pública sobre os partidos. Quando o povo chegar a entender que parlamentarismo significa tirar grande parte do poder do Presidente da República para entregá-lo ao Congresso... — a surra vai ser pior do que tapete em dia de festa, segundo um adágio popular usado no Nordeste. Não acredito que, com o plebiscito, haja mudança de Governo. Eu concordava com a antecipação do plebiscito como estabelecia a Emenda Richa, porque, nobre Senador Maurício Corrêa, se esse plebiscito for feito como manda a atual Constituição, depois da revisão constitucional, vai-se criar um ambiente político muito tumultuado, as candidaturas já estarão nas ruas. Concordo com V. Exª que a data da revisão da nossa Carta Magna deve ser respeitada, mas, quanto ao plebiscito, quanto mais rápido for realizado, melhor, porque, a partir daí, resolvido o assunto, caminharemos para o que o povo brasileiro deseja, de acordo com o regime que vier a ser implantado. Era o aparte que eu queria dar ao seu pronunciamento.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Exª se posiciona favoravelmente a essa antecipação, porque acredita que a resposta popular será negativa. Em parte, V. Exª tem razão. Porque, à medida que houver antecipação, inclusive sem o esclarecimento maior da população, a resposta do povo deverá ser, penso eu, favoravelmente à manutenção do sistema presidencialista de governo. Quero, inclusive, estar com V. Exª nessa sua preocupação, porque tenho certeza absoluta de que, na hora em que se deflagrar esse processo, o Governador Leonel Brizola irá à televisão, o ex-Governador Miguel Arraes irá à televisão, assim como irão o Governador Antônio Carlos Magalhães, o ex-Governador Orestes Quércia e todos os outros líderes brasileiros, para dizer que o Congresso — aquele velho argumento — está desgastado, que os políticos não merecem credibilidade. Seria trocar apenas a Presidência da

República, que é eleita pelo povo, por um que vai mandar — o Primeiro-Ministro será escolhido por nós. Essa é a concepção que vai haver aí fora, que nos vão emprestar os que defendem o presidencialismo. Acredito que por isso V. Ex^a se sente confortável para admitir a antecipação. Mas como sou parlamentarista...

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a uma ligeira interrupção? (Assentimento do orador.) — O Senado Federal perderá sua razão de existir. V. Ex^a sabe que no regime parlamentarista vamos valer muito pouco. Estou, também, defendendo esta Casa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Perfeito, Senador Ney Maranhão! V. Ex^a tem razão. A antecipação do plebiscito conjura contra aqueles que defendem exatamente essa antecipação e até, no mérito, para a implantação futura do parlamentarismo.

O Sr. Oziel Carneiro — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Maurício Corrêa?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Com prazer, ouço o aparte do nobre Senador Oziel Carneiro.

O Sr. Oziel Carneiro — Nobre Senador Maurício Corrêa, Líder do PDT, estou ouvindo V. Ex^a, um jurista e constitucionalista de renome, declarando a impossibilidade constitucional de ser alterado o que está no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para antecipar o plebiscito. Eu não discutiria, naturalmente por não ser jurista, a questão enfocada por V. Ex^a, sob o aspecto legal. Mas, o farei rapidamente, num aparte, sob a ótica política. Quando o Senado votou, em segundo turno, a emenda do Senador José Richa, eu, inclusive, como Líder do PDS, usei da palavra e encaminhei em sentido contrário. Achava eu que era uma antecipação excessiva, e isso, como bem argumentou V. Ex^a, poderia desencadear uma crise político-institucional neste País, já que muitos viam na aprovação daquela emenda uma oportunidade para desestabilizar o Governo do Presidente Collor e, quem sabe, impor o parlamentarismo-já. No entanto, eu, que sou presidencialista por convicção, estou hoje comungando com o ponto de vista externado pelo Senador Ney Maranhão, Líder do PRN nesta Casa. Acredito que a antecipação para o mês de abril, como previsto na emenda aprovada na Câmara dos Deputados, possibilitará, sem dúvida, uma oportunidade, já que está previsto, também, no Ato, para o ano de 1993, embora no mês de setembro, mas que se fará no mês de abril, para que se possa debater, aí fora, as excelências do parlamentarismo e as virtudes do presidencialismo. Não com essa ótica que V. Ex^a diz muito bem, provavelmente será colocada, que o Congresso é incompetente, é incapaz, que vai subtrair ao povo o direito de escolher diretamente o dirigente da Nação. Mas, teríamos que ter a oportunidade de discutir sobre o aspecto cultural do nosso povo, sobre o comportamento de parte do Parlamento e não do Parlamento como um todo. De modo que a minha disposição é de, agora em abril, votar favoravelmente à antecipação do plebiscito, porque estou convencido que três ou quatro meses de diferença vão ajudar mais do que prejudicar. Quanto ao aspecto de constitucionalidade, é evidente que eu não seria a autoridade a se manifestar. Felicito V. Ex^a por estar chamando a atenção do Senado e da Nação para o aspecto constitucional da questão.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Quero esclarecer a V. Ex^a que apenas citei que há uma divergência doutrinária entre os mais eminentes juristas brasileiros acerca da questão.

Na verdade, entendo que pode haver emenda em matéria de disposição transitória, mas é uma questão polêmica. Inclusive, já me pronunciei aqui sobre isso.

O Senador Cid Sabóia de Carvalho fez um discurso dizendo que não poderia haver emendas em matéria de disposição transitória; entendo que pode. É uma questão polêmica. Inclusive, vários juristas estão se manifestando contra a apresentação de emendas que venham a alterar o texto constitucional.

Usei da palavra, neste instante, rapidamente, apenas para deixar claro que eu gostaria de que o meu País tivesse um sistema de gabinete. Mas acredito que deveria ser respeitado o texto constitucional, deixando essa consulta para o dia agendado no texto constitucional.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de arrematar dizendo que ontem ouvi aqui um discurso, feito pelo Senador Pedro Simon, a respeito das corrupções que grassam neste Governo.

Eu gostaria de salientar que governos passados também enfrentaram situações semelhantes, porque a corrupção sempre existiu no nosso País.

O que ocorre, hoje, é que temos uma Constituição federal altamente democrática e, neste aspecto, extremamente saudável para possibilitar a apresentação de denúncias, e essas denúncias terem curso.

Por exemplo, sabemos que houve irregularidades no Governo do Presidente José Sarney, que se formou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas a imprensa não deu sustentação.

Eu não quero aqui trazer à colação fatos do passado; estou usando da palavra neste final de intervenção, apenas para situar que todo esse quadro está sendo possível em decorrência da existência do texto constitucional, precisamente porque temos, hoje, um Ministério Público Federal com competência para receber as denúncias de todo o Brasil e dar curso a elas. Antigamente, o povo se achava desiludido, desestimulado em apresentar denúncias, porque elas não eram repercutidas na imprensa, não havia absolutamente nenhum interesse em levantar, através de inquéritos, de sindicâncias, irregularidades que surgiam nos diversos ministérios e órgãos da administração pública.

Diz o art. 129 da Constituição, ao tratar do Ministério Público:

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

III — promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;...

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, maior abuso do que o que ocorreu neste Brasil com a entrega de milhares de concessões de estações de rádio e televisão pelo País afora, a troco de favores? Mas não houve absolutamente nada, porque, a Constituição ainda estava sendo implantada e o Ministério Público ainda não estava em condições de dar essa resposta ao povo brasileiro. Hoje, não. O Ministério Público recebe essas denúncias e as coloca em prática, procurando fiscalizar, procurando saber se têm procedência. E, na medida em que atua, a imprensa forçosamente é obrigada a noticiar, e aí a sociedade brasileira toma conhecimento. Mas isso em decorrência da Constituição que fizemos e que está sendo exercitada agora. É extremamente saudável que a imprensa veicule, que tomemos conhecimento de que há Ministros desonestos, que

há agentes do poder público que não cumprem com as suas obrigações, porque, felizmente, existe uma Constituição que determinou que essas irregularidades têm que ser apuradas.

Está acontecendo muito, agora, no Governo do Presidente Fernando Collor.

Não estou aqui para defender o Presidente Fernando Collor, pelo contrário isso é em decorrência da Constituição. Lembro-me que na época da CPI da Corrupção, durante o Governo José Sarney, até quando a *Folha de S. Paulo* estava dando cobertura, havia entusiasmo e interesse, a CPI estava progredindo. Na medida em que a *Folha* deixou de dar cobertura, acabou a CPI da Corrupção.

Agora, essas CPI têm curso e os atos irregulares praticados repercutem na imprensa porque existe o Ministério Público, que está atento; se o Congresso Nacional não usar das suas prerrogativas, se a imprensa não veicular, se a polícia não agir, existe o Ministério Público que não deixa a ação parar, vai para a Justiça, exige, denúncia. É a razão pela qual digo que tudo isso está acontecendo neste momento. A Constituição possibilitou que esses fatos pudessem ser discutidos, examinados, elucidados, enfim, que a questão seja posta a nu para a opinião pública.

O Sr. Gerson Camata — V. Ex^a me permitiu um aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Gerson Camata — Ilustre Senador Maurício Corrêa, V. Ex^a coloca com uma propriedade total a que devemos essa explosão da corrupção. Na verdade, por trás da explosão da corrupção está uma luta anticorrupção, que vem da Constituição. E muitas outras coisas estão acontecendo neste País em consequência da nova Constituição — os brasileiros estão começando a aprender a ser cidadãos —, que está fazendo dos brasileiros cidadãos. Esse capítulo em que se deu ao promotor, ao procurador, ao Ministério Público, ao cidadão o direito de ser quase que o *ombudsman* da Nação inteira, foi fundamental na Constituição do Brasil. Só que, enquanto os cidadãos estão despertando para o exercício da cidadania e usando desse direito, o Ministério Público não está bem aparelhado para isso, ou seja, a população está indo à frente do procurador, do promotor. Aqui, em Brasília, temos a figura do Dr. Aristides Junqueira, que personifica o *ombudsman* nacional, que é veemente em suas posições, mas a nível dos estados a coisa está lamentável. Os promotores se esquivam e não aceitam essas funções que estão na Constituição. Recentemente, no Espírito Santo, no Município de Boa Esperança, um vereador descobriu que o prefeito recebeu uma verba do Governo do Estado para construir um ginásio esportivo e, três dias depois da inauguração, abriu a licitação para construir o ginásio que ele mesmo havia inaugurado, unia. Eu perguntei se a Câmara não podia tomar providências. Ele me respondeu que o prefeito tinha maioria na Câmara e por isso não adiantava. Sugeri a ele que procurasse o promotor, que teria que agir no caso. O vereador tinha todos os documentos, inclusive mandou-me cópias. Ele procurou o promotor. Demorando muito o promotor a tomar a iniciativa, eu liguei para ele, que me disse o seguinte: "Senador, eu não me meto em política". Ao que lhe respondi: isso não é política. É roubo, é ladroagem! Ele disse: — "Mas em política eu não me meto". Então, veja V. Ex^a que em todo o Espírito Santo grassa uma corrupção terrível a nível municipal. No entanto, não há um processo tramitando, de iniciativa de promotor público, nos 78 Municípios do Espírito Santo

— o Dr. Aristides Junqueira deveria convocar um congresso de promotores e procuradores do Brasil todo para orientá-los no sentido de que, quando o cidadão o procurasse na tentativa de exercer a sua cidadania, eles fossem esse veículo e esse instrumento. Quer dizer, o povo está indo na frente do aparelhamento do poder público no exercício da sua cidadania. Cumprimento V. Ex^a por sua colocação. Efetivamente, a Constituição, no Título dos Direitos e Garantias Fundamentais, é perfeita, modéstia à parte, porque todos participamos da sua feitura; não há o que mudar nela. Há outro fator que V. Ex^a começou a colocar, que deve ser ressaltado também: a posição do Presidente da República. Não houve, até hoje, pressão das Lideranças do Governo contra a abertura de diligências ou contra a participação de Parlamentares nas Comissões do Congresso Nacional. Em Governos passados, V. Ex^a sabe, havia a interferência nas comissões impedindo que pessoas falassem ou que votassem. Este Presidente, nesse aspecto, tem sido exemplar, inclusive, pela primeira vez, até jogando a Polícia Federal para cima de membros do seu Governo que tenham praticado algum ato desabonador. Parabéns a V. Ex^a pelas abordagens enfatizando o papel da Constituição. Meus cumprimentos, Senador.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Lamento que no Espírito Santo ocorra isso. Na verdade, a Constituição é clara ao atribuir essas competências, hoje, ao Ministério Público Federal.

Tivemos a felicidade de, ao exercitar essa Constituição, ter na chefia do Ministério Público Federal, um homem da altivez e da estatura do Dr. Aristides Junqueira. Evidentemente, se tivéssemos um procurador inepto, omisso, essas prerrogativas, que são dadas ao Ministério Público, poderiam ser letra morta e, então, não seriam cumpridas.

É extremamente oportuna a sugestão de V. Ex^a, para um encontro de procuradores; quicá, até o próprio Dr. Aristides Junqueira já tenha tomado conhecimento disto e esteja em sua intenção a realização de um encontro dessa natureza. De qualquer maneira, até vou sugerir a S. Ex^a, quando encontrar-me com ele, porque pode e deve haver, em estados, concluídos de membros do Ministério Público com o Executivo, com prefeitos, enfim, o que é extremamente desagradável, porque desvirtua a finalidade, o grande mister, a grande atribuição, hoje, do Ministério Público Federal.

O Sr. Jutahy Magalhães — Conceder-me-ia V. Ex^a aparte, nobre Senador?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Ouço V. Ex^a, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Maurício Corrêa, não tive a satisfação de poder ouvi-lo desde o início de seu pronunciamento, mas a parte que ouvi, que venho acompanhando, já permite que o aparteie. V. Ex^a está abordando assunto que é de grande interesse para o País. O que estamos vendo, como disse ontem o Senador Pedro Simon, é um festival de denúncias que hoje têm repercussão — antes, talvez, não tivessem. V. Ex^a lembrou a CPI da Corrupção que, até determinado ponto, repercutiu na imprensa e, depois, de repente parou, não se sabe como, não se sabe por que, não houve repercussão dos fatos apontados naquele momento. Mas vejo que o Senador Gerson Camata sugeriu uma medida, que considero da maior importância, no sentido de que os procuradores tenham a mesma ação efetiva que tem o Dr. Aristides Junqueira

ra, em Brasília. Estamos vendo a ação efetiva da Procuradoria-Geral da República em busca de esclarecer os fatos que, antigamente, não sofriam nenhuma apuração. Para não dizerem que não falo do Governador do meu Estado — até vou apoiá-lo —, eu vi S. Ex^a, ontem, na televisão, na Rede Globo de Televisão.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Ex^a vai apoiar o Governador da Bahia?

O Sr. Jutahy Magalhães — Vou apoiar a atitude de S. Ex^a que, ontem, nos Estados Unidos, declarou que queria ver a Justiça e a Procuradoria-Geral da República agir com mais eficiência na apuração da corrupção. Estou de pleno acordo. A corrupção deve ser apurada, em toda a sua amplitude, não só a de hoje, a do passado também. Neste ponto, apóio inteiramente o Governador. Creio que a Justiça tem que se apressar, ficar mais atenta, para apurar atos de corrupção. São tantas as ostentações, que é comum a pergunta: “Por que fulano de tal conseguiu enriquecer?” Se a Procuradoria agir com mais eficiência, talvez apure alguns fatos como esses. Por que não começa pelo meu estado?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Imagine V. Ex^a o que aconteceu com o BCCI, por exemplo, com os favores que foram concedidos com relação às rádios e televisões no Brasil!

V. Ex^a tem toda razão. Falar em moralidade não pode ser somente a moralidade do presente, tem que ser também a moralidade do passado.

Como o Senador José Paulo Bisol chegou agora, quero dizer a S. Ex^a que eu não trouxe nesta rápida intervenção nenhuma argumentação, nenhuma discussão sobre o Ministério Público. Como S. Ex^a sabe, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, defendi a manutenção daquele capítulo de que V. Ex^a foi o vencedor, para a extirpação do texto apresentado pelo relator, da manutenção de um Ministério Público próprio do Tribunal de Contas da União. Sustento aquele ponto de vista, mas confesso que vou apresentar essa emenda que li e que dei para S. Ex^a ler, a fim de resguardar os direitos dos procuradores que hoje oficiam junto ao Tribunal de Contas da União, porque me parece que se não houver um respaldo, um suporte para eles, ficaria uma situação esdrúxula a desses membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

No mais, não houve abordagem polêmica nem discussão sobre a matéria, que, naturalmente, terá curso quando a questão vier ao plenário do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Maurício Corrêa, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Amir Lando.

Durante o discurso do Sr. Maurício Corrêa, o Sr. Amir Lando, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

O Sr. José Paulo Bisol — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (PSB — RS) — Eu gostaria de obter uma informação. Está em discussão o Projeto do TCU? Estão me informando que hoje será encerrado o prazo para a entrega de emendas. Francamente, vou lançar o meu protesto e denunciar — aho isso uma anormalidade, nunca

se faz isso às sextas-feiras. Tenho muitas emendas a apresentar! Do que é que se está fugindo, da discussão?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A Mesa informa a V. Ex^a que está apenas concedendo a palavra aos oradores inscritos, não entramos ainda no período da Ordem do Dia. V. Ex^a terá as informações necessárias ao esclarecimento desse problema.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Vai encerrar esse prazo para a apresentação de emendas hoje, sexta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Pela informação da Assessoria da Mesa, encerra-se hoje o prazo para a apresentação de emendas.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Só se encerra por colocar em discussão. Encerrada a discussão, acaba a possibilidade de emendas, só por isso? Quer dizer, é uma jogada política em torno de um assunto de alta relevância? Tenho emendas sérias para apresentar, e estou sendo burlado pelo jogo político.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A Mesa informa a V. Ex^a que a matéria está em regime de urgência.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Ela está incorreta em regime de urgência. Nós votamos um acréscimo: “ouvido o Ministério Público”, e não consta da matéria. Essa matéria tem que voltar a ser corrigida e a discussão reaberta. Peço que seja feita essa verificação. Votamos — se não me engano, no art. 101, § 1º ou 2º, o acréscimo de “ouvido o Ministério Público”. Não consta do relatório colocado em discussão. Esse relatório tem que retornar à origem, feita a correção e voltar à discussão completo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A Mesa informa a V. Ex^a que, por ocasião da entrada da matéria na Ordem do Dia da sessão de hoje, prestará todas as informações a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Mas, na Ordem do Dia, de sexta-feira, nunca entra matéria nenhuma, sobretudo, matéria dessa relevância.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Não há votação, mas pode haver discussão. A matéria está em regime de urgência e terá a sua discussão normal. Apenas não haverá votação. Às segundas e sextas-feiras não há votação no plenário, mas vai prosseguir a discussão.

A Mesa, na oportunidade da entrada da matéria na Ordem do Dia, prestará a V. Ex^a todas as informações necessárias ao esclarecimento da questão.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — A Presidência dos trabalhos tem que resolver a questão de ordem que estou levantando. Os autógrafos estão incompletos e incorretos! Eles têm que retornar à Comissão, para que sejam corrigidos e depois deverão retornar para cá para discutirmos aquilo que deve ser discutido; faltando uma parte do que foi decidido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esse relatório está incompleto e não tem condições de ser submetido a uma discussão decente. Então, essa questão de ordem tem que ser resolvida.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A Mesa logo mais dirimirá a questão de ordem levantada por V. Ex^a

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMÃO (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Com relação à questão de ordem levantada pelo Senador José Paulo Bisol, creio que seria interessante verificar e esclarecer, porque essas matérias são significativas e para que pudéssemos ter uma posição sobre elas. Creio que V. Exª tem razão em buscar as informações para, na hora oportuna, esclarecer as solicitações do Senador José Paulo Bisol. S. Exª acha que não se deve encerrar hoje, estando a matéria em regime de urgência, o prazo para a apresentação de emendas. Sinceramente, não o sei. Mas, na verdade, se o Senador José Paulo Bisol está falando com tanta convicção, acho que seria interessante analisar para dar uma resposta a S. Exª.

Sr. Presidente, entramos com uma solicitação, há algum tempo, à Comissão de Economia para ouvir o Ministro da Infra-Estrutura, o Presidente da Petrobrás, Dr. Ernesto Weber, e o Dr. Leoni Ramos, Secretário de Assuntos Estratégicos.

Ocorre que o tempo está passando; o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, em mais de uma oportunidade, disse que está fazendo os entendimentos e, na verdade não se tem conseguido que isso aconteça.

O ilustre Líder do PDT, Senador Maurício Corrêa, disse, na reunião da Comissão, que o ilustre Senador Presidente da Comissão de Economia, mais de uma vez, avisou — extra-pauta — que há solicitações de Ministros, presidentes de bancos, que desejam prestar esclarecimentos à Comissão. Quando há solicitações, estamos sempre dispostos a atendê-las. Assim, os membros do Executivo que querem falar à Comissão, vão e falam. Todavia, quando solicitamos que membros do Executivo venham à Comissão, o tempo passa, e isso não acontece.

Creio que é muito importante a vinda, de um modo especial, do Dr. Leoni Ramos, que está na Espanha. Não deixa de ser oportuna a presença de S. Exª, porque a convocação feita por nós está relacionada com o fato da imprensa ter publicado que foram demitidos dois diretores da Petrobrás por terem se posicionado a favor do monopólio estatal do petróleo.

Argumentamos que o Governo pode querer extinguir o monopólio estatal do petróleo, pode querer mudar a Constituição, mudar a lei. Entretanto, hoje, a Constituição determina o monopólio estatal do petróleo. Não me parece lógico e racional que se demitam diretores que se posicionaram favoráveis ao monopólio estatal do petróleo.

Em meio a essa convocação para vir e a não vinda, há todas essas notícias que estão aí nos jornais com referência a possíveis equívocos, fatos ou irregularidades que o Sr. Leoni teria participação envolvendo a Petrobrás.

Mas, Sr. Presidente, assisti, aqui, o pronunciamento do ilustre Líder do PDT, e de alguns parlamentares com relação ao parlamentarismo. Quero crer, e a minha preocupação é exatamente essa, o que deduzo dos pronunciamentos dos ilustres Senadores é que todo mundo é favorável ao parlamentarismo. Eu não encontrei nenhum cidadão, até hoje, nenhum político que tenha tido a coragem de dizer que é presidencialista e que não admite a adoção do parlamentarismo. Todos, principalmente os candidatos à Presidência da República, são favoráveis ao parlamentarismo, depois, mais adiante. O ilustre Líder do PDT disse, há pouco, da necessidade de mudar o

quadro partidário, a lei eleitoral, enfim, mudar a situação, mudar o Congresso, mudar o mundo para, depois, adotar o parlamentarismo.

Ora, Sr. Presidente, estamos festejando os 100 anos do golpe que proclamou a República; estamos festejando 100 anos da adoção do presidencialismo. E durante esses 100 anos, ao que me consta, o regime tem sido exatamente esse: o regime anárquico, o regime da irresponsabilidade, e o regime onde, neste País, nunca se teve vida partidária. Bem ou mal, na Monarquia parlamentarista, anterior à República, tínhamos, pelo menos, o início de Partidos políticos. Tínhamos dois Partidos nacionais que não significavam muito, e naquela época poucas coisas significavam muito neste País. Mas havia um início de florescimento de quadro partidário.

Proclamaram a República. Na Velha República, não tínhamos partidos nacionais. Tínhamos o Partido Republicano Paulista, tradicional, com força. Verdadeiramente, tínhamos a união “café com leite”, entre São Paulo e Minas Gerais. O governador de São Paulo e o governador de Minas Gerais faziam o controle automático da sucessão do Presidente da República: uma hora era o ex-governador de São Paulo, outra hora era o ex-governador de Minas Gerais. Eles controlavam essa sucessão. O Partido Republicano Paulista, bem como o Partido Republicano do Rio Grande do Sul eram partidos estaduais, sob o comando dos governadores.

Com a Revolução de 30, desapareceu todo aquele quadro partidário. Em 1946, com a democratização, nasceram os partidos que eram para ser partidos nacionais. Criaram-se PTB, PSD, UDN, Partidos que tiveram a intenção de ser Partidos nacionais. E não conseguiram se transformar em grandes Partidos nacionais. E não conseguiram ter conteúdo de prevalência, exatamente pelo regime que nós vivemos, que era um regime anárquico, do presidencialismo, onde cada presidente, onde cada líder formava o seu partido de acordo com as suas idéias. Eram o PSB, do Sr. Adhemar de Barros, o PRP, do Sr. Plínio Salgado, o MTR, do Sr. Ferrari, partidos que se formavam para dar conteúdo a uma liderança.

Veio o movimento militar, Arena e MDB, partidos com algum sentido; e veio a democracia, e os partidos passaram a ser nacionais — estão aí os 36 partidos.

Imaginar que, se o regime for presidencialista, daqui a 10 ou 20 anos tudo será diferente... não o será! Assim como o Senhor Collor fundou o PRN para ser candidato a Presidente da República, já temos cidadãos formando partidos com a mesma intenção. Já temos nomes, a imprensa tem publicado, partidos formados para candidatos à presidência da República.

O meu querido amigo, Senador Maurício Corrêa disse: “Quando ficar forte o quadro partidário...” Ele é parlamentarista convicto, mas parlamentarista lá adiante, quando tivermos um sólido quadro partidário!

Respondo ao nobre Senador Maurício Corrêa: a geração que vier depois de nós, se o regime continuar sendo o presidencialista, daqui a 100 anos estará repetindo o discurso de V. Exª. V. Exª disse aqui: “daqui a 20 anos”. Eu digo: daqui a 200 anos, porque esse regime é o regime anárquico, da irresponsabilidade.

Quer dizer que os partidos políticos, que o nosso regime “é assim porque é assim”, não é verdade. Acho muito difícil mudar esse quadro. E ficamos na velha e tradicional tese: vamos adotar o parlamentarismo hoje, com esse quadro que aí está ou não?

Vamos esperar consolidar o quadro partidário; depois, vamos criar o parlamentarismo.

Sr. Presidente, com toda sinceridade, quer dizer que isso nunca vai acontecer. Daí, algumas teses: devemos adotar o parlamentarismo só depois do ano 2000.

Não sei. Com toda sinceridade creio que o momento histórico é este, se vamos ou não criar o regime parlamentarista neste País. Que o quadro é ruim, é verdade.

Gostaria de dizer ao ilustre Senador Líder do PDT — discordo, com o maior respeito de S. Ex^a, que para adotar o parlamentarismo, realmente gostaríamos de aplicar alguns antecedentes. Inclusive, para irmos ao plebiscito do parlamentarismo, seria importante a adoção desses institutos precedentes,

Não tenho como deixar de reconhecer o voto distrital, porque é da essência do parlamentarismo. O voto distrital é fundamental à adoção do parlamentarismo; é o caminho. Mais do que uma lei que leve à reestruturação partidária, adotar o voto distrital é a garantia de que os 36 partidos políticos, no decorrer do tempo, terão que no início se integrar, se aliar e se unir, e se transformar num número menor de partidos, porque não serão os 36 que irão apresentar candidatos a Deputado num determinado distrito, porque, na verdade, não teriam condições de ir adiante.

O resultado seria como acontece em todos os países do mundo que têm o regime do voto distrital, onde 3 ou 4 partidos políticos têm representação no Parlamento.

A outra questão que consideramos importante é a garantia que o parlamento tem que dar, se for adotado o parlamentarismo, de que teremos condições de dissolver o Congresso Nacional, porque, caso contrário não teremos parlamentarismo mas governo de assembleia que, na minha opinião, é pior do que o regime presidencialista.

Outra questão abordada pelo ilustre Líder do PDT, pelo qual tenho o maior respeito e o maior carinho, é com relação à antecipação do plebiscito. Faço questão de salientar que essa questão não tem nenhuma outra razão, a não ser a que diz respeito à proximidade com a eleição presidencial.

Na medida em que o tempo avança, as candidaturas à presidência da República começam a ser colocadas na rua, e os candidatos ficam ansiosos pelo debate, pois ainda não iniciaram as suas campanhas em razão das eleições para as prefeituras, no próximo dia 3 de outubro, e os candidatos estão jogando os seus trunfos nos resultados das próximas eleições.

Imediatamente após o resultado do segundo turno das eleições de outubro, nas capitais e nas cidades de mais de 200 mil eleitores, as candidaturas à presidência da República estarão na rua. E se não for alterado o que prevê a Constituição, com relação à data do plebiscito, 7 de setembro do próximo ano, os candidatos iniciarão as campanhas e os Partidos alegarão que a adoção do parlamentarismo constitui um golpe contra a candidatura dos seus candidatos à presidência da República.

Um plebiscito sobre parlamentarismo ou presidencialismo, com campanha para a presidência da República, é uma situação grotesca, ridícula; não é séria, nem responsável!

Acreditamos que o debate em torno do parlamentarismo ou presidencialismo deve realizar-se fora do debate dos candidatos à Presidência da República. Não se deve misturar a paixão da candidatura à Presidência da República com a responsabilidade e a racionalidade da discussão sobre parlamentarismo ou presidencialismo. É exatamente essa a questão!

Os Constituintes, embora tenham cometido alguns equívocos, esforçaram-se para elaborar uma Constituição justa.

E no momento em que foram apresentadas as emendas, tanto essa que diz respeito a esta questão, tanto a da reforma da Constituição, não se imaginava que a Carta Magna iria vigorar um ano depois, como aconteceu, que se alongaria tanto o tempo para a discussão, aprovação e promulgação.

Então, a antecipação do plebiscito procura evitar a coincidência de um debate sério, responsável, racional, sobre sistema de governo, com a campanha à Presidência da República. É tão simplesmente esta questão. Não deixa de ser engraçado o fato de abrimos os jornais e verificarmos que tanto no PMDB, como no PDT, no PT, no PFL, os candidatos à Presidência da República, os candidatos a salvador da Pátria já estão aí com as mesmas idéias. Inclusive, parece que o Dr. Marco Maciel vai coordenar a reunião daqueles que se identificam. Porque, na verdade, é exatamente isto: ontem, foi o Dr. Getúlio Vargas, depois foi Jânio Quadros. Esta é a realidade das pessoas que se apresentam no sentido de salvar o Brasil. Estão aí já os candidatos se apresentando com o mesmo objetivo.

Quero referir-me, também, ao pronunciamento que fiz ontem, envolvendo os fatos relativos às irregularidades apontadas pela imprensa ao Presidente da República, para reafirmar que a minha intenção foi da maior seriedade. Fiz questão de dizer que não assomava à tribuna para fazer denúncias no sentido de demolir o Governo, de colocá-lo em xeque. Disse que poderia ter feito isso. Não me lembro na minha vida pública, que já vai longe, de nenhuma oportunidade tão aberta e tão clara para se fazer uma oposição drástica, dura, radical, sacudindo os equívocos e, até por que não dizer, os fatos de corrupção apontados no Governo.

Mas a grande verdade é que salientei que nessa questão que vem sacudindo a Nação — e sou o primeiro a reconhecer — é de fundamental importância a liberdade de imprensa. E é importante, também, reconhecer que o Presidente da República faz questão de que esses fatos sejam apurados; não há nenhum boicote por parte do Governo Federal. Tal posição do Governo realmente merece respeito. Mas, querer salientar que tudo está ocorrendo em consequência de estarmos vivendo em plena democracia, parece-me que é aquela questão de tirar o sofá da sala para resolver o problema. Afirmar que a corrupção existe; que somos um País corrupto; e que a diferença entre hoje e ontem está no fato de o jornal publicar, hoje e ontem — não haver publicado, não me parece que esteja correto.

Parece-me que seria doloroso e até dramático para o Presidente da República que os seus líderes neste Congresso afirmassem que o que está acontecendo é que nós temos que saudar esses procuradores; temos que saudar os promotores; temos que saudar a imprensa, temos que saudar a nova Constituição, temos que saudar a democracia para que seja publicado; porque sempre se roubou, que é assim mesmo; só que agora se pode publicar! Parece-me que não é bem por aí!

Realmente tem que se salientar que a imprensa tem publicado que as apurações estão ocorrendo, mas isso não tira a gravidade dos fatos; não faz com que os fatos envolvendo ministro após ministro, secretário nacional após secretário nacional, que estão se multiplicando no Governo, não sejam uma dolorosa realidade, não sejam um fato incontestável, contra os quais o Governo tem que tomar uma providência.

Com todo o respeito e com todo o carinho ao Líder do PDT e aos ilustres Senadores que o apartearam, parece-me que eles simplificaram demais a questão. Ontem citei apenas as notícias publicadas em um único dia, através de quatro

jornais. Peguem um jornal de hoje e verifiquem que há notícias novas, mais fatos com relação às questões que estão ocorrendo com o Governo.

Com todo o respeito aos Senadores que falaram aqui, repito o pronunciamento de ontem. Reconheço que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, está agindo com responsabilidade. Tomei conhecimento de que a imprensa publicou ontem uma entrevista do Presidente com correspondentes internacionais, onde esclarece sua mágoa com relação ao Sr. Magri... Acho que o caminho começa por aí, mas reitero que o Presidente da República tem a responsabilidade e a obrigação de dar uma diretriz, de dar um norte com relação ao seu Governo. Triste, Sr. Presidente, é dizermos "O Ministro da Saúde que saiu, cometeu várias irregularidades! Coitado do Sr. Collor! O Ministro não agiu como deveria". "O atual Ministro é um homem muito competente. Que bom para o Senhor Collor que o Sr. Adib Jatene seja um ministro competente!" Quer dizer, o Senhor Collor deixará de ser o sol orientador, o chefe, para ser a média do pensamento das pessoas que estão ao seu redor. O Sr. Adib Jatene não é digno, não é sério, porque esta é a orientação do Presidente; é porque ele é. E o outro não é porque não é!

Não há uma linha de governo; há uma linha isolada de cada um.

V. Ex^a foi Governador, Sr. Presidente, eu fui Governador, fui Ministro de Estado, e sei que o Governo dá orientação, o Governo dá a linha, o Governo dá a diretriz e os seus auxiliares a executam. Desse Presidente que aí está, não se sabe, porque, na verdade, as pessoas que estão envolvidas, esses Secretários Nacionais conturbaram a administração pública. Está publicado na imprensa que foi um Secretário Nacional que fez colocações, nomeações, intervenções, na área econômica à revelia, porque falava em nome do Presidente da República.

Todos sabemos que essas pessoas foram ali colocadas sem nenhuma envergadura em termo da nomenclatura funcional, e que entrevistaram no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal, na Petrobrás, no Ministério da Economia, e nas regiões desenvolvidas deste País.

Então, o Presidente da República tem que dar a sua orientação. Tem que interpretar a nova realidade, que sou o primeiro a reconhecer.

Um Ministério composto pelo Sr. Adib Jatene, pelo Sr. Goldemberg, por gente desse jaez, representa um sentimento de mudança, uma nova orientação do Presidente da República. E com todo o respeito ao Líder do PDT, e aos Srs. Senadores que o apartearam, afirmo que a grande verdade é que mantenho o meu pronunciamento de ontem!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Oziel Carneiro.

O SR. OZIEL CARNEIRO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com o advento da nova Constituição, e bem o disse nesta manhã o Senador Maurício Corrêa, tem havido uma participação maior do Congresso e da sociedade como um todo na apuração da prática de ilícitos na administração pública do País e, em especial, na administração federal.

A delação, ou acusação, hoje, é um cotidiano no comportamento daqueles que formam a opinião pública neste País. No entanto, é preciso que tenhamos o cuidado de não atingirmos homens públicos cuja conduta tem sido exemplar, no

que diz respeito à vigilância e ao comportamento na função que exercem.

Quando assumi o Senado Federal, em outubro de 1990, fiz talvez o mais breve discurso que já se pronunciou nesta Casa, no qual declarava estar perfeitamente ciente da responsabilidade do encargo que assumia de substituir, não apenas um amigo dileto e o líder maior de meu Partido em meu Estado, o Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, que assumira o Ministério da Justiça.

É fácil falar-se das virtudes da pessoa que se conhece, da pessoa que se estima, mas também entendo que os adversários de S. Ex^a, certamente, levantarão suspeição, exatamente por essa estima e admiração que tenho por Jarbas Passarinho, ao dizer aqui que S. Ex^a permaneça, sem dúvida, como um exemplo de político e de homem público, não apenas para as gerações futuras, como também para os dias atuais.

Ontem, a minha tarefa foi facilitada. No primeiro número do jornal **Momento Político**, deparei-me com um artigo do ilustre e combativo jornalista João Emílio Falcão, intitulado "A Culpa de Passarinho".

E, ao lê-lo e reconhecer a autenticidade, as informações aqui contidas, resolvi trazê-lo para comentá-lo da tribuna do Senado. Diz o articulista João Emílio Falcão:

"O período revolucionário está politicamente morto. Não serve mais sequer para discursos arrependidos dos que o apoiaram enquanto os militares impuseram sua vontade e, hoje, são expoentes democráticos. Resta, da época, apenas um político com expressão que não renegou seu passado, não contestou os princípios revolucionários. É o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que está, agora, pagando o preço.

Durante a Revolução o atual ministro da Justiça teve seus detratores. Para muitos ele não era confiável porque tinha posições sociais avançadas. Para outros não podia jamais chegar à Presidência da República porque era coronel e o cargo tinha de ser ocupado por General de Exército. Nos anos autoritários Jarbas Passarinho recebeu muitas críticas, nenhuma delas, porém, envolveu-o em irregularidades administrativas.

Quando perdeu a eleição para senador pelo Pará, em 1982, foi viver em sua casa no Lago Norte, que pode ser considerada modesta, comprada com a venda de apartamento em Copacabana, herdado por sua esposa. É a mesma em que mora hoje após ter sido ministro de quatro pastas diferentes em quatro Governos, um recorde histórico. Quem o conhece sabe que faz, como na época de oficial, as contas de seus pagamentos em pequena folha de papel, nem sempre tinha saldo garantido e muitas vezes reclamou, para os amigos, do ritmo da inflação.

Nas campanhas paraenses, onde as paixões desencadeadas provocam acusações das mais violentas, jamais alguém o acusou de comprometido com a corrupção."

Eu posso abrir um parêntese aqui, para atestar essa afirmação, também, do jornalista, porque fui candidato ao Governo do Estado, em 1982, e participei, ao lado de Jarbas Passarinho, de toda aquela campanha política na qual percorremos todos os quadrantes de nosso Estado e nunca surgiu, efetivamente, em qualquer momento, esse tipo de acusação.

"Foi, diversas vezes, criticado por suas posições revolucionárias. Procuraram atingi-lo com histórias fal-

sas, como a do estudante que morava no cemitério em represália a ter sido expulso pelo Decreto-Lei nº 477 ou a afirmação de que o salário mínimo daria até para fazer uma poupança mensal.

Senador, enfrentou os maiores líderes da Oposição, como Paulo Brossard, Marcos Freire, Franco Montoro, Mário Covas, Itamar Franco etc. Ao despedir-se do Senado, para governar Minas Gerais, Tancredo Neves o classificou de o mais correto, o mais capaz e o melhor defensor da Revolução. Na Constituinte teve dificuldades pela defesa das reivindicações militares, porém, o respeito que lhe tinham seus colegas levou-o a ser escolhido para Vice-Presidente pelo Deputado Ulysses Guimarães, com o qual nunca teve qualquer vinculação partidária. O melhor elogio foi o de Luiz Ignácio da Silva, do qual discordava frontalmente, que sempre manteve com ele relações amistosas e francas.

A ida de Passarinho para o Governo Collor, como ministro da Justiça, foi decorrente de conversas sinceras com o general Agenor de Carvalho e, posteriormente, com o Presidente Fernando Collor. Durante meses ele recusou as sondagens para integrar a equipe do Presidente Collor, quer fosse no Congresso quer no Ministério. Não porque discordasse de muitas de suas idéias, mas simplesmente porque havia, na campanha eleitoral, votado em Mário Covas, candidato do PSDB, e declarado isso abertamente. Parecia-lhe que faria melhor, ajudando o Governo sem dele participar porque não disputava cargos."

E prossegue o jornalista João Emílio Falcão:

"Escolhido para ministro da Justiça, durante a crise provocada pela saída de Bernardo Cabral, assumiu, como de seu feitio, a defesa das posições do Presidente Collor. Colocou-se, pela formação militar, como guardião do Presidente e do Governo, preferindo que as críticas lhe fossem dirigidas. Esse comportamento causou, é lógico, reações e passou a ser alvo dos que pretendem derrubá-lo porque impede muitos desejos e dos que, de fora, querem o fracasso do Governo."

Tem sido, pois, atingido por vários motivos.

Como não há de que acusá-lo, tenta-se agora provar que é conveniente com os corruptos, porque não botou na cadeia outros ministros de Estado, que têm, como ele, a mesma situação hierárquica.

É, sem dúvida, exagero, mesmo porque não lhe cabia essa providência, a não ser que se invoque o Código Penal — e aí somos todos culpados."

— Conclui seu artigo o jornalista João Emílio Falcão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este artigo traduz, sem dúvida, o comportamento de homem público de Jarbas Passarinho, desde 1964, quando S. Ex^a deixou a ativa da sua profissão de militar e assumiu o Governo do meu Estado. Naquela ocasião, sem se omitir, puniu e demitiu funcionários acusados de corrupção, nenhum de subversão. Foi S. Ex^a também, com sua altivez e com sua coragem, que naquela ocasião admitiu recursos para corrigir injustiças. Ciente de que alguns tinham sido punidos sob falsas acusações, posteriormente não comprovadas porque os inquéritos eram sumários, S. Ex^a os reintegrou levando a paz e a tranquilidade às famílias daqueles chefes que tinham sido punidos injustamente.

O Sr. Odacir Soares — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OZIEL CARNEIRO — Ouço o aparte do nobre senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Senador Oziel Carneiro, desejo trazer a solidariedade da Liderança do Partido da Frente Liberal ao pronunciamento de V. Ex^a e ao belíssimo artigo da lavra do jornalista João Emílio Falcão, que fielmente retrata o comportamento exemplar, acima de qualquer suspeita, durante toda a sua vida pública e a sua vida profissional, do Senador Jarbas Passarinho, hoje Ministro da Justiça. As discussões recentes em torno da figura do Ministro Jarbas Passarinho surgiram por provocação do episódio relativo ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social, em que se procurou caracterizar uma omissão do Governo, representado pelos Ministros Chefe da Casa Militar, General Agenor Homem de Carvalho, e pelo próprio Ministro Passarinho. A revelação que desejo fazer aqui não constitui segredo algum porque foi manifestada ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar atos de corrupção e suborno relativamente ao Ministério do Trabalho na gestão do Ministro Antônio Rogério Magri. No depoimento prestado pelo Sr. Volnei Ávila, S. S^a deixou explicitamente claro que, nem o Coronel Roberto Pimenta, Chefe de Gabinete do General Agenor, nem o General Agenor, nem o Ministro Jarbas Passarinho tinham qualquer conhecimento do teor da fita que o Sr. Volnei Ávila havia gravado em conversa mantida com o Ministro Antônio Rogério Magri. Então, parece-me, nobre Senador Oziel Carneiro, que toda a hipótese de ter havido um comportamento omissivo do General Agenor Homem de Carvalho e do próprio Ministro Jarbas Passarinho está completamente afastada pela própria declaração do responsável pela gravação, que teria sido levada ao Chefe de Gabinete do General Agenor. Ora, se o Sr. Volnei Ávila declarou ontem que, no contato mantido com o Coronel Roberto Pimenta, não informou àquele oficial o teor da gravação, evidentemente que desse teor não poderia ter tomado conhecimento, nem o Chefe da Casa Militar, nem conseqüentemente, o Ministro da Justiça. Congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz, que honra a tradição de civismo, de decência, de honestidade, de honorabilidade, quer na vida pública civil, quer na vida pública militar, do Coronel e Ministro Jarbas Passarinho. Meus cumprimentos pela abordagem que V. Ex^a faz acerca do nosso Ministro da Justiça.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Odacir Soares.

Não faço este pronunciamento, embasado no artigo que acabei de ler, porque tivesse alguma dúvida sobre o comportamento de Jarbas Passarinho como administrador eficiente e atento que é. Faço-o apenas para mostrar aos companheiros de Senado e, de um modo especial, à sociedade brasileira, que o interesse político de pessoas ou notícias dirigidas não podem macular aqueles cuja conduta, em qualquer cargo público, tem sido de cumprimento e de respeito à lei, e de prova — as mais cabais — de combate à corrupção e de amor à própria Pátria.

O Sr. Maurício Corrêa — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OZIEL CARNEIRO — Com prazer, ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Maurício Corrêa — Eu me encontrava em meu gabinete quando ouvi que V. Ex^a falava sobre o Ministro Jarbas Passarinho. Por isso, voltei ao plenário para apartear-lo.

Conheço o Senador Jarbas Passarinho há muitos anos. Teve inclusive, uma convivência muito boa com D. Ruth, de quem tenho uma saudade enorme. Advogada, S. S^a, além de eleitora da minha presidência, sempre foi uma colaboradora. O que mais me admira na personalidade do Ministro Jarbas Passarinho é a diligência, o respeito à coisa pública, a maneira correta com que S. Ex^a dá resposta aos papéis, aos requerimentos, enfim, às demandas que são dirigidas. Todas as vezes que há um expediente dirigido ao Ministro Jarbas Passarinho eu duvido que S. Ex^a não responda, que não dê atenção. Isso eu não acredito, em hipótese nenhuma, que o Ministro Jarbas Passarinho tenha se omitido com relação ao esse episódio do Ministro Magri. Podem acusá-lo de outras coisas, mas de omissão, de prevaricação, nunca! É um homem de bem, é um homem público que tem uma vida pública ilibada. De modo que dou esse aparte a V. Ex^a como testemunho da lisura de procedimento do Ministro Jarbas Passarinho. V. Ex^a acaba de ler esses tópicos aí do trabalho jornalístico do jornalista João Emílio Falcão, que conhece perfeitamente o Senador Jarbas Passarinho, e com cujos termos eu concordo plenamente. De maneira que o meu aparte tem o condão de solidarizar-me com V. Ex^a pela oportunidade de trazer ao plenário do Senado afirmações tão corretas como estas a respeito do Senador Jarbas Passarinho. Se S. Ex^a tiver que depor na Comissão Parlamentar de Inquérito, para mim será, realmente, algo extremamente desagradável, porque não posso admitir, não creio que tenha havido qualquer tipo de omissão do Senador Jarbas Passarinho. A não ser que alguém denuncie fatos que tornem intransponível a sua presença aqui. Mas eu prefiro ficar com o que conheço do Senador Jarbas Passarinho. Não posso admitir que S. Ex^a tenha praticado qualquer tipo de omissão. Portanto, parabéns V. Ex^a por ter trazido ao debate afirmações com as quais eu concordo plenamente, a respeito da vida correta, séria, digna do nobre Ministro da Justiça, Senador Jarbas Passarinho, cuja amizade me honra profundamente.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Maurício Corrêa, e o incorporo ao meu discurso. Partindo de V. Ex^a, que, durante o regime militar esteve em evidência, não por apoiar o regime, mas por combatê-lo, e até sofreu, já na abertura democrática, processo, até, de violência na sua liberdade, no seu direito de falar e de defender as suas idéias.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OZIEL CARNEIRO — Concedo o aparte ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador Ozziel Carneiro, quero apenas confirmar, quanto ao procedimento do Ministro Jarbas Passarinho, o julgamento que V. Ex^a já fez, e o fez o nobre Senador, Líder do PDT, Maurício Corrêa. Parece-me que, pelo conhecimento que todos temos dele, nenhuma dúvida há a respeito da correção de sua atitude no caso em discussão. Mas, queria salientar um ponto anterior do discurso de V. Ex^a, para o qual nós, políticos, sobretudo, precisamos atentar, sem nenhum prejuízo, sem nenhuma transigência, quanto ao dever de apurar qualquer ato de corrupção, pois cumpre também que verifiquemos o que está na Constituição: no processo não faz prova nenhum elemento obtido por meios ilícitos. E, com o silêncio que estamos fazendo a respeito do procedimento de funcionários subalternos, inclusive com relação aos seus superiores hierárquicos, esta-

mos dando margem a que muita gente pratique ato ilícito impunemente.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Chamo a atenção para um fato importante: é preciso que se ponha um paradeiro na denúncia anônima porque, num ano de campanha eleitoral, se isso realmente for num crescendo, em vez de termos candidatos apresentando propostas e programas, teremos dossiês de difamações. Obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OZIEL CARNEIRO — Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Pedro Simon — Quero também congratular-me com o pronunciamento de V. Ex^a, porque tenho o maior respeito pelo Ministro Jarbas Passarinho. Creio que sobre o que foi bem dito, aqui, algumas pessoas também podem discordar, divergir até, porque S. Ex^a é uma pessoa de pensamento firme. Eu, por exemplo, divirjo, hoje, radicalmente de S. Ex^a, que é um presidencialista. Acho que é um grande equívoco cometido por S. Ex^a. Realmente, S. Ex^a é um homem de bem, é um homem que, por onde tem passado, deixa a diretriz da sua linha, que é a linha da dignidade, que é a linha da seriedade. Repito, pode-se divergir, mas se deve respeitar. O Ministro Jarbas Passarinho é dessas pessoas em relação a quem temos a obrigação de medir as palavras quando se pretende atingi-lo, porque a história tem demonstrado que ele passou pelos mais variados acontecimentos, mantendo a sua linha de correção e a sua linha de seriedade.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Obrigado, nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OZIEL CARNEIRO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Ozziel Carneiro, depois de V. Ex^a ouvir os apartes do companheiro, nesta manhã, concernentes à vida pública do Ministro Jarbas Passarinho, quero dizer que, já em outras oportunidades, reiterei que o Ministro Jarbas Passarinho é o exemplo de probidade de homem público neste País. S. Ex^a honra a classe política, engrandece o seu mandato e honra o Brasil através dos seus atos. Não quero acrescentar mais nada do que isto. Apenas pediria a V. Ex^a que incorporasse ao seu discurso o artigo do eminente Ministro, sob o título "Penosa Interpretação", e publicado em *O Estado de S. Paulo* de ontem, 26, do qual vou ler um pequeno trecho:

"Em minha já longa vida pública, nunca se apresentará uma simples prova de que compactuei com a corrupção. Não tenho a mente manchada pela omissão nem as mãos maculadas pela convivência. Como ensina o notável professor Edmundo Oliveira, pós-doutorado na França, melhor é que o homem fuja à corrupção por virtude, mas é lícito intimidar aquele que a corrupção seduz, com a ameaça da pena, e a certeza de que não prospera a impunidade. Isso conflita com a moral kantiana, que prescreve "a pura compreensão do bem e o esforço hercúleo diante das tentações". Como afirma nesse passo, o professor Kant desconhece a natureza humana. E porque não a desconheço, jamais estimularia a corrupção, acenando com a hipótese de

que ela vence pela impossibilidade de combatê-la. Jamais”

Este é o retrato da vida do grande brasileiro, Ministro Jarbas Passarinho. Peço a V. Exª que o incorpore ao seu discurso.

O SR. OZIEL CARNEIRO — É com muito prazer, Senador Ney Maranhão, que incorporo o aparte, e farei incluir o inteiro teor do artigo do ilustre Ministro Jarbas Passarinho.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª me permite um aparte?

O SR. OZIEL CARNEIRO — Com prazer, Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Algum tempo atrás, o Senador Ney Maranhão teve a oportunidade de fazer um pronunciamento também a respeito do Senador Jarbas Passarinho e, à época, eu o aparteei, como vários outros Srs. Senadores. O Senador — para mim será sempre o Senador Jarbas Passarinho — merece o respeito de todos os seus Companheiros, de todos os seus Colegas de Senado, porque dele pode-se divergir, muitos divergiram, muitos travaram com ele debates extraordinários. Recordo-me, aqui, os debates entre Jarbas Passarinho e Paulo Brossard, respectivamente Líder do Governo e Líder da Oposição, na época. Eram debates acirrados, mas sempre respeitosos, tanto que os dois são, hoje, grandes amigos. De todos nós o Senador Jarbas Passarinho sempre mereceu esse respeito e essa admiração. Veja V. Exª que S. Exª foi titular de várias pastas, em vários períodos, em vários governos, foi Governador no Pará, é Senador. Não se sabe, não se toma conhecimento de nada a respeito da sua honorabilidade. Nenhuma acusação foi jamais feita a S. Exª, quando das suas passagens pelos diversos Ministérios. Isso é muito raro hoje em dia. Da nossa parte — acho que não da minha parte, mas da parte dos Colegas de S. Exª, no Senado Federal — acreditamos que não adianta ninguém querer atingi-lo. Todos o conhecemos e sabemos que essas pedradas que lançam sobre os homens públicos não chegam até S. Exª; não chegam a feri-lo. Jarbas Passarinho ser omissos? Quem o conhece, quem sabe da sua luta, quem sabe da sua participação diária na vida pública brasileira sabe que não é do seu temperamento ser omissos. Encobrir falcaturas? Muito menos. Por isso, Senador Oziel Carneiro, fiquei em dúvida se precisava, se deveria ou não apartear-lo, porque V. Exª sabe do meu respeito ao Senador Jarbas Passarinho, como também S. Exª. Não sou pessoa de ter intimidade, de participar de reuniões em residências etc., mas sou pessoa de saber respeitar aqueles que merecem respeito. O Senador Jarbas Passarinho merece o meu respeito, a minha admiração e a minha amizade. É por isso que o aparteio, para manifestar a minha opinião. Não interessam as posições políticas. S. Exª é Ministro de um Governo do qual discordo frontalmente, mas tenho respeito pelo Ministro Jarbas Passarinho.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães, pelo aparte que V. Exª acaba de me dar.

Para concluir, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se Jarbas Passarinho tem um defeito para os seus adversários é o de ser um animal político polêmico, exatamente por ser uma das suas qualidades a sinceridade e a lealdade. Quando S. Exª discorda, independentemente da amizade ou de o cidadão ser seu adversário político, S. Exª imediatamente externa o seu ponto de vista e defende firmemente as suas idéias.

Coerente e ético é o político Jarbas Passarinho, como disse o jornalista João Emílio Falcão.

Conversamos bastante antes de S. Exª aceitar uma missão no Governo Collor; S. Exª ponderou todas as situações e só ficou-se diante do convite porque colocou os interesses nacionais acima dos seus próprios interesses, em razão do voto que dera a Mário Covas, nosso ilustre companheiro de Senado, naquela eleição em que Fernando Collor recebeu a consagração do eleitorado brasileiro.

Ao fazer, nesta manhã, comentários sobre esse artigo que acabei de ler, não o faço para exaltar as virtudes de Jarbas Passarinho, mas, sobretudo, para que todas as pessoas responsáveis deste País, principalmente aquelas que, através da imprensa falada, escrita ou televisiva, formam a opinião pública, façam uma reflexão e não destruam, gratuitamente, os valores morais e políticos que ainda existem neste País.

O Sr. Mauro Benevides — V. Exª me permite um aparte?

O SR. OZIEL CARNEIRO — Ouço o aparte do nobre Senador e Presidente Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Oziel Carneiro, estava acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Exª e os apartes de praticamente todos os Senadores que, neste instante, se encontram no plenário do Senado Federal. V. Exª faz, com muita precisão, o enaltecimento da figura do homem público que é o Senador Jarbas Gonçalves Passarinho. Diria a V. Exª que tenho convivido nesta Casa, nesses últimos vinte anos, com o Senador Jarbas Passarinho, desde quando aqui chegamos, nos idos de 1977, quando desempenhávamos o mandato de Senador. S. Exª pelo Estado do Pará, e eu pelo Estado do Ceará. Pude, então, realmente, identificar em Jarbas Passarinho aquele cidadão absolutamente correto, de posicionamentos coerentes e decididos e com um inextinguível espírito público. Em 1982, Jarbas Passarinho, com o meu voto e o da minha bancada, ascendeu à Presidência do Senado Federal, e aqui realizou uma administração das mais profícuas, das mais fecundas, marcada sobretudo pela preocupação de situar o Senado e o Congresso bem próximos da opinião pública, num comportamento exemplar. Daí por que, no final da Sessão Legislativa de 1982, quando praticamente se exauria o seu mandato, e não havia sido S. Exª por um desses acidentes democráticos, reconduzido ao mandato senatorial, recolheu o Ministro Jarbas Passarinho, neste mesmo plenário, as manifestações mais encomiásticas por sua atuação na vida pública. Os quatro anos sem ser detentor de mandato eletivo fluíram e, logo em seguida, retornava S. Exª ao Senado Federal. Eu aqui, então, chegava mais uma vez, e posso dizer, neste instante, que em nenhum momento o Senador Jarbas Passarinho deixou de receber de todos nós as mais reiteradas demonstrações de respeito e de consideração, sobretudo de reconhecimento ao seu talento, à sua competência, ao seu espírito público. Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em 1987/88, o Senador Jarbas Passarinho teve um papel relevante no sentido de promover aquelas articulações das quais resultaram muitas das propostas constantes do texto da nossa Lei Fundamental. S. Exª tinha trânsito em todas as Bancadas, nas mais à esquerda, nas mais à direita, nas do centro, ou nas do centro-esquerda, podendo levar a todos os Senadores e Deputados imbuídos da missão constituinte a sua mensagem, as suas propostas, as suas idéias, com a preocupação de dar à Nação uma Carta que espelhasse a realidade política, econômica, social e cultural do País. Agora, no exercício do Ministério da Justiça, acredito que jamais

desmereceria a sua tradição na vida pública brasileira. Daí por que, como seu antigo colega nesta Casa, fiz questão de apartear V. Exª, já que não poderia fazê-lo da cadeira presidencial, para que também se consignasse neste instante a minha admiração a um homem público que tem procurado dignificar o mandato de Senador e o cargo que agora exerce, que é o de titular da Pasta da Justiça do Governo Fernando Collor.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Nobre Senador Mauro Benevides, poderia encerrar o meu discurso com o testemunho que V. Exª acaba de dar sobre o comportamento de Jarbas Gonçalves Passarinho, em toda a sua trajetória, seja de chefe de família, seja de homem público.

Posso assegurar que aquele mesmo Jarbas Passarinho que foi Governador do Pará, em 1964, e hoje é Ministro da Justiça e Senador licenciado, permanece intransigente com a corrupção, com a negligência, e, sobretudo, exigente no cumprimento das suas obrigações funcionais e daqueles que trabalham sob o seu comando.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, concluo, voltando a dizer que o meu pronunciamento na manhã de hoje, lendo e comentando o artigo de João Emílio Falcão, tem mais o objetivo de chamar a Nação a uma reflexão do que, realmente, de exaltar aqui as virtudes de Jarbas Gonçalves Passarinho, porque toda a Nação brasileira as conhece muito bem.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OZIEL CARNEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

O Estado de S. Paulo, 26 de março de 1992

PENOSA INTERPRETAÇÃO

Costumo lembrar uma passagem do "Diário de um Pároco de Aldeia", de Bernanos, quando o padre, desalentado, pergunta ao Senhor: "Oh! meu Deus, por que só me deste a palavra, este frágil instrumento, para expressar meu pensamento?" Recente entrevista, que concedi ao Estado, me fez recordar a frase, tão distante do meu pensamento foi a interpretação do que eu disse. Vale recordar que respondi a uma pergunta: "Como impedir que um ministro de Estado pratique a corrupção?" Ora, impedir significa impossibilitar, tornar impraticável. Nesse sentido foi que considerei inviável impedir. Mas no mesmo verbete, ensina o novo Aurélio, entende-se impedir por não consentir, não permitir. Então, basta atentar para todas as prontas, imediatas providências inclusive e particularmente no "caso Magri", tomadas pelo Governo, para se concluir que não se consentiu, na medida em que não se protegeu o ex-ministro e, ao contrário, à vista de um primeiro indício concreto, o Presidente da República me determinou acionar a Polícia Federal, o que foi feito incontinenti. A conduta exemplar do Governo serve de fator de dissuasão, de clara advertência para qualquer detentor de função pública, particularmente para os do próprio primeiro escalão do Governo, que de todos, sem exceção, se exige absoluta probidade, além de eficiência no cumprimento de seus deveres.

Aldous Huxley, por uma personagem do Contraponto, a respeito da prática de ilícitos penais, diz: "A moral é importante, mas o policial da esquina ajuda".

O policial não é capaz de impedir, no sentido de tornar impossível o delito, mas seguramente serve de elemento de inibição. Ora, o jornalista, argumentando que a punição já é decorrente da falha de não ter havido impedimento do ato

desonesto, sugeriu que houvesse um órgão, acima do ministro, para fiscalizá-lo. Lembrou as extintas divisões de segurança e informação, braços do SNI. Preliminarmente, ao discordar do exemplo, disse que essa não era a função delas e que nenhum ministro que se prezasse aceitaria essa subordinação. Qual o recurso, então? O da apresentação da denúncia à Procuradoria da República, ao Ministério da Justiça, quando se configure possibilidade de crime federal, para apuração pela Polícia Federal, ou à própria imprensa, para sua divulgação, que provoque consequências. Evidentemente, as atribuições do ministro da Justiça, vale dizer da Polícia Federal, especificadas na Constituição Federal, não se confundem com apuração de crimes comuns, exceto quando atentatórios aos direitos humanos. Cabe às delegacias de Polícia Civil, disse eu. E confirmo.

Ora, isso não pode, de maneira alguma, ser confundido com a confissão melancólica de incapacidade de lutar contra a corrupção, de combatê-la de maneira exemplar, de perseguí-la onde quer que se caracterize. Se eu, ministro da Justiça, dissesse o contrário, aí, sim, seria deplorável e injustificável confissão de acomodação, de incapacidade e até de leniência, o que jamais foi do meu feitio. Desde que assumi o ministério, já levei ao senhor Presidente da República mais de 50 decretos de demissão, alguns a bem do serviço público, por improbidade comprovada, atingindo, também, integrantes da Polícia Federal. Isso é absolutamente oposto a dizer que "a corrupção vence", ou que o "crime compensa".

Em minha já longa vida pública, nunca se apresentará uma simples prova de que compactuei com a corrupção. Não tenho a mente manchada pela omissão nem as mãos maculadas pela conivência. Como ensina o notável professor Edmundo Oliveira, pós-doutorado na França, melhor é que o homem fuja à corrupção por virtude, mas é lícito intimidar aquele que a corrupção seduz, com a ameaça de pena, e a certeza de que não prospera a impunidade. Isso conflita com a moral kantiana, que prescreve "a pura compreensão do bem e o esforço hercúleo diante das tentações". Como afirma nesse passo, o professor Kant desconhece a natureza humana. E porque não a desconheço, jamais estimularia a corrupção, acenando com a hipótese de que ela vence pela impossibilidade de combatê-la. Jamais!

Finalmente, vale recordar que, em 1991, cumprindo ordem do Presidente Fernando Collor, levei, em mãos, ao Sr. Presidente do Congresso, Senador Mauro Benevides, dois projetos de lei, um que ampliava a chamada "Lei Bilac Pinto", para punir os crimes de colarinho-branco, e outro para punir os peculatórios. Infelizmente, ambos os projetos ainda estão por ser votados. Isso, talvez, se possa dizer que não ajuda a coibir a corrupção.

A CULPA DE PASSARINHO

João Emílio Falcão — Jornalista

O período revolucionário está politicamente morto. Não serve mais sequer para discursos arrendidos dos que o apoiaram enquanto os militares impuseram sua vontade e, hoje, são expoentes democráticos. Resta, da época, apenas um político com expressão que não renegou seu passado, não contestou os princípios revolucionários. É o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que está, agora, pagando o preço.

Durante a Revolução, o atual ministro da Justiça teve seus detratores. Para muitos ele não era confiável porque

tinha posições sociais avançadas. Para outros não podia jamais chegar à Presidência da República porque era coronel e o cargo tinha de ser ocupado por General de Exército. Nos anos autoritários Jarbas Passarinho recebeu muitas críticas, nenhuma delas, porém, envolveu-o em irregularidades administrativas.

Quando perdeu a eleição para senador pelo Pará, em 1982, foi viver em sua casa no Lago Norte, que pode ser considerada modesta, comprada com a venda de apartamento em Copacabana, herdado por sua esposa. É a mesma em que mora hoje, após ter sido ministro de quatro pastas diferentes em quatro Governos, um recorde histórico. Quem o conhece sabe que faz, como na época de oficial, as contas de seus pagamentos em pequena folha de papel, nem sempre tinha saldo garantido e muitas vezes reclamou, para os amigos, do ritmo da inflação.

Nas campanhas paraenses, onde as paixões desencadeadas provocam acusações das mais violentas, jamais alguém o acusou de comprometido com a corrupção. Foi, diversas vezes, criticado por suas posições revolucionárias. Procuravam atingi-lo com histórias falsas, como a do estudante que morava no cemitério em represália a ter sido expulso pelo Decreto-Lei nº 477 ou a afirmação de que o salário mínimo daria até para fazer uma poupança mensal.

Senador, enfrentou os maiores líderes da Oposição, como Paulo Brossard, Marcos Freire, Franco Montoro, Mário Covas, Itamar Franco etc. Ao despedir-se do Senado, para governar Minas Gerais, Tancredo Neves o classificou de o mais correto, o mais capaz e o melhor defensor da Revolução. Na Constituinte teve dificuldades pela defesa das reivindicações militares, porém o respeito que lhe tinham seus colegas levou-o a ser escolhido para Vice-Presidente pelo Deputado Ulysses Guimarães, com o qual nunca teve qualquer vinculação partidária. O melhor elogio foi o de Luiz Ignácio da Silva, do qual discordava frontalmente, que sempre manteve com ele relações amistosas e francas.

A ida de Passarinho para o Governo Collor, como ministro da Justiça foi decorrente de conversas sinceras com o general Agenor de Carvalho e, posteriormente, com o Presidente Fernando Collor. Durante meses ele recusou as sondagens para integrar a equipe do Presidente Collor, quer fosse no Congresso quer no Ministério. Não porque discordasse de muitas de suas idéias, mas simplesmente porque havia, na campanha eleitoral, votado em Mário Covas, candidato do PSDB, e declarado isso abertamente. Parecia-lhe que faria melhor, ajudando o governo sem dele participar porque não disputava cargos.

Escolhido para ministro da Justiça, durante a crise provocada pela saída de Bernardo Cabral, assumiu, como de seu feitio, a defesa das posições do Presidente Collor. Colocou-se, pela formação militar, como guardião do Presidente e do Governo, preferindo que as críticas lhe fossem dirigidas. Esse comportamento causou, é lógico, reações e passou a ser alvo dos que pretendem derrubá-lo porque impede muitos desejos e dos que, de fora, querem o fracasso do Governo.

Tem sido, pois, atingido por vários motivos. Como não há de que acusá-lo, tenta-se, agora, provar que é conivente com os corruptos porque não botou na cadeia outros Ministros de Estado, que têm, como ele, a mesma situação e hierarquia. É, sem dúvida, exagero, mesmo porque não lhe cabia essa providência, a não ser que se invoque o Código Penal e aí somos todos culpados.

Durante o discurso do Sr. Oziel Carneiro, o Sr. Nabor Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Senador Oziel Carneiro, a Mesa do Senado Federal quer solidarizar-se com o brilhante discurso proferido por V. Ex^a e com todos os apertes a ele oferecido.

Sabemos, perfeitamente, conhecedores que somos da trajetória política e militar do atual Ministro da Justiça e nosso colega, Senador Jarbas Passarinho, que dignificou todos os cargos que ocupou, inclusive, quando exerceu a Presidência desta Casa, conforme acaba de assegurar nosso Presidente de ofício. Portanto, a solidariedade desta Mesa.

O Sr. Odacir Soares — Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na manhã de hoje, o Presidente Fernando Collor, no Palácio do Planalto, fez entrega aos Cientistas Antônio Cândido de Mello e Souza, do Rio de Janeiro, e Leonidas de Mello Deane, do Pará, do Prêmio Almirante Álvaro Alberto, concedido a cientistas e pesquisadores que se destacam nos campos das Ciências Sociais e Exatas.

O Professor Antônio Cândido de Mello e Souza destacou-se no campo das Ciências Sociais e o Professor Leonidas de Mello Deane no campo da biologia e da Medicina, como pesquisador, inclusive da malária.

Desejava fazer este registro, porque ele é da maior importância, uma vez que os recursos consignados no Orçamento Plurianual, para a ciência e para a pesquisa se avolumam, a cada ano, na razão de 30% sobre o exercício anterior.

De modo, Sr. Presidente, que eu queria fazer este registro, cumprimentando o Presidente Fernando Collor e também o Ministro da Educação, Sr. José Goldemberg, pela concessão do Prêmio Almirante Álvaro Alberto que, como todos sabem, criou o Conselho Nacional de Pesquisas.

Era essa a comunicação que eu desejava fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Concedo a palavra ao nobre Senador Beni Veras. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para tratar de um assunto que hoje é comentário e interesse de toda a imprensa nacional e, principalmente, da classe política: o parlamentarismo, o presidencialismo ou a monarquia, isto é, o sistema de governo que poderemos ter com o plebiscito. Quero dizer, neste instante, que votarei a favor, trabalharei para que o plebiscito seja antecipado dentro da Emenda Roberto Magalhães.

Estou coerente, porque eu votaria, como votei na Emenda de José Richa, pois pensava que esse plebiscito não deveria se realizar em 1993, mas agora, em 1992. Como presidencialista, talvez radical, onde tenho uma emenda, apoiada pela maioria do Senado da República, pois contém quarenta e seis assinaturas, tenho a convicção de que, no momento em

que o povo decidir qual o melhor sistema de governo, o que irá prevalecer, com todos os defeitos, será o presidencialismo.

Ao mesmo tempo em que os parlamentaristas estão se unindo em torno do Dr. Ulysses Guimarães e de figuras exponenciais que defendem o parlamentarismo, o meu Presidente, Fernando Collor, em entrevista concedida a revista *Veja* — nas páginas amarelas — externa claramente sua posição a favor do parlamentarismo. Nesse ponto, discordo de Sua Excelência, que conhece muito bem o meu pensamento.

Quero, neste instante, fazer um apelo à figura de um homem que é presidencialista convicto, conhecedor profundo da classe política e deste regime, que ocupa um cargo de importância neste País, que é o Presidente do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides, para comandar esta frente presidencialista, a fim de que comecemos a preparar nossa força presidencialista, na qual temos figuras exponenciais, como o ex-Governador Orestes Quércia, o Governador Antônio Fleury Filho, o Governador Hélio Garcia, o ex-Governador Miguel Arraes, o Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães e tantos outros que, neste instante, não me ocorre os nomes. Peço a S. Ex^a, o Senador Mauro Benevides, que comece a reunir os presidencialistas aqui dentro do Senado da República, figuras como o Senador Hugo Napoleão, Presidente do PFL, e o Senador Marco Maciel que, apesar de ser Líder do Governo, poderá ficar à vontade. Quando eu estava viajando, tomei conhecimento, através da imprensa, de que S. Ex^a estava preocupado com o posicionamento do Presidente da República nesse embate do sistema de Governo, que poderá mudar o País. Sua Excelência ficará mais à vontade, pela capacidade de aglutinação que tem o Líder do Governo, Senador Marco Maciel, de, junto ao nobre Senador Mauro Benevides e tantas outras figuras exponenciais do Parlamento brasileiro, para fazer uma frente única, a fim de mostrar ao povo brasileiro que este momento não é o exato para se mudar o sistema de Governo, de presidencialista para parlamentarista.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Ney Maranhão, agradeço a lembrança de V. Ex^a em mencionar o meu nome dentre aqueles que poderiam, nesse momento em que se cogita alterar a Constituição, assumir a posição clara em defesa do presidencialismo. Essa minha posição presidencialista ficou patente durante o debate na Assembleia Nacional Constituinte, embora, naquela ocasião, se alegasse que a transição por que passava o País reclamava a preservação do atual sistema de governo. Mas diria a V. Ex^a que, em relação a mim, uma postura de maior proeminência nessa campanha não se ajustaria rigorosamente à minha condição de Presidente do Senado e do Congresso, ainda mais porque a passionalização que vai caracterizar esse debate poderia me envolver. Se houver a antecipação do plebiscito para o dia 21 de abril, não mais estarei na Presidência do Senado e, consequentemente, sem qualquer responsabilidade maior na condução dos trabalhos do Congresso. Ainda mais porque, na emenda apresentada, está prevista uma assembléia revisora, que se incumbirá desse trabalho de promover a alteração da Carta Magna em vigor. Aguardaria a oportunidade para quando a Câmara dos Deputados decidir, conclusiva e soberanamente, em torno do texto da lavra do brilhante jurista Deputado

Roberto Magalhães, para nos debruçarmos sobre essa inovação contida no texto, que é exatamente a assembléia revisora que se incumbirá de promover as alterações do texto constitucional. Mesmo com essa posição, que V. Ex^a reconhece ser a mesma durante a elaboração constitucional, em favor da preservação do regime presidencialista, eu, até primeiro de fevereiro, teria que aguardar uma postura ética de isenção e de imparcialidade, a fim de não comprometer, com composições mais aguerridas, mais de linha de frente, mais de vanguarda, a minha própria situação de Presidente do Senado e do Congresso. Terminado o meu mandato de Presidente do Senado, com mais desenvoltura eu poderia me posicionar. Tal fato coincidirá exatamente, com a fase que antecederá a consulta plebiscitária, caso seja admitida a sua antecipação para o dia 21 de abril. Como legislador constituinte, assisto preocupado ao debate de que se tem cercado essa matéria. São juristas de expressão destacada nos círculos culturais do País que se manifestam contra a alteração do dispositivo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Há quem diga até que isso representaria uma infringência ao próprio espírito do legislador constituinte, que, estabelecendo aquela data, previu que a revisão deveria se situar num espaço de tempo que permitisse à sociedade brasileira entender se as normas da Casa deveriam prevalecer ou não até que se conhecesse a nova realidade do País. Além disso, nobre Senador Ney Maranhão, há ainda aqueles, como o Jurista Geraldo Ataliba, que entendem que a revisão que chegarmos a estabelecer da Carta Constitucional teria que se circunscrever apenas à forma e ao sistema de governo. Nesse caso, apenas, é que se situaria a revisão constitucional, e não ampliando essa revisão sem a exigência do que a Carta estabelece: a bicameralidade e os 3/5 de votos. Então, a unicameralidade e o voto da maioria absoluta só seriam imprescindíveis, indispensáveis na apreciação da forma e do sistema de governo. Portanto, é um debate que vai realmente, como já disse, se passionalizar. Somente após deixar a Presidência do Senado Federal é que eu me disporia — porque teria realmente mais desenvoltura — a me engajar nessa campanha, para que discutíssemos amplamente com a sociedade, antes daquele período que marcará a decisão plebiscitária, como aqueles que o pretendem, para o dia 21 de abril.

O SR. NEY MARANHÃO — Quero agradecer ao Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides, por esse aparte esclarecedor, principalmente pela preocupação que S. Ex^a tem a respeito desse magno problema que irá interferir diretamente em todas as camadas da população.

Vamos começar a ter encontros com pessoas, líderes, governadores, senadores que defendam a bandeira do presidencialismo. Entretanto, de hoje em diante, no meu entender, a pessoa indicada para oficialmente enfrentar a ofensiva dos parlamentaristas é o Presidente do Senado Federal, o Presidente do Congresso Nacional, o Senador Mauro Benevides, que, depois de desocupar a cadeira da Presidência, delegada a S. Ex^a pelos ilustres senadores, será o nosso comandante no embate pelo presidencialismo. O povo decidirá, em última instância, sobre o sistema de Governo. Tenho certeza absoluta de que sairemos vitoriosos.

O Sr. Oziel Carneiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com prazer, ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Oziel Carneiro — Senador Ney Maranhão, na manhã de hoje, já aparteei o Senador Maurício Corrêa sobre o mesmo assunto, e saiba V. Ex^a que sou presidencialista por uma série de convicções. No entanto, ao ser votada novamente, se for aprovado em segundo turno na Câmara Federal, a antecipação do plebiscito, eu, ao contrário do que fiz por ocasião da Emenda Richa, votarei pela sua aprovação. E o faço absolutamente tranquilo, porque entendo que abril de 1993 já será uma data adequada para que se abra, perante a população brasileira, o debate entre presidencialismo e parlamentarismo, para que os adeptos de cada lado possam mostrar as virtudes e os defeitos deste sistema de governo, e também para evitar que nós possamos, novamente, confundir a opinião pública com candidatos lançados à presidência da República no sistema presidencialista e que tenham posteriormente, que mudar o tom de sua campanha, para serem presidentes no sistema parlamentarista. Coloque-me voluntariamente no exército...

O SR. NEY MARANHÃO — Do Senador Mauro Benevides.

O Sr. Oziel Carneiro — ... que V. Ex^a acaba de convocar, sob a chefia do eminente Senador Mauro Benevides, Presidente desta Casa. Tenho certeza que o que for melhor para a Nação brasileira, a população, devidamente esclarecida pelos que defendem o parlamentarismo e condenam o presidencialismo, e vice-versa, dará o veredito mais adequado, no interesse de nossa gente. Muito obrigado.

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado ao nobre Senador pelo aparte. Quero dizer a V. Ex^a que chamo a atenção do Senado porque no momento em que houvesse — o que, no meu entender, não vai haver — a mudança do sistema presidencialista para parlamentarista — por enquanto, pelas pesquisas, os parlamentaristas dispõem apenas de 3% de aprovação perante a opinião pública; empatam hoje somente com banqueiros —, o Senado passaria a ser apenas a Rainha da Inglaterra.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. NEY MARANHÃO — Com prazer, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Para enfrentar os generais das tropas presidencialistas, ficou aqui um soldado das tropas parlamentaristas. Mas basta um soldado para enfrentar tantos generais, porque os argumentos parlamentaristas são muito mais fortes. V. Ex^a cita, aí, por exemplo, o resultado da pesquisa que nos coloca numa posição muito desagradável. Agora, tal fato resulta de quê? Do sistema em que estamos vivendo, da força presidencial, uma força quase que imperial e de um hábito que temos, de girar em torno do poder. Então, como temos como exemplo do poder o Presidente da República, muitos são os parlamentares que não têm nenhuma obrigação com os seus Partidos, não têm nenhuma obrigação com as suas idéias; só têm a obrigação de apoiar o Governo, de comparecer aqui no momento de uma determinada votação de interesse do Governo. De modo que perdemos muito o respeito perante a opinião pública. É claro que para a implantação do sistema parlamentarista muitas mudanças terão que ser feitas. Uma delas é a questão partidária, o fortalecimento dos partidos, a questão da administração pública, a maior profissionalização do funcionalismo público, para evitar que,

nos momentos de transição de Governo, haja qualquer problema com a continuidade governamental. Temos que mudar também a respeitabilidade do parlamentar; através de uma fidelidade partidária maior. V. Ex^a sabe que na Inglaterra, por exemplo, houve um determinado momento em que os trabalhistas ganharam a eleição com um voto de diferença na Câmara e governaram quatro anos, sempre vencendo todas as moções. Nunca perderam uma votação, por causa da fidelidade partidária, do respeito aos compromissos com o partido político. Teremos que mudar muito; e a antecipação do plebiscito é importante, porque se o povo votar a favor do parlamentarismo teremos que nos adaptar a esse novo sistema de governo. A eleição distrital torna-se necessária, assim como o poder de dissolução da Câmara. Quando V. Ex^a afirma que vamos perder poder no Senado, em parte, V. Ex^a pode ter razão. Mas, este é o papel do Senado. O Senado terá que se voltar para a política externa e para fiscalização. Teremos uma função diferente. E digo "nós" por força de expressão, porque espero nem estar mais aqui; mas o que quero dizer é que o Senado terá um outro papel, e será um papel importante. Seria limitado, porque o Senado, por exemplo, não seria dissolvido porque não teria participação na escolha do Primeiro-Ministro. Então, são fatos completamente diferentes e creio que essa adaptação terá que ser feita. Terá que partir, inicialmente, da respeitabilidade do Congressista, porque as grandes campanhas presidencialistas dizem: "Vai-se dar o poder para que esses políticos que estão aí tomem o poder". Não isso. Essa é uma distorção da realidade, não é o que se pede. O que se pede é a responsabilidade dos políticos para assumirem o poder. E isso poderá acontecer no sistema parlamentarista, não no presidencialista.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Jutahy Magalhães, em tese, concordo em ponto, vírgula e cé-cedilha com o aparte de V. Ex^a. Acho que o parlamentarismo seria o sistema ideal para nós. Não tenho dúvida.

Mas o Senador Jutahy Magalhães, quando V. Ex^a falou que os Senadores ou os Deputados encham o plenário quando há uma votação de interesse do Governo — os Senadores do Governo — os Senadores, os Deputados de Oposição deveriam estar aqui para rebatê-los.

Infelizmente, hoje, Senador, a imagem do Congresso está altamente comprometida. Em parte somos culpados, mas a imprensa também contribui para esse conceito, porque, V. Ex^a é um Senador que trabalha, que comparece, que apresenta projeto, briga para engrandecer cada dia mais este poder, mas quero que V. Ex^a cite algum projeto seu ao qual a imprensa tenha dado um grande destaque. Mas, se V. Ex^a assim como eu fizer algo errado, a imprensa publica o fato em manchete. Somos um poder desarmado, a imprensa deveria nos prestigiar, porque quanto mais forte o Congresso mais forte é a democracia, mas nós somos um poder desarmado, repito. A imprensa ainda não entendeu que nenhum Senador, nenhum Deputado caiu do céu para esta Casa; foi votado, recebeu sufrágio e veio para o Congresso. Se os parlamentaristas acreditassem realmente na mudança do sistema de governo este Plenário deveria estar cheio, o plenário da Câmara dos Deputados deveria estar cheio. Eu era Deputado Federal, Senador Jutahy Magalhães, no ano de 1954, e até à mudança para Brasília não havia o chamado esforço concentrado. Ele surgiu quando viemos para Brasília, porque não havia moradia; a situação era difícil para o parlamentar. Mas hoje não há nada disso. V. Ex^a sabe que este Plenário trabalha mesmo

três dias por semana. Tal fato desgasta ainda mais a imagem do Congresso perante o povo brasileiro.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO — Deixe-me completar o raciocínio, nobre Senador. Então, dentro desta linha, Senador Jutahy Magalhães, tais fatos serão abordados em praça pública. V. Ex^a, assim como eu, defende o Congresso, mas temos que admitir que somos culpados também. Então, com toda a falha decorrente do presidencialismo, quando o povo entender que vamos entregar o poder ao Deputado, ao Senador, ao Congresso, não acredito, Senador, pelas pesquisas que há nesse sentido, que o povo brasileiro irá mudar o sistema de governo. Não que esse regime seja ótimo; de maneira alguma! Esse sistema não é o ideal. Mas ainda não temos partidos, nobre Senador. Faça V. Ex^a uma experiência.

O Sr. Jutahy Magalhães — Só teremos partidos quando mudarmos o regime.

O SR. NEY MARANHÃO — Somente quanto formos politizados. Infelizmente, a ditadura podou as lideranças de emergência que, hoje, poderiam estar mostrando ao povo brasileiro o melhor caminho. Veja, V. Ex^a, as lideranças que hoje comandam este País, são lideranças anteriores ao golpe militar, grande parte delas. Então, infelizmente, sou fã do parlamentarismo, mas para daqui a 20 anos, quando o povo estiver mais preparado. Quanto mais eleições, mais o povo aprende a votar. V. Ex^a veja como o Senado, a Câmara dos Deputados, 64%, foi renovada. Por quê? Porque o povo está começando a escolher os seus representantes. Por isso, quero adiantar esse plebiscito. Assim como votei a favor da Emenda José Richa — e não me arrependo um segundo — quero também que essa castanha seja logo quebrada, para vermos qual, afinal, o sistema de governo. Agora, estou com o Governador Miguel Arraes, quando S. Ex^a viu o plenário vazio há três meses, disse que a sua preocupação era a de que a monarquia tivesse mais votos do que o parlamentarismo.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte, antes de encerrar a sessão por falta de número?

O SR. NEY MARANHÃO — Pois não.

O Sr. Jutahy Magalhães — Quero dizer a V. Ex^a que esse será por excelência o argumento presidencialista. Realmente, temos muitas culpas. V. Ex^a falou em trabalho de três dias por semana, e fico mais preocupado em dizer que estamos nos acostumando a trabalho de um dia. Não conheço trabalhador brasileiro que só trabalhe um dia na semana. Estamos aqui fazendo a "super quarta-feira" e não uma "super semana" de trabalho. Agora, não é porque não temos aqui qualquer repercussão de nossa atividade, que devemos desistir do trabalho.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro.

O Sr. Jutahy Magalhães — Não é porque a imprensa, que aqui também tem cento e muitos jornalistas credenciados nestas duas Casas para acompanhar os trabalhos da Câmara e do Senado e não comparecem, que vamos dizer que a imprensa não presta.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro.

O Sr. Jutahy Magalhães — Quando filmam esse plenário vazio, digo: "filmem lá também".

O SR. NEY MARANHÃO — Mas, não filmam, filmam aqui.

O Sr. Jutahy Magalhães — Mas, não adianta. Agora, dizer que por causa disso a imprensa não deve ter a responsabilidade de acompanhar os nossos trabalhos e nos criticar? Não. Eles podem criticar. E merecemos, muitas vezes, essas críticas.

O SR. NEY MARANHÃO — E o reflexo está aí nas pesquisas.

O Sr. Jutahy Magalhães — Quando V. Ex^a fala em 64% de renovação lá na Câmara, infelizmente, não é uma mudança para melhor. Se se dissesse que era uma escolha para melhorar o nível, tudo bem, mas, infelizmente, não é isso que está acontecendo. Estou para fazer um pronunciamento aqui a respeito do programa gratuito de televisão, que, de gratuito, não tem nada. O que mais encarece uma campanha política é, exatamente, o programa de televisão; pelo que se tem gasto para fazer com que esse programa possa ir ao ar, para se criar imagens falsas de candidatos. Quando tivemos aqui a oportunidade de votar o projeto do Senador Mário Covas, e só eu votei a favor do seu projeto, determinando que fosse feito ao vivo. Porque não só demonstraria o real pensamento do candidato, como não daria margem a esses gastos que estão aí. Por exemplo, ouço falar da campanha de Prefeito, hoje, no Brasil; o que ouço falar para se criar a tal ilha de produção de um programa de televisão gratuito? Essa ilha de produção do programa gratuito, não sai por menos de 500 mil dólares.

O SR. NEY MARANHÃO — Tem razão V. Ex^a.

O Sr. Jutahy Magalhães — E se fala em mais de 1 milhão de dólares para se poder fazer um programa bem feito; se maquiarmos um candidato, fingir que é o que não é, iludir a opinião pública, lançando à opinião pública um programa totalmente falso, irreal e irresponsável, em grande parte. Então, temos muitos erros e muitas falhas. Eu penso — aí é a diferença maior que quando entramos em uma campanha para dizer: não podemos entregar o poder aos Parlamentares, porque eles são irresponsáveis, iremos também dizer que não podemos manter um governo presidencialista, porque o Presidente da República falseia o seu programa durante a campanha, e quando assume o Governo faz tudo ao contrário do que pregou. Não podemos dizer que somos contra o Presidencialismo, porque a corrupção está aí campeando, e não podemos fazer modificações de um governo sem criar um clima para golpes, que não queremos. Existem argumentos dos dois lados. E por isso é que temos que fazer um trabalho de proselitismo, mas baseado em fatos reais. Uma discussão correta a respeito do que seja o Regime Parlamentarista, e não, como já ouvi dizer, que não podemos entregar o poder a esse Congresso que aí está. Não vai ser a esse Congresso e, sim, ao próximo. E, talvez se mudando o regime, o Congresso venha a ficar melhor.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Jutahy Magalhães, agradeço a V. Ex^a essa aula em defesa do parlamentarismo e também do presidencialismo.

Completando o seu raciocínio, o programa da Constituinte, aqueles cinco minutos de noticiário sobre a Constituinte, aos quais o povo já estava acostumado, ligando a televisão antes de programas importantes para ouvir o diário da Constituinte. Por que saiu do ar? Culpa nossa, culpa do Congresso, porque nós temos o poder de fazer a lei e fazer com

que ela se cumpra, mas nós mesmos nos retiramos esse poder de defender o Congresso. Dentro do raciocínio de V. Exª há falhas dos dois lados. Justamente por isso é que pode haver uma confusão quando o povo irá decidir no plebiscito. E dentro dessa confusão, não tenha dúvida nenhuma, o presidencialismo irá triunfar.

Sr. Presidente, deixo esta tribuna certo de que o problema do parlamentarismo e do presidencialismo merecerá um duelo em praça pública entre as grandes lideranças que defendem um ou outro sistema de governo. Mais uma vez tenho a certeza de que irá triunfar o presidencialismo, e estarei esperando tranqüilo que a minha emenda sobre a reeleição de Presidente da República, governadores e prefeitos será um incentivo para os bons governadores, bons presidentes e os bons prefeitos a trabalharem para o povo brasileiro. Depois de triunfarmos no presidencialismo daremos oportunidade a que essas autoridades sejam julgadas pelo povo através das urnas.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão, o Sr. Carlos Patrocínio deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Aluizio Bezerra — Antonio Mariz — Carlos Patrocínio — Cid Sabóia de Carvalho — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — João Calmon — Josaphat Marinho — Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs. Senadores, o nobre Senador José Paulo Bisol suscitou questão de ordem interpellando a Mesa, quando se anunciava a inclusão na Ordem do Dia de matéria referente à Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

A Presidência sente-se no dever de esclarecer que a matéria tramita em regime de urgência, art. 336 e seguintes, do Regimento Interno, por deliberação do Plenário, a ser aprovado como foi, o requerimento assinado pelas lideranças na sessão do dia 25 último.

Nos termos do art. 336, alínea c, o Plenário pretendeu que a apreciação da matéria se fizesse na sessão ordinária de hoje, que é a segunda sessão ordinária subsequente à aprovação do requerimento.

A aprovação do requerimento, que tem como consequência a adoção do rito procedimental específico da urgência, retira do Senador a faculdade de apresentar emenda, nos termos do disposto no art. 235, II, alínea d, isto é, no prazo de cinco sessões ordinárias, perante a Mesa, tendo em vista tratar-se de proposição, que não possui caráter terminativo nas Comissões.

Em consequência, a oportunidade para apresentação de emendas poderá ser feita por qualquer Senador, é estabelecido no art. 348, do Regimento Interno, ou seja, até o encerramento da discussão, sendo que este poderá ocorrer pela ausência de oradores ou mediante deliberação do plenário.

Os pareceres sobre as emendas deverão ser proferidos imediatamente, ou se a complexidade da matéria indicar, no prazo de 24 horas, saindo nessa hipótese a matéria da Ordem do Dia, para nela figurar na sessão ordinária subsequente.

Desse modo, tanto fica assegurado a qualquer Senador o direito de apresentação de emenda, como as modificações que entender necessárias, com o direito de exame da matéria pelo Relator no prazo regimental, devendo as emendas serem

submetidas ao Plenário na oportunidade regimental adequada.

A CCJC, por outro lado, aprovou parecer assinado também por S. Exª, o Senador José Paulo Bisol, examinando o projeto minuciosamente e aprovando-o com 35 alterações, consubstanciadas em emendas inseridas no parecer.

Assim, a Presidência cumpre, mais uma vez, o seu dever de zelar pela rigorosa observação do Regimento, para conferir a necessária legitimidade às decisões da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta manhã desejo fazer o registro de um importante acontecimento na Capital Federal. Refiro-me ao festejado aniversário de Ceilândia, que hoje comemora a sua maioridade, com seus 21 anos de existência.

Importante ressaltar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a consolidação de Ceilândia como cidade deve-se exclusivamente ao trabalho e à coragem de sua população, que acreditou ser possível transformar um assentamento de favelados em dos mais progressistas centros urbanos da região Centro-Oeste.

Ceilândia é hoje a cidade-satélite mais populosa do Distrito Federal, com uma intensa atividade comercial. A ação do Governo do Distrito Federal, sob a orientação do Governador Joaquim Roriz, tem sido efetiva e vem buscando humanizar e criar condições de bem-estar para população ceilandense, através de importantes obras de urbanização e infraestrutura.

Trata-se, sem dúvida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de um exemplo de cidade que deu certo, quer por ter sido planejada, quer pela adoção, por parte dos seus moradores, de um estilo próprio de socialização e convivência, baseada, sobretudo, na solidariedade e no trabalho.

Tenho muita esperança e convicção de que a Ceilândia está destinada a desempenhar um papel de destaque no contexto sócio-econômico da região Centro-Oeste. A expressividade numérica de sua população e o ritmo intenso da expansão das atividades comerciais e industriais apontam nesta direção.

Quero expressar aqui os meus mais calorosos votos de um feliz aniversário para a população de Ceilândia, desejando que o exemplo de trabalho desse povo pioneiro possa difundir-se por todo o Brasil.

Parabéns, Ceilândia!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, e Srs. Senadores, a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 permanece adormecida em muitos dos seus mandamentos, pois os que carecem de regulamentação, em sua maioria, ainda não possuem leis complementares ou ordinárias que promovam a sua plena e necessária aplicação. É o caso da ordenação escrita no art. 36, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que fixou o prazo de dois anos para o Congresso Nacional ratificar os fundos públicos existentes, na data da promulgação da Carta Magna. A disposição excetuava, então, os fundos resultantes de isenções fiscais, que passassem a integrar

o patrimônio privado, e aqueles de interesse da segurança nacional.

Ora, Sr. Presidente, no dia 5 de outubro de 1990, portanto, há quase um ano e meio, venceu o prazo estabelecido pela Constituição para que se confirmasse a sobrevivência desses recursos sistematizados em fundos públicos. Os Poderes Públicos federais, em obediência à Lei Maior, já deveriam ter extinguido todos esses fundos, decorrido o prazo previsto. No entanto, surpreendentemente, pontifica-se nossa tradição prestidigitadora, de burlar e adiar o cumprimento das leis; de consagrar o "jeitinho brasileiro" que já virou, para nossa vergonha, instituição nacional, incorporando-se ao perfil do País e marcando desfavoravelmente a nossa imagem no estrangeiro.

Por que não se cumpriu e não se cumpre a Constituição Federal? O assunto é relevante, Sr. Presidente. A manutenção inconstitucional desses fundos, além de constituir uma chacota jurídica, é perniciosa às finanças do Estado, abala as contas públicas. A possibilidade de receitas, despesas e administração oculta ou paralela, clandestina, dos recursos desses fundos — o conhecido "caixa 2" — Põe em risco a execução do Orçamento Geral da União.

Cabe à Lei Complementar, de acordo com o novo ordenamento jurídico — constitucional, estipular as condições para instituição e funcionamento dos Fundos (art. 165 § 9º — II), dependendo sua criação sempre da autorização do Legislativo (art. 167 — IX) e devendo, obrigatoriamente, integrar o Orçamento Fiscal (art. 165, § 5º).

Não falamos aqui dos Fundos com "razões predominantemente constitucionais" que, conforme considera o Tribunal de Contas da União, "estariam excluídos dessa previsão (de extinção) por integrarem o próprio sistema constitucional vigente", tais como:

- Fundos de Participação: FPM e FPE;
- Fundos Constitucionais de Financiamento: FNO, FNE e FCO;
- Fundos de Contribuições Sociais: PIS/PASEP;
- Fundo Partidário;
- FGTS;
- FINAM e FINOR etc.

Projeto de Decreto Legislativo apresentado em agosto de 1990, pelo nobre Senador Chagas Rodrigues e outros, ratificando o Fundo de Liquidez da Previdência Congressual e o Fundo Assistencial do Instituto de Previdência dos Congressistas, dormita na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados desde outubro daquele ano, sem conclusão. Outro Projeto de Decreto Legislativo, ratificando recursos do Fundo que mantém a Escola Superior de Administração Fazendária — ESAF, apresentado em junho de 1991; e um terceiro que ratificou o Fundo de Aplicação Financeira, apresentado em maio do ano passado, continuam também hibernados naquela Comissão da Câmara.

Um dia antes de vencer o prazo constitucional que extinguia os fundos, isto é, no dia 4 de outubro de 1990, chegava ao Congresso Nacional Mensagem do Poder Executivo ratificando a existência de alguns deles. Desde novembro daquele ano, a matéria vem sendo discutida pelas lideranças partidárias, sem que se chegue a um acordo para que a coloquemos em votação no Congresso.

Desde 1966 o T.C.U., através do Ministro-Relator Wagner Estelita Campos, pronunciava a imperiosa necessidade de disciplinar e controlar os recursos postos à disposição desses fundos, diante do volume das quantias a eles destinadas.

O Ministro-Relator do TCU, Homero Santos, em seu relatório e parecer prévio sobre as contas do Governo da República (1990) ratifica essa posição quando declara que "tais fundos, pela quantidade de recursos que movimentam e pela representação jurídica de seus órgãos gestores, estão a exigir, mais do que nunca, fiscalização permanente, em especial no que tange ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador, este vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, movimentou expressivas somas no exercício de 1990".

Cita, ainda, o nobre Ministro-Relator do TCU, as verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FN-DE que, no exercício de 1990, repassadas a 1.340 Municípios, não estariam sendo aplicadas corretamente em projetos educacionais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é lícito, nem ético, que o Governo Federal ignore a Constituição, mantendo esses fundos, sem convincentes justificativas ou prestações de contas permanentes ao Congresso Nacional e à Nação. Por outro lado, apelo às lideranças dos partidos para que não sucumbamos frente às dificuldades naturais ou procrastinações indevidas do processo legislativo brasileiro ou dos regimentos da Câmara e do Senado, e não sejamos vencidos pela Constituição, como o Poder Executivo já o foi, quando, descumprindo a Carta Magna, manteve e mantém esses fundos, numa sobrevivência escandalosa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a incúria do Poder Executivo transformou em letra morta o art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: trata-se de uma desobediência, de uma transgressão continuada de um mandamento de duração temporária, existente para resolver determinada realidade jurídica modificável; e, ao mesmo tempo, uma ignorância do que o preceito tem de permanente e consumado, que é a extinção de todos os fundos em 5 de outubro de 1990, com as exceções declaradas, salvo os que foram ratificados até aquela data.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podemos renunciar aos nossos poderes e atribuições constitucionais quanto à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, nos termos do artigo 70 e 71 da Carta Magna; nem tampouco ao disposto que insere, como matéria de Lei Complementar, o estabelecimento de normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como às condições para a instituição e funcionamento de fundos. Os fundos de qualquer natureza só podem ser instituídos com autorização prévia do Legislativo — repetimos.

Estas são as considerações e o alerta que faço ao Congresso Nacional e à Nação sobre a gravidade da manutenção ilícita dos fundos públicos, que contraria dispositivo constitucional, e a necessidade imediata de se corrigir essa situação irregular, que violenta a ordem jurídica e compromete as finanças da União.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, apesar da profunda diferença que há entre cacau, café e cana-de-açúcar, ao menos três pontos em comum têm aqueles que exploram economicamente essas culturas: todos estão às voltas

com o declínio da produtividade, todos reclamam dos preços baixos, todos enfrentam um grande endividamento.

Mais do que um reflexo da crise que grassa pelo Brasil, esses problemas são consequência da falta de uma política adequada e atualizada para esses setores, da falta de investimento na melhoria das plantações, do combate às pragas.

Os cafezais brasileiros já não são mais aqueles que enchiam de orgulho os seus proprietários e serviam até para transformá-los em fidalgos de uma realeza diferente, não estabelecida em direito de sangue. Os barões do café que chegaram a traçar os rumos da nossa história cederam lugar a um grande número de pequenos plantadores, hoje preocupados com uma queda de produtividade da ordem de 40% — de 10 sacas por mil pés caiu para 6 sacas; com a erradicação de 10% de suas culturas; com o abandono de cerca de metade dos cafezais, com a carência de pesquisas e com a descapitalização. Enfim, estão à míngua de recursos os pequenos cafeicultores, que, no conjunto, respondem por 75% dos cafeeiros plantados. Em decorrência desses problemas, o café brasileiro é de baixa qualidade, e as exportações caíram de 18 milhões de sacas anualmente para 15 milhões. Como consequência da diminuição do volume exportação e da redução dos preços, Ruy Barreto, presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio de Janeiro, estima que as perdas do País, nos últimos anos, chegaram a algo em torno de US\$ 2 bilhões.

Em relação ao cacau, a situação é igualmente preocupante: os preços estão baixos, muitos cacauais estão sendo dizimados pela falta de trato ou pela terrível praga da vassoura-de-bruxa; os produtores estão descapitalizados. Por todas essas causas, estima-se que a queda da safra 91/92 seja da ordem de 36%.

No tocante ao setor sucroalcooleiro, os problemas são a baixa produtividade — o que pesa como uma ameaça para os proprietários de cartos a álcool —, usinas antigas, ultrapassadas e altamente onerosas e, acima de tudo, o endividamento exagerado. Estima-se em US\$ 2 bilhões a dívida do setor junto ao Tesouro Nacional, ao Banco do Brasil e à Receita Federal.

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, creio que, no tocante a esses três setores, chegou-se a uma encruzilhada. É chegada a hora de não mais empurrar os problemas com a barriga, de não mais procurar medidas paliativas e, sim, de achar soluções duradouras que possam salvar as lavouras e não acabar com os produtores e inviabilizar seus empreendimentos.

Há que retornar os investimentos em pesquisa, para que se encontrem maneiras mais econômicas de combate às pragas e se descubram espécies mais produtivas e mais resistentes aos fatores adversos.

No tocante ao cacau, há que se promover um melhor aproveitamento de seus subprodutos, na forma de sucos e geleias da polpa e uso da casca como fertilizante ou complemento alimentar para animais; é necessário promover um maior consumo interno, o que poderia ser obtido através da introdução do chocolate, do suco e da geleia da polpa de cacau nas cestas da LBA e na alimentação fornecida em escolas e quartéis.

Com relação à cana-de-açúcar, uma solução passa pelo fim da prática de se queimarem os canaviais para facilitar o corte de cana. Experiências feitas em Pernambuco e divul-

gadas pelo programa Globo Rural demonstram que a maior produtividade — em torno de 20% — e a redução no uso de fertilizantes compensam os gastos maiores com mão-de-obra no momento da colheita. Agreguem-se a isso as vantagens sociais na forma de mais empregos e os benefícios para o solo, que não será depauperado e ressecado pelo fogo; para o ar, que será mais puro, com a ausência de fumaça, para o meio ambiente que não será desprovido de muitos insetos e pequenos animais que vivem nos canaviais. Além disso, precisa ser disseminado o uso do bagaço na alimentação de bovinos e na produção de energia elétrica, experiência essa já feita com sucesso em São Paulo.

E preciso pôr um fim nessa interminável novela que é a dívida de cafeicultores, cacauicultores e, principalmente, usineiros. Todos sabem que, se não se alterarem as estruturas desses setores, jamais será ela paga e a cada renegociação estará mais alta e, naturalmente, mais impagável. Como será possível a um setor em crise, como o sucroalcooleiro, saldar um débito de US\$ 2 bilhões, sem um redirecionamento em suas atividades? Por outro lado, esses débitos só devem ser renegociados, se o devedor resolver adotar práticas rentáveis que realmente lhe forneçam recursos para a quitação. A meu ver, a maneira de conseguir isso é através da diversificação da atividade, colocando um fim no sistema da monocultura. É mais do que sabido que a dependência de um único produto é sempre arriscada. Por que não consorciar o café com o arroz e até com o milho e o feijão? Por que não desenvolver a pecuária, a piscicultura ou a carcinicultura, numa parte das terras das usinas ou das fazendas de cacau? Essas são algumas das possibilidades já tentadas com algum sucesso, outras mais existem e devem ser tentadas pelos produtores, como diversificação de seus negócios e como remédio para a crise.

O Governo, através do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e do Banco do Brasil, precisa se convencer de que o papel que lhe é reservado na redenção dessas culturas é muito importante, pois poderá determinar um redirecionamento do seu desenvolvimento. O problema não é só colocar o crédito ao alcance do agricultor; é preciso que este seja orientado sobre a melhor maneira de utilizá-lo; sobre as formas de torná-lo produtivo e rentável. Ele precisa ser alertado para o risco de lançar todos os seus recursos em uma só cultura e informado das possíveis opções de diversificação. O banco, ao emprestar dinheiro a um agricultor, torna-se sócio do seu empreendimento e deve também procurar os meios para que seja bem sucedido.

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, esse é o alerta que tinha a fazer. Os recursos alocados a esses setores, o número de famílias que deles dependem e a sua importância para a economia do País como um todo demandam mais atenção e seriedade do poder público. Há que se encontrar uma forma que não prejudique o erário, que cubra todos os débitos, sem privilégios, e que não leve esses setores à bancarrota e à falência.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sendo evidente a falta do quórum mínimo para prosseguimento dos nossos trabalhos, a Presidência, por imperativo regimental, deverá levantar a sessão.

A Presidência designa para a sessão ordinária, a realizar-se na próxima segunda-feira, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 73, DE 1991**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1991 (nº 4.064/89, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

— 2 —

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 106, DE 1991**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1991 (nº 2.033/91, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

— 3 —

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 125, DE 1991
(COMPLEMENTAR)**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1991-Complementar (nº 60/89, na Casa de origem), que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal. (Dependendo de parecer.)

— 4 —

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 5, DE 1992**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1992 (nº 2.550/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Banco do Brasil S.A. a constituir subsidiária na Comunidade Económica Europeia. (Dependendo de parecer.)

— 5 —

**PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 105, DE 1991**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1991 (nº 2.032/91, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 3ª Região e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário. Relator: Senador Levi Dias.

— 6 —

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 133, DE 1991**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 1991 (nº 67/91, na Câmara dos Deputados),

que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, em 13 de março de 1991, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 19, de 1992, da Comissão

— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 7 —

**Projeto de Decreto
Legislativo nº 140, de 1991**

Discussão, em turno único, Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 1991 (nº 27/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Quadro de Cooperação Fazendário-Financeira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, em Brasília, em 10 de outubro de 1990, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 20, de 1992, da Comissão

— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 8 —

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1991**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1991 (nº 45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob o nº 24, de 1992, da

— Comissão Temporária (3ª sessão de discussão.)

— 9 —

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 1991**

Discussão, em turno único, da Proposta de emenda à Constituição nº 22, de 1991, de autoria do Senador Coutinho Jorge e outros Senhores Senadores, que altera a redação do art. 159, I, b, da Constituição, e o art. 34, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (2ª sessão de discussão.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 50 minutos)

ATO DO PRESIDENTE Nº 99, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1376/91-B, resolve aposentar, por invalidez, MARIA CRISTINA ENES DE ALMEIDA, Matrícula 1110, Especialista em Administração Legislativa/Análise, Quinta Classe, PL S11, do Quadro Permanente do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF, nos termos dos arts. 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil e 186, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 26 de março de 1992. — Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 100, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0208/92-2, resolve aposentar, voluntariamente, EDIRNE LEÃO DE FREITAS, Matrícula 1880, Especialista em Indústria Gráfica Legislativa/Técnicas, Quarta Classe, PL M8, do Quadro Permanente do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF, nos termos dos arts. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil e 186, inciso III, alínea a e 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 26 de março de 1992. — **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 101, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.525/92-5, resolve aposentar, voluntariamente, MANOEL PEDRO BISPO DOS SANTOS, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe 1ª, Padrão IV, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com as vantagens da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com as vantagens da Resolução (SF) nº 21, de 1980, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 27 de março de 1992. — **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 102, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.264/92-7, resolve aposentar, voluntariamente, REGINALDO DA SILVA, Assessor Legislativo, Parte Especial do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 27 de março de 1992. — **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 103, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.306/92-1, resolve aposentar, voluntariamente, ARLINDO FRANCISCO CALÓ, Técnico Legislativo, Área de Segurança, Classe “Especial”, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Senado Federal,

nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 192, inciso II, 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 27 de março de 1992. — **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 104, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.221/92-6, resolve aposentar, voluntariamente, FRANCISCO CARNEIRO NOBRE DE LACERDA NETO, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe “Especial”, Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 21, de 1980, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 27 de março de 1992. — **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 105, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.420/92-9, resolve aposentar, voluntariamente, IPEMERY JOSÉ MARTINS DA CUNHA, Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Classe “Especial”, Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 250, 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 27 de março de 1992. — **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 106, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.489/92-9, resolve aposentar, voluntariamente, HÉLIO DE SA ALMEIDA, Assessor Legislativo, Parte Especial do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 250, 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 27 de março de 1992. — **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 107, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.252/92-9, resolve aposentar, voluntariamente, CRESCILIA APARECIDA VALLOCCI, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 250, 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 27 de março de 1992. — **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 108, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.239/92-2, resolve aposentar, voluntariamente, TERESINHA LUSA DE SOUZA, Técnico Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão I, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea d, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea d, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com as vantagens da Resolução (SF) nº 21, de 1980, com proventos proporcionais ao tempo de serviço observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 27 de março de 1992. — **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal.

ATA DA COMISSÃO**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

3ª reunião realizada em 11 de março de 1992

Às dezessete horas e trinta minutos do dia onze de março de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senador Almir Gabriel e com a presença dos seguintes Senadores: Jonas Pinheiro, Lucídio Portella, Saldanha Derzi, Meira Filho, Moisés Abrão, Lourival Baptista, Pedro Simon, João Calmon, Francisco Rollemberg, Onofre Quinan, Carlos Patrocínio, João França, Jutahy Magalhães, Garibaldi Alves Filho, Divaldo Suruagy, Mansueto de Lavor, Marluce Pinto, Eduardo Suplicy, Flaviano Melo, Esperidião Amin, Ronan Tito, Lavoisier Maia, Nelson Wedekin, Alfredo Campos, César Dias, Ronaldo Aragão, Epitácio Cafeteira, Elcio Alvares, Oziel Carneiro, José Eduardo e Aluizio Bezerra. A presente reunião destina-se a recepcionar o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Professor Doutor Adib Jatene, que vem em visita a esta Comissão expor seus planos de trabalho à frente daquele Ministério. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Ministro

que faz uma breve explanação seguida de interpelações dos seguintes Senadores: Mansueto de Lavor, Saldanha Derzi, Carlos Patrocínio, Divaldo Suruagy, Jutahy Magalhães, João Calmon, Ronan Tito, Meira Filho, Eduardo Suplicy, Onofre Quinan, Lucídio Portella, Lavoisier Maia e César Dias. Finalizando, o Senhor Presidente agradece a presença dos convidados e encerra a presente reunião, lavrando eu, Luiz Cláudio de Brito, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, vai à publicação em conjunto com as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Está aberta a reunião. Convido o Senador Francisco Rollemberg a fazer parte da mesa.

Srs. Senadores, temos a honra de receber a visita do ilustre Ministro Adib Jatene, da Saúde.

Gostaria de fazer algumas colocações introdutórias, muito menos em relação ao currículo do Dr. Adib Jatene e muito mais como seu amigo e companheiro de trabalho, aluno de cirurgia cardíaca.

O Dr. Adib Jatene, ilustre médico, conhecido por toda a sociedade brasileira e internacional, destacou-se como pelo brilho de sua inteligência, pela sua extraordinária capacidade de trabalho e pela capacidade que tem de aceitar desafios da maior importância e da maior significação para si e para a própria Ciência.

Pudemos acompanhar no Instituto de Cardiologia de São Paulo o Dr. Adib relativamente maduro, não de idade mas, de experiência e de militância permanente dentro do laboratório de pesquisa, dentro do Hospital das Clínicas e depois no próprio Instituto de Cardiologia. E posso dizer que não apenas o trabalho, não apenas que ele vinha desenvolvendo como profissional contribuiu de maneira extraordinária para o engrandecimento da cirurgia entre nós: o oxigenador de bolhas, o marcapasso e uma série de avanços que puderam ser feitos dentro da área da cirurgia cardíaca, sem dúvida nenhuma, são devidos ao brilho da inteligência, à capacidade de trabalho do Dr. Adib Jatene e seu enorme penhor.

Mas gostaria de colocar um dado que certamente é pouco conhecido de muitas pessoas. Quando no mundo se começou a fazer transplantes cardíacos, logo, logo os cirurgiões ensaiaram para preparar ou fazer os transplantes cardíacos. É evidente que, naquela altura, o conhecimento que existia sobre rejeição eram ainda limitado e, mais do que isso, a terapêutica da rejeição era muito pouco experimentada mundialmente. Sabíamos, e ele mais do que todos, que o Instituto de Cardiologia de São Paulo tinha perfeita condição de realizar cirurgia cardíaca; sabia ele também, que, do ponto de vista da repercussão, a realização de qualquer dessas cirurgias no próprio Instituto dar-lhe-ia um destaque enorme como profissional, como cirurgião; e ao instituto, enorme destaque internacional.

No entanto, o Dr. Adib Jatene preferiu conversar e trocar idéias com o Secretário de Saúde de então e colocou as suas reflexões sobre a questão das rejeições; a respeito disso propôs que o Instituto pensasse um pouco mais, analisasse a experiência internacional e só depois então se encaminhasse, já com um plano seguro de trabalho.

Quando refiro esse fato, faço-o por uma das condições que considero mais importantes na área médica: a ética. Acima que poderia ser a projeção pessoal, a projeção da instituição, restou que me pareceu mais importante — o respeito à vida humana.

É essa pessoa que estamos recebendo hoje, aqui. Tenho dito, em vários pronunciamentos, quer aqui no Senado, quer em conferências ou em reuniões que, lastimavelmente, a saúde no nosso País está também envolvida no conjunto da crise que o próprio País vive. Evidentemente eu não teria nenhuma fantasia de admitir que um país que chega a rasgar a sua anterior Constituição e substituí-la por uma nova, isto é, que atravessa uma fase constituinte, não tenha crise social, econômica, institucional, enfim, todas essas crises e, dentro da crise social, a crise da saúde não pudesse estar acontecendo. Seria, num certo sentido, ingenuidade ou fantasia.

Todavia, o balizamento legal proporcionado pela Constituição, e constante dela já permite, desde logo, que os gestores de saúde comecem a encaminhar soluções dentro deste balizamento por ela estabelecido. Lastimavelmente não podemos assistir a isso de maneira correta no País. Lastimavelmente, o que nós assistimos foi a uma atabalhoada tentativa de organização do Sistema Único de Saúde e de implantação da municipalização, sem que houvesse uma necessária discussão e sem que houvesse um melhor aprofundamento de cada uma das questões envolvidas nisto. Além deste, o aspecto que considero mais dramático foi o de que os profissionais de saúde acabaram sendo envolvidos e engolfados em uma situação terrível, resultante do comportamento de autoridades ligadas ao setor, comportamento esse que, por omissão ou por ação, acabou resultando em terríveis prejuízos para a própria Saúde no Brasil.

Hoje pela manhã, tivemos a satisfação de participar de uma reunião na Comissão de Finanças, junto com o Senador Lourival Baptista e o Senador Saldanha Derzi, na qual estavam representantes da Federação Nacional de Médicos, do Conselho Nacional de Medicina, da Associação Médica Brasileira, no momento em que eles faziam, não apenas uma denúncia, mas traziam ao Congresso a sua indignação, e deixavam bastante claro a esperança de que o Dr. Adib Jatene, como profissional competente e sério, resgatará a honra da saúde e dos profissionais de Saúde em nosso País.

É exatamente dentro deste clima, exatamente dentro desta esperança que eu tenho certeza absoluta de que o Dr. Adib assume o Ministério da Saúde e que traz a sociedade brasileira e aos políticos brasileiros a grande esperança. Que por aí comece a ser reencaminhada a questão de saúde, e, segundo meu ver, dentro de uma visão mais ampla, dentro de uma seguridade social, como um conjunto de políticas discriminatórias compensativas, positivas, para que se possa reduzir as desigualdades nacionais.

É exatamente com esta visão, tenho certeza absoluta, que nós veremos o desempenho do nobre Ministro Adib Jatene à frente do Ministério da Saúde.

Concedo a palavra ao Ministro Adib Jatene, que terá toda a liberdade para tratar os assuntos que considerar convenientes. Não haverá uma pauta específica para sua apresentação.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Muito obrigado, Senador Almir Gabriel, pela oportunidade que me concede de vir discutir um pouco com os Srs. Senadores nesta Comissão de Assuntos Sociais, a situação do Ministério da Saúde neste momento.

Agradeço as referências que o meu amigo Almir Gabriel fez meu respeito e pediria que V. Ex.^{sa} dessem um desconto, correspondente à amizade que nos une de longa data.

Eu fiz toda minha carreira profissional no serviço. Ingressei no Instituto de Cardiologia do Estado, que é um órgão

da administração descentralizada do Estado de São Paulo e cheguei a diretor da instituição. Participei de toda sua evolução, desde um ambulatório com 1.000 metros quadrados de área construída, quando eu fui para lá, até a pujante instituição que é hoje, com mais de 60 mil metros quadrados de área construída, com um atendimento imenso de todas as regiões do País, e um prestígio internacional e nacional indiscutíveis.

Convivi, ao longo desse tempo, com os problemas que enfrenta alguém que administra uma instituição pública. Posteriormente, fui levado pelo então Governador Paulo Maluf à Secretaria da Saúde do Estado, onde eu fiquei por 38 meses e onde tive a oportunidade de conviver com o Senador Almir Gabriel, então Secretário de Saúde do Pará; juntos criamos o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, do qual fui primeiro Presidente. A Secretaria da Saúde me trouxe um aporte enorme de informações, agora do outro lado, sobre quem deve atender as reivindicações. Posteriormente, ocupei o cargo então exercido pelo Professor Zerbini, quando ele se aposentou na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e eu, sem ter os títulos universitários, apresentei-me à congregação da faculdade que me permitiu concorrer. Em consequência disso, passei a exercer minha atividade no Instituto do Coração, o INCOR — outra enorme instituição de onde fui levado à direção da Faculdade de Medicina, de onde saí para vir, agora, para o Ministério.

Então, em todos estes cargos públicos que ocupei aprendi que a obrigação primeira de quem administra a coisa pública é analisar o seu orçamento. E venho analisando, mesmo fora de cargos públicos, o orçamento do Estado, da União, na área de Saúde. Quando cheguei ao Ministério eu já trazia algumas informações que considero absolutamente fundamentais e que recorro aos senhores. O sistema de saúde no nosso meio é dominado, na sua grande e quase totalidade, pelo atual Inamps, que é responsável, depois da Constituição de 1988, por aproximadamente 80% da população brasileira, desde que temos a universalização do atendimento. Existe um contingente estimado ao redor de 30 milhões de pessoas, que são cobertos por convênios, por medicina de grupo, por seguro saúde etc., mas esta parcela não representa mais do que 20% da população.

O Inamps sempre trabalhou com um conceito que considero equivocado. Ou seja, existe um volume de recursos e o atendimento será feito com esse volume de recursos que será dividido de acordo com o aumento do atendimento.

A consequência dessa postura é o que aconteceu no nosso meio: uma imensa deterioração da qualidade do atendimento. Basta que eu diga aos Senhores, no início da década de 70, a consulta médica era remunerada pelo equivalente a 3% do salário mínimo. Em 1976, este valor era 5% do salário mínimo, em 1983, este valor era 2,2% do salário mínimo e, em 1992, é pouco mais de 1% do salário mínimo. A consulta médica é remunerada pelo Inamps por um valor inferior a um dólar. Tínhamos 1 mil e 88 cruzeiros; com 50% que conseguimos sobre a conta de fevereiro, isso foi para 1.500 a 1.600 cruzeiros, o que é inferior a um dólar. Esse é o valor da consulta médica. A diária hospitalar, que chegou a 20% do salário mínimo, no início da década de setenta, e que foi, progressivamente, perdendo o seu valor, hoje representa pouco mais de 3% do salário mínimo. É preciso considerar que o salário mínimo de hoje não tem o mesmo poder de compra do salário mínimo do início da década de setenta. Além disso, no ano passado, a partir de junho, não houve mais, praticamente, correção, revalorização; não houve um acompanha-

mento da inflação. O que ocorreu foi que a correção feita no ano passado, para as internações hospitalares, ficou ao redor de 120% e, para o atendimento ambulatorial, ficou ao redor de 160%, quando a inflação foi 460%, 458%. Então, a perda do setor foi extraordinariamente grande. Além disso, a partir de outubro, houve atrasos de pagamento, que chegou a cem dias e, quando esse pagamento foi finalmente efetuado, não fora corrigido monetariamente. Então, a rede, que já estava totalmente comprometida pelos valores decrescentes ao longo dos anos, ficou insustentável. Essas situações podem ser demonstradas em números. Em 1980, o Estado de São Paulo tinha 3,44 leitos por 1.000 habitantes. Em 1991, o Estado de São Paulo, tinha 2,56 leitos por 1.000 habitantes e a capital de São Paulo, que tinha 3,27 leitos, tem 912,16 por 1.000 habitantes. Se isso ocorre em São Paulo, nos outros Estados e todos estão absolutamente conscientes do que está acontecendo com o número de leitos hospitalares. Propusemos acolhendo proposta da Federação dos Hospitais e de várias outras instituições, que houvesse uma revalorização de pelo menos 181%; seria 50% sobre os valores de fevereiro, 50% sobre os valores de março e o restante, para completar 181%, em abril. Tenho repetido que não estou assumindo essa postura porque quero defender os hospitais, não é isso. O que pretendo é garantir o atendimento, o acesso da população de baixa renda, porque, se não garantirmos esse acesso à população de baixa renda, vamos enfrentar um agravamento do problema social, cujas consequências não se pode medir. Então, diante dessa dificuldade, que considero o problema maior que o Ministério da Saúde enfrenta neste momento, fui consultar o orçamento e verifiquei algumas coisas que os Senhores já devem saber melhor do que eu. Creio que é a primeira vez na história do País, que a receita tributária é menor que a receita de contribuições. No ano passado, o orçamento da União era de 52 trilhões; 33 trilhões eram receita tributária e 19 trilhões eram receita de contribuições. Neste ano, a receita tributária é de 89 trilhões e a receita de contribuições é de 109 trilhões. Confesso — não sou economista, por isso posso dizer qualquer coisa — que estranho muito que a receita do Finsocial seja de 24 trilhões e a receita do IPI seja de 24 trilhões; que a receita de contribuições de empregadores e trabalhadores, INSS, seja de 58 trilhões e a receita do Imposto de Renda de pessoa física e jurídica seja de 48 trilhões. Então, fica um pouco difícil ao Ministro ter a expectativa de conseguir na Receita de Contribuições recursos que lhe venham socorrer o Ministério, porque a receita tributária é menor que a receita de contribuições.

Então, fui olhar a receita de contribuições e a composição do orçamento do Ministério. Verifiquei que o orçamento do Ministério é, todo ele, composto dentro do orçamento da seguridade, e é composto por 12 parcelas de diferentes fontes, dentre as quais a principal é o Finsocial.

Dos 24 trilhões do Finsocial, 13 trilhões estão destinados ao Ministério da Saúde. Para um Ministério, um orçamento global de 29 trilhões! Ora, isso significa 42% do orçamento do Ministério num único item, que é o Finsocial.

Fui discutir a respeito com o pessoal da área econômica do Ministério, e eles me disseram: "O Finsocial não está sendo recolhido". Como não está sendo recolhido? "Existe uma questão judicial, que são arguições de inconstitucionalidade. O Finsocial não está sendo recolhido. Muitos não estão pagando, alguns estão e outros depositam em juízo. Perguntei quanto tinha em juízo. Tinha 3 trilhões aproximadamente. Nesse momento, fui ao Ministério da Economia para saber o que

representaria o aumento de 50% em fevereiro, 50% em março e 19% em abril, para completar 181%, porque eu julgava possível esse aumento. E para minha surpresa, no Ministério da Economia, fizeram uma simulação demonstrando que, se isso fosse realmente efetivado, representaria um déficit orçamentário de 3 trilhões, 386 bilhões, e um déficit de caixa de 7 trilhões e 600 bilhões. Isso quer dizer que era impossível fazer a correção e sendo impossível fazer a correção, teríamos uma situação insustentável dentro da remuneração da rede hospitalar.

A discussão progrediu e me ocorreu, então, a idéia de tentar discutir com quem estava envolvido com este problema do Finsocial. E no meu entendimento, quem estava envolvido, é quem está pagando o Finsocial. E quem está pagando o Finsocial é a classe empresarial. Ocorreu-me, então, contactar a Liderança da classe empresarial. E falei com as Lideranças da classe empresarial, inclusive com o Senador Albano Franco, bastante receptivos à idéia, que levamos ao Presidente, que também se mostrou muito receptivo. E essa Liderança esteve com o Presidente e se dispôs a movimentar-se no sentido de conseguir o que eu estava solicitando, isto é, a liberação do recurso que estava na Caixa Econômica Federal, depositado em juízo e, por outro lado, a aceitação do tributo do Finsocial.

Quando esta discussão foi levada para as respectivas categorias, como era de se esperar, houve uma resistência, porque muitos acreditam que essa questão da inconstitucionalidade será ganha tranquilamente pela classe empresarial. E estávamos argumentando quanto a discutir ou não a constitucionalidade, mas discutir a necessidade social. E se realmente houvesse um interesse em entender a necessidade social, isso poderia ser aceita e continuar funcionando, porque, de outra forma, o orçamento do Ministério da Saúde estaria definitivamente comprometido.

Essa discussão progrediu, houve algumas sugestões e, afinal, está colocada uma sugestão de haver uma divisão deste recurso que está depositado na Caixa, metade sendo liberado para o governo aplicar imediatamente, metade retornando aos empresários, liberados de tributação; em contrapartida, simultaneamente, voltarão a pagar a partir de março, e, em consequência, aceitam ou perdem qualquer direito desde que feito num acordo judicial no sentido de arguir inconstitucionalidade sobre o Finsocial.

Por que trago esse assunto à Comissão de Assuntos Sociais do Senado? Porque receio que esse acordo não se concretize. Embora eu almeje, espere que isso aconteça, sou obrigado a admitir que ele pode não se concretizar. Se isso ocorrer, o Ministério da Saúde estará inviabilizado, o que trará consequências muito sérias. Ocorreu-me que talvez pudéssemos discutir o assunto e rever esse esquema de financiamento, não para este exercício, é evidente. O objetivo seria propor algo mais consistente, que desse garantia ao Ministério de realizar um orçamento previsto com a devida antecedência e que, em consequência, lhe permitisse planejar as ações que teriam, então, uma cobertura financeira necessária. No Ministério da Saúde, o problema é que há necessidade, não uma previsão orçamentária, de uma previsão financeira, porque esse órgão tem que fazer face ao custeio dos serviços.

Venho repetindo que a distinção entre as ações de saúde e as demais é bastante interessante. Em determinadas áreas de Governo, quando termina um investimento, começa a receita. Isso ocorre com a energia elétrica, com o petróleo, com o telefone, com as telecomunicações, com os correios,

enfim com uma série de atividades em que, cessado o investimento, tem início a receita. Há outras atividades em que, terminado o investimento, estrada, ponte, cessa a despesa. Na área de saúde, uma vez terminado o investimento, começa a despesa.

A despesa anual passa a ser o equivalente ao que se gastou no investimento. Isso complica a situação na área de saúde.

Lembro que há um número enorme de convênios assinados dentro do Ministério para a construção de novos hospitais, e não conseguimos manter abertos sequer os leitos existentes. Nesse sentido, precisamos da compreensão do Congresso para revertermos isso. É necessário suspender os investimentos não iniciados, rever o cronograma dos investimentos em andamento para que possamos corrigir e fazer funcionar a rede existente.

Por outro lado, existem as ações eminentemente de saúde, combate às endemias, as campanhas de vacinação; há, agora, o cólera e a aids, mas também a vigilância sanitária. Temos uma série enorme de ações que não podem ser interrompidas, para a qual precisamos ter disponibilidade orçamentária, para que funcionem.

De maneira que há pressão sobre novas obras, novos investimentos, quando não temos recursos para manter o que já existe. Os hospitais estão desativando leitos. Alguns hospitais públicos estão altamente deteriorados, sendo até fechados pelo Conselho Regional de Medicina do Rio. Não posso tomar uma decisão sozinho. Não, tenho que ouvir, principalmente e em primeiro lugar o Congresso. Por isso, solicitei que me permitissem trazer este panorama. Evidentemente, estou às ordens para qualquer discussão adicional, mais preciso e pretendo que as decisões que vier a tomar no Ministério sejam precedidas de discussões com as pessoas que têm a responsabilidade de tomar depois a decisão de aprovar ou não essas decisões.

Acredito — e disse isso no meu discurso de posse — que o que é legítimo todos nós aceitamos. O grande problema é o da legitimação. Entendo que a discussão democrática é legitimadora. Eu disse: não é uma discussão a oportunidade de impor posições, de compor maiorias ocasionais, de trocar favores, de conquistar aliados ou identificar adversários. A discussão democrática é legitimadora e ou discutimos para legitimar, ou vamos buscar a legitimação, ou vamos manter o desequilíbrio social com o qual estamos vivendo. Estou discutindo hoje, e estou seguramente empenhado, no Ministério, em elaborar ou sistematizar — porque isso já tem sido dito por muitos — o que chamo de indicadores na avaliação do desempenho administrativo.

Nós estamos acostumados, no País, e isso é praxe, a dizer que as obras que aparecem são as que dão prestígio. Acho que precisamos mudar esse conceito. Os indicadores devem ser indicadores sociais. Como era a mortalidade infantil no início e como ficou no fim da administração? Como era a evasão escolar? Como era a repetência? Como era o estado nutricional das crianças? Como era a mortalidade materna? Qual é a situação da habitação? Aumentou ou diminuiu o número de favelados? Conseguimos ou não fazer saneamento?

Então, temos que, talvez, mudar os indicadores de eficiência administrativa, trocando-os por indicadores sociais, caso contrário, vamos aplicar o desenvolvimento, não em benefício das pessoas, mas em benefício de grupos pequenos, o que aumentará a desigualdade social.

Isso é a preocupação de V. Ex^{sa} e também, do Ministério. Neste momento, fico assim colocado e estou à disposição para iniciar uma discussão.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Antes de passar à discussão, gostaria de fazer um comentário. Há uns quatro meses, participei de uma reunião na Organização Pan-Americana de Saúde, aqui mesmo em Brasília, em que o antigo ministro falava da situação da saúde no Brasil. Em determinado momento tive vontade de me beliscar e ver se, realmente, estava acordado e se estava no Brasil. A descrição que estava sendo feita era a de uma situação que eu não vivia e que eu não estava absolutamente assistindo dentro do próprio País.

E agora assisto à exposição tranqüila, fria, serena, correta, realista do Dr. Adib Jatene. De maneira que V. Ex^{sa} é o Ministro da Saúde do Brasil; o outro, acho que era de um Brasil imaginário. Não quero fazer comentário maior a respeito disso, apenas fazer essa referência, que me parece quase compulsiva. Não consigo deixar de fazer este comentário.

O Senador Mansueto de Lavor está inscrito, e outros Srs. Senadores que queiram fazer uso da palavra podem se inscrever para fazerem perguntas ao Sr. Ministro Adib Jatene.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — A primeira palavra, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr. Ministro Adib Jatene, é de congratulação com V. Ex^{sa} por ter assumido a importantíssima Pasta da Saúde, por ter restituído a credibilidade abalada deste Ministério e por estar aqui fazendo uma exposição como esta que fez, exatamente sobre aquilo que gostaríamos de discutir.

Aliás, sou o autor de um requerimento ao Presidente do Senado Federal no qual solicito que V. Ex^{sa} venha a plenário tratar, especificamente, de um problema emergencial que, é claro, não interessa apenas aos membros desta comissão técnica, mas a todos os Senadores, que é o problema do cólera, especialmente a situação que vive hoje o Nordeste. Não acho conveniente que se desvie a atenção, no momento, do fio da meada que V. Ex^{sa} deslindou, com sua exposição. Estou, aqui, com o *Jornal do Comércio* de hoje, do meu Estado, com uma manchete dizendo que o cólera está sem controle, segundo entidades médicas, inclusive a própria Sociedade de Medicina de Pernambuco. Outra notícia diz que o cemitério da Várzea, que é um dos cemitérios de bairro, lá do Recife, já está com um quarteirão especializado, reservado para as vítimas do cólera. Há cidades do interior com mais de duzentas vítimas, já há mais de dez óbitos. E há um pronunciamento atribuído a V. Ex^{sa}, na semana passada, dizendo que já havia a epidemia do cólera no País. Mas já que há um convite para V. Ex^{sa} fazer uma exposição no plenário do Senado Federal sobre este assunto, apesar de ser o Estado de Pernambuco o mais afetado, atualmente, por essa já considerada epidemia, eu me reservaria para aquele debate, aquele esclarecimento no plenário do Senado, quando a agenda de V. Ex^{sa} o permitir receber o convite.

O importante aqui é que centremos a nossa reflexão e a nossa discussão sobre esse ponto que V. Ex^{sa} frisou.

O eminente Senador Almir Gabriel, Presidente desta Comissão, que relatou no Orçamento da União para 92, o segmento saúde, reclamava, em seu relatório que, enquanto a Organização Mundial de Saúde considera como necessário 140 dólares/ano/pessoa, para um atendimento condigno da

saúde. No Brasil se dispendem apenas 40 dólares/ano/pessoa. Além de se gastar muito pouco, se gasta mal, porque se dá prioridade, preferência aos investimentos, às construções materiais, deixando em situação secundária os custeios, isto é, aquelas despesas que fazem as unidades de saúde funcionar e servir à população, atender à população. Ora, eu quero corroborar o que V. Ex^a afirma, com os números do próprio orçamento que nós votamos — orçamento que entra em vigor agora, depois da sanção do Presidente da República. Quais são os dados? Tendo dados comparativos da saúde, do orçamento de 91 com o orçamento de 92, que é o que está entrando, agora, em vigor. O que houve? Houve um decréscimo, em termos de despesa de custeio dos recursos destinados, no orçamento de 91, para a saúde, ao orçamento de saúde de 92, de 49,7%. Isso em dólar para não termos que raciocinar com cruzeiros do ano passado e cruzeiros deste ano. O orçamento de 91 previa 11 bilhões, 117 milhões, 985 dólares para custeio. Setor saúde, custeio. Este ano, essa importância baixou para 5 bilhões, 593 milhões, 461 dólares. Portanto, houve uma queda de 49%, mas o que houve com o investimento? Exatamente o contrário. Isto é, houve um acréscimo nos recursos de investimento do Ministério da Saúde, comparando-se o exercício de 91 com o exercício de 92, de 225,5%. Enquanto no orçamento de 1991, setor saúde destinaram 754 milhões, 489 dólares, no exercício de 92 se destinaram 2 bilhões, 456 milhões, 519 mil dólares. Portanto, houve um aumento de 225,5 — incluindo o problema extravagante dentro do Ministério da Saúde — não no contexto, da educação, é outra questão —, dos CIAC. E para comprovar o que V. Ex^a afirma, para surpresa dos membros da Comissão de Orçamento, não havia sequer um centavo destinado a custeio dos CIAC e de muitas dessas obras previstas para investimentos no orçamento de 92. Significava isso que a proposta orçamentária visava espalhar, por todo o País, uma coleção de elefantes brancos, isto é, ao lado dos hospitais municipais e estaduais construídos com verba da União, que ficam prontinhos, inaugurados com festa e que realmente não funcionam. Tenho vários exemplos aqui, inclusive na minha região onde o próprio governo federal seqüencia esse mau exemplo de aplicação dos recursos públicos, e previu uma soma considerável de recursos destinados a investimento, no setor saúde, no orçamento de 92, sem nenhuma previsão de custeio. Nesse sentido, eu creio que esta é uma questão central, eminente Ministro da Saúde, que nos toca muito de perto, porque, afinal de contas, nós somos, aqui, no Congresso, os responsáveis pela discussão, pela aprovação do orçamento da União. O Orçamento que está aí privilegia, de uma maneira absurda, os investimentos no setor de saúde, e deixa relegado a segundo plano os custeios, isto é, a máquina saúde. O resultado é o que estamos vendo hoje: uma nota dos médicos, não do ministério de V. Ex^a, mas do Estado de Pernambuco, denunciando a situação, pois não podem mais trabalhar, não querem entrar em greve, mas não têm condições de trabalhar, pelos baixíssimos salários. O resultado — só para me ater ao meu Estado, pois sabemos de vários exemplos nacionais — é que o Hospital do Câncer do Recife está com os dias contados, praticamente fechando suas portas, por falta de recursos.

O resultado é que o IMIP — Instituto Materno-Infantil, uma das mais importantes instituições do Estado, no termo da assistência médica materno-infantil, ao lado do Hospital do Câncer está praticamente fechado. E entre outros, centenas de hospitais do meu Estado passam por falta de recursos de manutenção e de custeio.

Creio que essa é uma questão central, eminente Ministro, que nós devemos discutir e esgotar, e saber como contorná-la, ainda no presente exercício. Ainda mais quando se sabe que, amanhã, vai haver um decreto de contingenciamento e não é possível que haja qualquer contingenciamento ou dificuldade na liberação desses recursos para a manutenção dessas unidades.

Para não me estender mais, quero congratular-me, mais uma vez, com V. Ex^a, com o Presidente da Comissão, por esse tema central que estamos debatendo aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Ministro Adib Jatene.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Obrigado, Senador. Creio que as suas colocações são absolutamente pertinentes. Agradeço, pois, considero um apoio a posição que estou colocando.

Quero dizer que este *per capita* utilizado em outros países para assistência médica eu posso lhe garantir que eles são até bem diferentes do que colocou V. Ex^a Nos Estados Unidos, em 1990, com a assistência médico-hospitalar foram gastos 720 bilhões de dólares. Isso significa alguma coisa ao redor de 2.500 dólares por habitante/ano. No Canadá foram gastos 1.900 dólares por habitante/ano. Estive recentemente no Canadá e verifiquei que aquele país está fazendo uma grande contenção de gastos, está tendo um cuidado enorme na incorporação da moderna tecnologia. Basta que eu lhe diga que eles tinham seis aparelhos de ressonância nuclear magnética, enquanto os Estados Unidos tinham três mil. O Canadá tem feito grandes limitações em relação a novos leitos hospitalares. Porquanto acha que cada leito hospitalar criado gera uma pressão sobre o sistema. O mesmo procedimento é adotado com relação à formação de novos médicos, porquanto ele acha que cada médico formado gera uma pressão sobre o sistema. E gasta 1.900 dólares/ano por habitante. Quando o senhor constatar o que nós gastamos, que é uma quantia realmente muito baixa, verá que estamos diante de uma perplexidade. Como fazer com a incorporação da tecnologia? Nós vamos oferecê-la a toda a população ou não? Vamos oferecê-la só aos que podem pagar e ter uma medicina de quem pode pagar e uma medicina de quem não pode pagar?

Porque nós não temos condições de pagar. Eu digo que o desenvolvimento científico e tecnológico é alienado, porque ele não é feito para melhorar a situação das pessoas. Na área da medicina é absolutamente fácil se verificar isso. Vou dar-lhe um exemplo! O Senhor pega um medicamento, um antibiótico de última geração, Kena, custa 56 mil cruzeiros a ampola, usa-se quatro ampolas por dia, durante 10 dias são 2 milhões e meio de cruzeiros, são 25 meses de trabalho de um indivíduo de salário mínimo. Como é que nós vamos oferecer esse medicamento, se o recurso que vem para o sistema de saúde é parcela desses salários? Então, estamos diante de uma situação complicadíssima.

Nós vamos oferecer a tecnologia moderna, os equipamentos e os exames são caríssimos. E nós estamos submetido a uma pressão da indústria de equipamentos, que quer apenas vender. Eles têm até programa na televisão que toda a semana, todo domingo, trata de um assunto médico, de uma novidade, induzindo as pessoas a exigirem aquilo, e nós não temos orçamento para isso. Enquanto que a população necessita de coisas simples, de um atendimento simples, nós não conseguimos levar os profissionais para o meio da população.

A interiorização do médico não é no interior longínquo do País, o Brasil já ultrapassou esta fase. Estamos com 120 milhões de pessoas vivendo em cidades, temos, no máximo, 30 milhões vivendo no campo, e os que estão no campo vivem melhor do que os que estão na cidade, hoje.

O grande problema é a periferia das grandes cidades. Como é que vamos fazer o profissional ir morar nessas regiões?

Esse é um outro problema que precisamos discutir. Onde a grande massa da população mora, os profissionais de que ela precisa, não aceitam morar.

O que foi isso? Quem fez isso? Foi o tipo de desenvolvimento urbanos que nós escolhemos.

O que são os conjuntos habitacionais? Eles são conjuntos imobiliários, não têm nenhum equipamento de saúde, não têm escola, isso é um problema que precisa ser revisto.

Como é que vamos fazer com que o médico vá trabalhar na periferia das grandes cidades. Todos os que administraram, e aqui há muitos que foram, inclusive, governadores, sabem que fazem o centro de saúde na periferia, equipam mas, o profissional não fica lá, o médico não fica lá, e não se vá culpar o médico por isso. O médico vive numa sociedade e ele não pode ser alguém colocado numa situação especial na sociedade, isso é um problema sério.

Quanto ao problema da cólera, no Recife, é um problema sério. Eu tenho dito, é sério, é grave, não é simples.

E, também me reservaria, talvez, numa outra oportunidade, para detalhar sobre o vibrião da cólera.

Apenas gostaria de dizer aos Srs. Senadores, que, neste momento, o Presidente da Comissão Nacional de cólera, Dr. Cláudio Amaral, que é técnico que trabalhou durante muitos anos na Organização Mundial de Saúde, ficou quatro anos na Índia combatendo cólera na região endêmica, altíssima-mente preparado, está, neste momento, em Recife, discutindo a situação e até a interdição de praias, que é coisa que nós temos que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Com a palavra o nobre Senador Rachid Saldanha Derzi.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI — Sr. Presidente Sr. Ministro, congratulamo-nos com V. Ex^a pela exposição que faz da situação do Ministério da Saúde e da saúde no Brasil.

Realmente, isto que estamos assistindo é real. Temos que encontrar uma solução. V. Ex^a faz bem em recorrer ao Congresso Nacional, aos eminentes Senadores e Deputados, para que possa trazer, com a sua vivência e sua experiência, sugestões para que possamos resolver em parte esses grandes problemas que estão afligindo o Brasil e o Ministério da Saúde.

Houve um exagero no Ministério da Saúde quanto aos investimentos, especialmente quanto às construções dos hospitais. V. Ex^a faz muito bem em logo suspender esses convênios que aí estão, e procurar, mais tarde, na hora em que o Ministério tiver possibilidades de investir, dar prioridade às cidades que, realmente, necessitem do hospital. Porque construir até não é muito difícil, agora manter esses hospitais, é que eu digo, até a minha cidadezinha lá de Mato Grosso do Sul, Sapucaia, quer um hospital e tudo, isso é simples, arranjamos para construir, mas quem vai manter esse hospital?

Eu já fui Diretor de hospital, de Santa Casa, sei das dificuldades, a sociedade nem sempre é solícita em colaborar com essas obras, essa é que é a verdade. Estamos vendo agora o drama da Santa Casa de Campo Grande, que tem

800 leitos. Ela é realmente, aparelhadíssima, dá uma assistência fabulosa a todo o Estado de Mato Grosso e ao Mato Grosso do Sul, do Paraguai, à Bolívia, cujos habitantes acorrem a Campo Grande, que, realmente, pode dar-lhes assistência. Mas, ela está em situação precaríssima, não tem mais condição de se manter, se não houver uma ajuda, um socorro substancial do Governo neste momento.

Então, eu me congratulo com os senhores. Acho que temos que parar logo todas as construções de hospitais, para depois irmos examinando as prioridades.

Cito, em Mato Grosso, a cidade de Itaporama, pequena cidade, que tinha hospital e o Estado fez uma reforma ampla, geral, muito boa, gastando mais de 200 milhões de cruzeiros. Agora o Ministério da Saúde está construindo um novo hospital ali, sem necessidade.

Campo Grande está construindo mais três hospitais, se a própria Santa Casa não tem condições de se manter. Então, V. Ex^a está certíssimo, temos que rever isso.

Soube que em Pernambuco, cidades que têm hospitais bons, estão construindo outros hospitais. Quem vai mantê-los? O Estado?

Como acontece em Mato Grosso do Sul, o Estado e o Município de Campo Grande, que é a capital, não contribui com um cruzeiro para a Santa Casa de Misericórdia que, realmente, V. Ex^a conhece, é uma obra extraordinária que merece a nossa ajuda.

V. Ex^a tem o meu apoio e, creio, de todos os parlamentares, para que, essa revisão seja mais urgente e se pare com investimentos para que V. Ex^a possa realmente organizar o seu Ministério e dar esse progresso e essa assistência que toda a sociedade espera do Ministério da Saúde. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Acho que esse exemplo de Campo Grande é muito ilustrativo. A Santa Casa de Campo Grande é uma instituição fantástica, tem 800 leitos, está, neste momento, inviabilizada economicamente, por quê? Pelo sistema de remuneração que ela vem recebendo e pelos atrasos que ocorreram no ano passado. Se uma instituição desse porte está nessa situação, imagine o resto da rede.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Dr. Adib Jatene, Ministro da Saúde, Dr. Adib, também sou um daqueles privilegiados, por ter sido aluno seu, não aluno oficialmente, porque quando eu cheguei a Uberaba, V. Ex^a já havia se dirigido para São Paulo. Disse-ram-me até que havia brigado com o Bispo e teve que se mudar de Uberaba para São Paulo.

Mas, de qualquer maneira, V. Ex^a voltou ali, à nossa escola, por várias vezes, quando fazia os seus experimentos, as suas pesquisas científicas, mostrando as válvulas, as próteses cardíacas, que vinham, paulatinamente, engrandecendo a medicina brasileira. Portanto, eu me considero um dos privilegiados.

A ascensão de V. Ex^a ao Ministério da Saúde confere uma absoluta tranquilidade a esta Casa e eu creio que ao Congresso Nacional. Portanto, antes de me congratular com V. Ex^a, congratulo-me com o Presidente da República, pela feliz escolha.

Gostaria de fazer alguns questionamentos, mas eles já foram aqui de certa forma ventilados, inclusive, na partici-

pação que V. Ex^a tem em resposta que fez ao eminente Senador Mansueto de Lavor.

Sei dos impasses que estão havendo no que diz respeito a ações judiciais com relação ao Finsocial, que seria uma fonte substancial de recursos para o Ministério da Saúde.

Ainda há pouco, votamos uma medida provisória tirando recursos do FAT — Fundo de Assistência ao Trabalhador, para pagar parte do débito dos hospitais conveniados.

Eu gostaria de perguntar a V. Ex^a de que dependeria a sobrevivência do Ministério da Saúde ou da saúde brasileira, se não se conseguir dirimir essas dúvidas que diz respeito ao Finsocial? O que teríamos que fazer: acabar com a universalização do atendimento médico? Nunca fui favorável à universalização do atendimento médico, porque penso que cairíamos, fatalmente, nessa questão que agora estamos discutindo: os hospitais falidos, o Ministério da Saúde sem condições de resgatar a todos condignamente. Qual seria o procedimento: acabar com a universalização do atendimento médico, só teria atendimento gratuito aquele efetivamente necessitado, ou acabar com determinados procedimentos, por exemplo, com os transplantes cardíacos ou de outros órgãos que oneram muito os cofres do Ministério da Saúde?

Perguntaria: qual seria a outra alternativa? Aumentar também as alíquotas de contribuição da Previdência Social para dirigir mais isso para o Ministério da Saúde?

Então, são questões que fazemos. V. Ex^a já deixou demonstrada a sua preocupação também no sentido de que devamos discutir isso para acharmos um denominador comum.

Era isso que eu tinha a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Com a palavra o Sr. Ministro Adib Jatene.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Agradeço ao nobre Senador que lembrou aqui a questão do Bispo. Não voltei a São Paulo por causa do Bispo. É que, depois que eu voltei para São Paulo, o Bispo quis colocar em cima de mim o que ele estava colocando sobre outras pessoas, que eu tinha voltado e não esperou que eu viesse de volta para contestá-lo. Voltei e contestei. Inclusive, mandei uma queixa para o Papa. Creio que poucas pessoas mandaram uma queixa para o Papa. Eu o fiz.

Foi muito interessante lembrar o FAT. Recebi um documento do Banco do Brasil para reconhecer a dívida. Eu disse: não reconheço porque no mês de outubro a Previdência Social, o INSS, utilizou todo o recurso arrecadado para pagar as aposentadorias e não repassou nenhum recurso para o Ministério da Saúde, o que ele tinha obrigação de fazer.

Como o impasse se criou e não havia outro recurso, o Ministério da Previdência, que não tinha repassado o recurso, propôs usar recursos do FAT. Ora, quem é que tem a dívida? Quem não tinha repassado e foi buscar recurso no FAT. Pois bem, a lei veio para o Congresso e saiu como tendo sido feito um empréstimo para o Inamps. O interessante é que o Banco do Brasil, agora, quer que eu reconheça uma dívida de 200 milhões de cruzeiros só para ser paga em junho. Só que, com juros e correção monetária, vai valer um trilhão. Então, eu não vou reconhecer, porque essa não é responsabilidade do Ministério da Saúde. Aí há um aspecto interessante: quando um órgão governamental, seja ele qual for, tem para receber, cobra juros e correção monetária; quando vai pagar atrasado, ele o faz sem correção. Ora, isso tira a credibilidade de qualquer instituição.

Agora, se faltar recursos, vamos acabar com a universalização? Creio que não se pode acabar com isso porque a universalização é constitucional. Vamos arrumar uma fórmula de fazer a universalização.

Acabar com procedimentos de alto custo? Tenho sérias dúvidas que isso seja possível, porque as pessoas têm direito, inclusive constitucional, de serem tratadas. E tem acontecido coisas interessantes: a Juíza ou Juiz em Campo Grande, agora, nessa semana, concedeu uma liminar para um indivíduo que queria levar uma criança para fazer um transplante de medula nos Estados Unidos, obrigando o Inamps a pagar 250 mil dólares pelo transplante, quando fazemos transplantes em São Paulo, no Rio, no Paraná e em Curitiba.

De maneira que, se formos enveredar por isto, a situação fica também insustentável.

Aumentar as alíquotas? Não creio. Sou daqueles que pensam que a sociedade tem uma capacidade de contribuir. Se se aumenta a alíquota, cresce a sonegação. Não existe alternativa.

Então, há quem defenda reduzir as alíquotas para aumentar a arrecadação. Não sou economista, não tenho a responsabilidade de decidir sobre questões desse tipo, mas, pessoalmente, não acredito no aumento da alíquota.

Penso que estamos, como se diz na gíria, “enrolados”. A situação é complicada, por isso precisamos ver como resolvemos isso.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Com a palavra o nobre Senador Divaldo Suruagy.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Sr. Ministro, por integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a construção de obras públicas, ouvi depoimentos bastante interessantes. Prefeitos afirmaram que eram convidados a comparecer num determinado quarto de hotel, de uma capital de Estado, e eram convencidos da necessidade da construção de hospitais nas suas cidades. Havia-se montado uma indústria de hospitais. Daí, a alegria, a satisfação com que nós, que fazemos oposição ao Governo, ouvimos o depoimento de V. Ex^a, que fala na suspensão imediata da construção desses hospitais, feita de uma maneira a mais inadequada possível — isso sem entrar em outros argumentos.

Diria a V. Ex^a que fazemos oposição ao Governo, mas estamos unidos em torno dos interesses maiores do País. V. Ex^a, neste momento, pela sua capacidade profissional e pela sua dignidade moral, representa o que o Brasil tem de melhor. Receba o nosso apoio.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Muito obrigado, Senador. Quero lhe dizer que tenho participado de vários fóruns na área de saúde. O pessoal dessa área discute muito, tenta encontrar caminhos, e tenho colocado, algumas vezes, que o planejamento governamental, na minha opinião, raramente é feito pelo Governo. O planejamento governamental é feito pelos empreiteiros, que trazem a obra, trazem o financiamento embutido, e nos obrigam a fazer uma dívida que vai crescendo sem que tenhamos o correspondente benefício.

Tenho a impressão de que é por isso que a área de saúde está em grande dificuldade, porque o seu problema de custeio é um problema do dia-a-dia, posto que precisa de remédio. E ninguém, nenhum empreiteiro está interessado nisso.

Estamos como o pobre. Quando Secretário de Saúde de São Paulo, andei muito na periferia, discutindo em assembleias populares, e cristalicei, na minha cabeça, que o grande problema do pobre não é ser pobre, é ter amigos pobres:

ele não tem amigo que fale com quem decide: não tem amigo que faça com que seja recebido; seu pleito não chega ao destino. Os que têm amigos, falam; os seus pleitos chegam, e eles conseguem desequilibrar a sociedade.

Então, acho que não dá mais. Não agüentamos mais. Precisamos tentar arrumar isso.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Tem a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Almir Gabriel, Senador Francisco Rollemberg, Ministro Adib Jatene, quando me dirigia a esta Comissão, tive a satisfação de ter a companhia do Senador João Calmon, e dele ouvi uma manifestação com a qual concordo. Ele comentava comigo: como é bom termos no Ministério pessoas como o Dr. Adib Jatene e José Goldemberg! Realmente, isso dá um nível muito alto ao Ministério.

Tinha por V. Exª uma admiração muito grande como profissional. V. Exª faz milagres como profissional. Às vezes até com adversários meus, mas os faz e só posso aplaudir. Aplaudi a eficiência de uma equipe médica nacional! Vimos que não é necessário sair do País para ter milagres, para ter eficiência.

Eu não teria praticamente mais nada a acrescentar, porque V. Exª já disse tudo. Só tenho medo de que V. Exª agora caia na "frigideira", que são feitas pelas empreiteiras. Mas não é verdade absoluta.

Nós tivemos, como disse o Senador Divaldo Suruagy, condição de ouvir alguns depoimentos na CPI de Obras Públicas: um deles foi aludido pelo Senador Divaldo Suruagy, mas também houve um depoimento com o ex-Ministro Alceni Guerra.

Naquela época, tive a oportunidade de lembrar que havia um Papai Noel andando por esse Brasil afora, oferecendo hospitais. Oferecia hospitais com a concorrência já preparada com um tal de "preço oculto", que era oculto para todos, menos para o que ganhava a concorrência. Ele tinha a premonição e acertava no alvo o preço oculto que ninguém sabia.

Mas o problema não é esse. O que levantei na época foi exatamente o que vejo com satisfação que V. Exª disse espontaneamente. Como é que nós fazemos o perfil de despesas no Ministério da Saúde para implantação de novos hospitais e não temos recursos, praticamente, nem para o custeio, nem para reforma de hospitais, nem para material hospitalar.

Um orçamento enviado pelo Ministério da Saúde para o Congresso não tinha esse perfil. Então perguntaram ao Ministro, na época: como é que vamos continuar praticando esse mesmo equívoco? O Ministério da Saúde não tem planejamento global, com a visão global do País, para não repartir responsabilidades com o Congresso Nacional e com tais congressistas por fazer a distribuição de verbas para hospitais e Municípios tais, tais e tais. Por que, pelo menos, não vem uma proposta do Ministério indicando um planejamento global? O que interessa ao País? É construir hospitais em lugares onde há uma maior deficiência. Quem tem condições de saber? É o Ministério da Saúde. Não é Deputado que aqui também fica sujeito não apenas a pressões de empreiteiras, mas também a pressões de companheiros, aqueles que votam nos Senadores e Deputados.

Parabenizo V. Exª por estar demonstrando a importância de se modificar o quadro que aí está. V. Exª está apontando problemas que são cruciais. Está falando sobre a questão do orçamento do Ministério da Saúde, as questões de contri-

buições em um orçamento que pode não existir, em razão desse problema do Finsocial. Há a possibilidade de inviabilizar a execução de uma administração no Ministério da Saúde.

Sou da Oposição. Graças a Deus. Sou da Oposição, respeitando V. Exª e aplaudindo a escolha de V. Exª. Mas V. Exª pode ter a certeza de que da nossa parte, acho que de todos os companheiros aqui do Senado, V. Exª terá toda ajuda para a sua administração. E terá todo apoio para as modificações que se fizerem necessárias durante o decorrer do ano, para que V. Exª tenha um Ministério viabilizado.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães. V. Exª pergunta o que interessa ao País. Sempre que analisamos a área de saúde, discutimos o que não é mais admissível no País. Não é mais admissível a mortalidade infantil que temos, não é mais admissível a condição de saneamento que temos, não é mais admissível a condição de endemias. Então o que interessa ao País é atender a essas necessidades.

Não se diminui mortalidade infantil com hospital. Está absolutamente demonstrado no mundo inteiro. Não é o hospital que diminui a mortalidade infantil. O que diminui a mortalidade infantil é água encanada e tratada. Quando se fez o Planasa, em 1975, São Paulo tinha 60% da população servida com água encanada e tratada. Ao fim do programa, em 1980, São Paulo tinha 90% de água encanada e tratada. A mortalidade infantil caiu de 90 por mil nascidos vivos para 40 por mil nascidos vivos.

A água encanada e tratada, realmente, faz cair a mortalidade infantil.

Temos uma deficiência enorme no País, porque o Planasa teve um problema: ele faz ligação de água para quem pode paga-la. Talvez estejamos precisando fazer um Planasa para quem não pode pagar a água. Estamos oferecendo assistência médica gratuita, mas não oferecemos água gratuita. Precisamos ver isso com um pouco mais de cuidado para ver se realmente podemos fazer alguma modificação ou não.

Qual é a maior omissão que temos hoje? Está demonstrado pelo problema da cólera no Nordeste: é a falta de saneamento. Como se pode conviver com a falta de saneamento no nível que existem no Brasil? Estamos convivendo. A cólera talvez acabe resultando num bem, porque despertou a consciência nacional amortecida pelas milhares e milhares de crianças que morrem de diarreia. Ninguém se impressiona mais com criança que morre de diarreia. E todos sabemos que a grande causa da mortalidade infantil, no Nordeste, são as diarreias. Mas, quando começaram a aparecer alguns casos de cólera, virou um verdadeiro escândalo nacional. Não é um escândalo: isso é o sintoma de uma doença que estava latente e que não foi cuidada.

Por isso digo que precisamos modificar os indicadores de desempenho administrativo. Isso precisa ser consolidado, cristalizado na mente do eleitorado, para que ele não se deixe levar pela emoção, pela publicidade, e tenha indicadores para avaliar o desempenho. Somente assim podemos corrigir essas omissões.

A meu ver o que interessa ao País é realmente esse trabalho de base capaz de modificar os indicadores sociais aos quais temos dado pouco valor.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Estão inscritos ainda os Senadores João Calmon, Ronan Tito, Meira Filho, Eduardo Suplicy, Onofre Quinam, Lucídio Portela e Lavoisier

Maia. Certamente isso demonstra interesse de todos os companheiros pela vinda do Ministro Adib Jatene.

Eu gostaria de enfatizar dois pontos, se me permitirem, com a paciência dos Srs. Senadores: o primeiro é para lembrar que, no Orçamento do ano passado, a quantidade de recursos que foi alocada na área da ação social para saneamento foi uma quantidade relativamente grande, e a denúncia que fizemos aqui era que o saneamento que estava previsto para essas cidades não tinha nada a ver com a mortalidade infantil dessas mesmas cidades. Quer dizer, cabe ao Governo tratar de ajustar o suprimento desses recursos para o saneamento de modo a atender, de um lado, às necessidades da população, sobretudo com vistas à questão da mortalidade infantil, das diarreias e outras, e não o planejamento das empreiteiras. O outro ponto é que recentemente fui representar o Senado numa reunião que houve na Universidade Naval do Canadá e resolvi aprofundar-me nos serviços de saúde e na área de Previdência Social, assistência de trabalho, enfim fiz questão de ver isso, inclusive no interior da província de Quebec. Uma das questões que vi foi o tratamento que eles davam ao meio-ambiente com a questão da saúde.

A Ministra da Província da área de saúde não entendeu. E perguntei: Qual o procedimento para que as ações de saneamento não se conflitem, não se antagonizem com as ações de saúde, para que haja uma comercialização e uma potencialização? Ela continuou não entendendo. Perguntei, então:

Como são programados os sistema de abastecimento de água e esgoto e as ações de saúde? Ela disse-me que, no final do século passado e no começo deste, o Canadá resolveu o abastecimento de água de todas as suas cidades e de todos os seus distritos. E era por isso que ela não entendia as minhas perguntas.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço ao nobre Senador Jutahy Magalhães a repetição da frase: Acredito cada vez mais no Brasil, que dispõe de uma reserva realmente invejável de Ministros notáveis como o Professor Adib Jatene, como o Professor José Goldemberg. O nosso inesquecível e sábio Miguel Couto disse, uma vez, que o Brasil é um vasto hospital. Realmente, essa frase pode ser repetida e tem como o símbolo mais impressionante o hospital no caminho do Galeão, cuja área o mestre Adib Jatene deve conhecer: um dos maiores hospitais do Brasil e até hoje inacabado, um monstruoso desperdício.

Eu devo confessar que me preparava para ouvir aqui a exposição do Ministro da Saúde. Na realidade, o que ouvimos aqui foi o pronunciamento de um estadista. Confesso que, nesses últimos 30 anos de participação nos trabalhos do Congresso, ninguém me impressionou tão profundamente com o Ministro Adib Jatene, com esta coragem de revelar dados que poderiam servir para um livro de 500 páginas, para contrapor ao do Conde de Afonso Celso. "Porque não me ufano do meu País," por causa do quadro tenebroso da saúde, o quadro da educação, que representa para nós uma vergonha inqualificável. E quando nós ouvimos uma exposição sintética, sem uma consulta uma vez sequer, sem nenhum dado escrito, nós temos todas as condições para ainda acreditarmos no Brasil. Se o Governo, por exemplo, dedicasse, durante dois ou três dias por mês, pelo menos, aqueles espaços preciosos que utiliza no horário nobre de todas as cadeias nacionais de televisão, sob a responsabilidade do Governo do Brasil, para citar os dados aqui revelados, corajosamente,

patrioticamente, pelo mestre Adib Jatene, se esse espaço fosse utilizado também para uma ampla difusão dos detalhes estardecedores da situação calamitosa da educação, se fosse possível utilizar essa técnica de divulgação em massa, acrescentando um detalhe aqui revelado pelo meu nobre Colega Mansueto de Lavor, sobre uma nova tentativa de construção de centenas e centenas de novos edifícios que não vão ter verbas para a sua manutenção pelo menos este ano — nem constam essas verbas no orçamento —, se fosse utilizado esse espaço pela televisão que, segundo um filósofo famoso, é a mais poderosa arma da civilização contemporânea, nós iríamos mudar a face deste País dentro de pouco tempo.

Não desejo alongar-me. Quero transmitir aqui e não falo apenas em meu nome, mas no de toda esta comunidade do Senado que o ouviu, encantada, a nossa gratidão por esse quadro realista, que merece a mais ampla divulgação, porque o que se está fazendo no Brasil é realmente inqualificável. Um País que chega a divulgar, com frequência, na imprensa, no rádio e televisão o nome de um ministério que é uma ficção, que nunca existiu, que não existe e acho que demorará muito a existir, o "Ministério da Criança"! Todos nós já vimos isto centenas e milhares de vezes. Esse ministério não existe. Ficou no papel.

Mas creio que depois desta memorável reunião temos mais um motivo — e um motivo muito importante para não desanimarmos e para acreditarmos no futuro deste País.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Muito obrigado, Senador. Sinto-me profundamente honrado. Nas reuniões na área da saúde uma das coisas que sempre se questionaram, V. Ex^{as} não de se lembrar disso, é que precisaria ter-se na da saúde o João Calmon da Educação.

De maneira que fico muito honrado e muito agradecido pelas suas palavras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Com a palavra o Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, Sr. Senador Francisco Rollemberg, caro Ministro Adib Jatene difícil agora é não cair num lugar comum; e para não cair num lugar comum, só contando o caso do Bispo.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Não a sua versão.

O SR. RONAN TITO — É tão prosaico uma pessoa talvez muito bem intencionada — mas era acometida de uma doença que alguns chamavam de paranóia — tinha a idéia da perseguição e envolveu muitas pessoas insuspeitas como o Dr. José Humberto, que era um carola que não saía lá da igreja, com umas tais cartas anônimas com as quais sonhava etc. É só para lançar um pouco.

Mas, Ministro, vou pegar alguns pontinhos que foram falados aqui. Gostei muito de ouvir essa questão do empreiteiro. Tenho a impressão de que fui o primeiro parlamentar que teve a coragem de chegar à tribuna e dizer que o Brasil é governado pelas empreiteiras, pelas construtoras. E falei até num momento em que o Senador Fernando Henrique Cardoso apresentava um projeto de lei para que as eleições fossem financiadas pelo dinheiro do Tesouro.

Falei: ótimo, as obras no Brasil vão cair pela metade do preço. Por que, quem não sabe, aqui, as eleições majoritárias deste Brasil são financiadas, principalmente, pelas construtoras, pelas empreiteiras?

O fato, só para clarear, para todo mundo entender, é o seguinte: as obras no Brasil, principalmente, as obras prioritárias de infra-estrutura, como saneamento básico, energia hidroelétrica, etc. poderiam ter financiamentos de até 85% do Banco Mundial. Aqui no Brasil, só recebem 40%.

Sabem por quê? Vou contar uma novidade aqui: fala-se muito em reserva de mercado, da indústria da informática. Ninguém falou na reserva de mercado das construtoras. Se abrissemos a concorrência para empresas internacionais de construção de estradas e de hidroelétricas, teríamos financiamentos de até 85%, com 30 anos de prazo, juros de 4% ao ano.

Pois bem. Agora, chegamos a esse ponto. Mas é muito bom que depois de mais de 20 anos de tumulto calado tenhamos a oportunidade de falar dessas coisas. Agora, se não tivermos a coragem de tocar o dedo no tumor, vamos ficar a vida inteira convivendo com essas anomalias.

Mas, Ministro, dizem que “brasileiro, profissão esperança” — e vi aqui hoje, que é mesmo. A esperança nasce no homem e é do homem, para o homem. Muitas vezes ficamos a analisar o potencial deste País, potencial hidroelétrico, energético, mineral, potencial do seu subsolo, potencial da agricultura etc. E esquecemos que o maior potencial deste País está na pessoa humana, é no homem que isso reside.

O Senador Almir Gabriel é testemunha de que um dia desses tivemos a presença de uma alta autoridade, no plenário, um ex-Ministro, e que saímos daqui deprimidos. Quando cheguei em minha casa, minha mulher perguntou: o que é que você tem? Era depressão mesmo. Pensava naquilo que eu e o Senador Almir Gabriel havíamos discutido. Desculpe-me, mas isso é molecagem no último degrau. Da mesma maneira que saímos deprimidos, aquele dia, do plenário, hoje, saímos esperançosos — e a esperança não é uma coisa muito fluida, a esperança, talvez, seja coisa mais séria.

Temos um livro extraordinário do que até gostaria de pedir àquele que domina o francês que traduzisse esse livro: *Le Porche der mistere de la deuxième vertna*, onde começa, principalmente num dos capítulos mais bonitos, dizendo: a caridade é filha da generosidade; a fé é filha da inteligência, e a esperança é la fille de rien de tout, filha de ninguém.

Mas acho que o Brasil está precisando, nesse momento, de esperança cristã; esperança que é certeza. Se nós verdadeiramente entregarmos este País a homens sérios, a homens que têm sensibilidade, homens que se prepararam, eu não tenho dúvida de que sairemos deste imbróglio em que entramos. O Senador Calmon, com esta proficiência que o caracteriza, tocou numa outra corda, da questão da comunicação de massa. Sou mais rústico, não tenho a erudição do nobre Senador; então eu vou dizer — se, ao invés da pornochanchada **Globo**, se ao invés da pornô **Manchete**, nós pudéssemos discutir os problemas do Brasil! Discussão política neste País começa muito cedo, começa às onze e meia da noite. Alguém conhece aqui alguma rede de televisão que discute política e os problemas deste País antes das onze e meia da noite? Não podemos fazê-lo, porque a pornô **Globo** e a pornô **Manchete** têm que entrar às 6 horas da tarde. Não conheço em nenhum País civilizado do mundo *striptease* às 18 horas, mas já assisti aqui na **TV Globo** às 18 horas. Por outro lado, quem concede o direito desta televisão vir ao ar? Os poderes concedentes, são justamente o Executivo e o Legislativo. E nós nada fazemos! Sugere o nobre Senador João Calmon que devêssemos vincular algumas coisas. Imediatamente o Senador Alfredo Campos disse: Por que não? Nós é que concede-

mos, temos o direito de requisitar; isto não nos custa nenhum tostão. O que está nos faltando? Será que é vontade política, determinação política, até falta de esperança de nos agarrar em alguma coisa? Se for a falta de esperança, ela renasce hoje. Por que não pensarmos nisto?! Dizer para o povo brasileiro que, antes da pornô **Globo**, da pornô **Manchete**, poderíamos ouvir alguma coisa séria, não vai agradar muito anos ouvidos de muita gente, mas é muito importante que diagnosticemos os males deste País, para depois começarmos a construí-lo.

Valeu a pena estarmos aqui. Há uma coisa que devo confessar também. Sei de toda a evolução do Professor Adib Jatene, na medicina, na cirurgia. A generosidade também já conhecia, já tive a oportunidade de mandar alguns “abacaxis” para S. Ex^a. S. Ex^a me disse: não tem Previdência, então, manda; o que se vai fazer? Dei-lhe um depoimento que considero importante dar aqui. S. Ex^a operou a mulher de uma família de sitiantes que não pôde pagar nada. O sitiante, é o mais desassistido. Ele não tem Previdência Social, não tem nada e vive daquela miséria que está ali. Um testemunho bonito: eles todas as tardes se ajoelham e rezam para o Dr. Adib Jatene, que restituiu a vida àquela mãe de família.

Mas não sabia que não só sensibilidade que o Dr. Adib Jatene já tinha desenvolvido, mas também o conhecimento e a noção do importante na política. Sei que V. Ex^a teve uma passagem pela Secretaria de Saúde, por São Paulo, mas a sensibilidade política, no melhor sentido, a política com “P” grande eu não sabia que V. Ex^a o tinha e na dimensão que tem, parabéns. Acho que o Brasil está de parabéns. Repito aquela sugestão que eu fiz, de que seria importante que o Ministro Adib Jatene fosse ao Plenário para mostrar a nova cara de Ministro para o País. Isso acabou acontecendo na comissão, porque o Plenário se transportou para cá. Parabéns ao Presidente por esta convocação. O Brasil ganha muito com o concurso do Ministro Adib Jatene.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Também tenho esperança. Eu disse, no meu discurso de posse, que a situação era preocupante, causava apreensão, causava medo. Costumo dizer que o oposto do medo não é a coragem, é a fé. É preciso acreditar, e eu acredito no País, eu acredito nas suas instituições. E não acredito que algumas pessoas consigam destruir esta esperança que é de toda a Nação. Acho que a esperança está de pé. Eu acredito e tenho esperança. Espero contribuir, modestamente, na minha limitação, nesta passagem pelo Ministério, senão para realizar nada de especial, pelo menos contribuir para colocar alguns conceitos, mudar algumas idéias e dizer que realmente a grande Nação que todos nós esperamos pode ser conquistada, sim.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Concedo a palavra ao Senador Meira Filho.

O SR. MEIRA FILHO — Sr. Ministro, serei muito breve. V. Ex^a, nesta noite, afugenta e espanta de todos nós as nossas grandes frustrações, especialmente com relação às soluções dos problemas de saúde em nosso País.

V. Ex^a falou em fé, como eu sou um homem de fé, acho que o senhor foi enviado por Deus. O senhor nos deu uma aula de competência como médico-professor e como professor-médico. V. Ex^a fez um diagnóstico e disse da necessidade de um específico tratamento. Tenho certeza de que esta Casa que o ouve hoje, ouvi-lo-á sempre, porque todos nós aqui necessitamos daqueles que nos apontem os caminhos. V. Ex^a

nos acalenta hoje aqui com uma grande esperança. Quero, nesta oportunidade, render homenagens ao Ministro Jarbas Passarinho, que, pelo que li na imprensa, foi a São Paulo fazer gestões no sentido de convencê-lo a aceitar o cargo, para o qual veio ser recentemente empossado.

Esta Casa está de parabéns, estamos diante de um brasileiro que nos acalenta com uma esperança enorme. O senhor falou que acredita no País, acredita nas instituições; e eu acredito imensamente no senhor. Parabéns Ministrô.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Obrigado a V. Ex^a

O SR. EDUARDO SUP LIC Y — Associação, Sr. Presidente, Senador Almir Gabriel, Ministro Adib Jatene, às manifestações de respeito ao Ministro da Saúde. Tive a oportunidade de dizer-lhe pessoalmente do respeito que pessoas de todos os Partidos — inclusive de um Partido de Oposição como o PT, e o próprio Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores têm por sua pessoa como médico e como pessoa que atua na vida pública, como um Secretário de Saúde de São Paulo que dignificou a sua gestão.

Foi da maior importância o diagnóstico que V. Ex^a fez aqui a respeito da influência que as empreiteiras têm tido, seja na definição do orçamento, seja na definição e liberação de obras públicas deste País.

Por ocasião da visita que fiz a V. Ex^a em fevereiro último, o empresário Antônio de Castro Paixão deixou uma carta. S. S^a é Diretor da Módulo Engenharia e Comércio justamente, em sua carta descreveu formas segundo as quais empresas e engenharia têm feito obras de hospitais, em diversas cidades do Estado da Bahia e outras neste País, a preços bem superiores ao custo que ele, por exemplo, como diretor de empresas de engenharia, estaria disposto a construir. Esse empresário disse, na Comissão parlamentar de Inquérito do Senado Federal, que estaria disposto a fazer até um desafio: construir diversos hospitais por metade dos preços contratados por diversas prefeituras, com recursos do Governo Federal. E ainda assim ganharia bastante.

O Governo Fernando Collor tenciona cortar despesas para ter um orçamento mais condizente com a escassez de recursos. Se Sua Excelência tiver a atenção e a coragem que V. Ex^a aqui expôs para modificar este estado de coisa, estaremos dando um passo muito significativo.

Gostaria de formular algumas perguntas. No que diz respeito à sua intenção de suspender a contratação de construção de hospitais, como seria feito isso? Seria, por exemplo, através do contingenciamento das despesas orçamentárias em programação junto com o Ministério da Economia? O Ministro Marcílio Marques Moreira anunciou na semana passada perante os Senadores que apresentaria uma programação trimestral de obras que envolveria, portanto, um contingenciamento. Como seria este procedimento, em vista do orçamento já aprovado? Haveria eventual modificação no conteúdo do orçamento? Para isso seria consultado o Congresso Nacional e explicadas as razões?

Gostaria de perguntar, dado o seu conhecimento do Sistema de Saúde da Cidade de São Paulo e do diagnóstico que fez em diversas etapas, como avalia, hoje, o sistema de saúde na cidade? Há um esforço da Prefeitura Municipal de nos últimos três anos ter concluído a construção de cinco novos hospitais, ampliado a rede de postos de saúde e dado, efetiva-

mente, maior atenção à qualidade dos serviços prestados em cada um dos postos de saúde municipais. Alguns dos novos hospitais V. Ex^a conheceu pessoalmente. Fui testemunha de sua presença no Hospital Ermelino Matarazzo, quando da inauguração.

Na medida em que os hospitais da rede estadual e aqueles que têm vinculação com a Federação ainda não estão em situação adequada, como conseguir, num prazo razoável, o melhor equilíbrio de bons serviços nessa cidade, levando em conta a evolução de dados mencionados por V. EX^a de leitos por habitantes.

Outra questão refere-se a uma situação de abuso — não no caso de uma pessoa pobre e seu conhecimento — no caso de uma pessoa que atingiu o mais alto posto do poder neste País. Na semana em que faleceu o ex-Presidente Jânio Quadros, a ex-Deputada Dirce Tutu Quadros, telefonou-me dando a seguinte informação. Seu pai, por dez dias ou onze dias, internado no Hospital Albert Einstein, tinha feito com que ela recebesse uma conta de cento e quarenta e sete milhões de cruzeiros. Ela citou — se não me engano — sessenta ou noventa, por dez dias de UTI, mais outras despesas. Ela pediu que pelo menos se fizesse uma reflexão no Congresso Nacional sobre uma situação como aquela. S. Ex^a tinha visto, também, quarenta outras pessoas na UTI do Hospital Albert Einstein. E ela imaginava se as outras pessoas seriam submetidas a situação tal como a dela. Se isso é um abuso, que medida poderia haver correção nesta direção?

Estou de pleno acordo com V. Ex^a sobre a importância do trabalho de base para modificar os indicadores sociais e, em especial, o problema da cólera. Fiquei pensando, Ministro Adib Jatene, que talvez fosse interessante se V. Ex^a pudesse estar participando da delegação da área econômica que foi renegociar a dívida externa brasileira. Ainda ontem, o Presidente Francisco Gros nos informou que, dos credores internacionais do País, ouviu que não deveria o Brasil considerar qualquer possibilidade de desconto da sua dívida externa, que não se procedesse como para com a Polônia e o Egito, que foram casos especiais. Mas a Polônia, talvez pelo problema do receio do comunismo, acabou tendo o perdão de metade da dívida externa. Inclusive, o Brasil, que foi o segundo ou terceiro maior credor da Polónia, com três bilhões de dólares, foi um dos que aceitou perdoar 50% da dívida daquele país. Se fosse levada em conta a situação de cólera porque passa a sociedade brasileira, talvez pudessem ser outros os argumentos da equipe econômica.

De São Paulo vou passar à Amazônia. No que diz respeito à população indígena do País, haverá de fato uma política de saúde diferenciada da regionalização da Secretaria de Saúde do Governo? O Ministério da Saúde pretende dar continuidade ao projeto especial já existente na área Yanomami, elaborado pela Fundação Nacional de Saúde em 1991, não apenas para a população indígena Yanomami, mas também para as outras populações indígenas brasileiras, sejam na Amazônia ou em outros territórios?

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Muito obrigado, Senador. Vou tentar responder às suas perguntas. Quanto à construção de hospitais, ainda ontem tive um despacho com o Senhor Presidente e mencionei-lhe mais ou menos essa situação, destacando que eu estava promovendo uma revisão em todos os convênios assinados pelo Ministério, procurando estabelecer esse tipo de premissa: de as obras não iniciadas serem suspensas, as obras em andamento terem o seu cronograma

revisto. Sou daqueles que acham que a mudança de titular não deve desrespeitar o que já foi feito pelo antecessor. É claro que deve haver um mecanismo para que isso possa ser feito, respeitando a legislação. Mas eu precisava ter, primeiro, a sensação que essa formulação é aceitável. E foi aceitável para o Senhor Presidente, que me autorizou a fazer isso, e eu senti que foi aceitável neste plenário. De maneira que vamos prosseguir nessa avaliação, não ultrapassando, evidentemente, nenhum preceito legal. Verificaremos como isso pode ser feito da maneira mais correta. Mas, antes de deflagrar a ação, era preciso captar a idéia de que outros mais experientes que eu pudessem me dizer: olha, não faça isso, porque não é adequado. Mas eu senti que todos estão mais ou menos de acordo com esse direcionamento.

Quanto ao sistema de saúde na cidade de São Paulo, diante do trabalho da atual administração, devo lhe dizer que, quando secretário, fizemos aquele grande planejamento da área de saúde, o chamado Plano Metropolitano de Saúde, que veio sendo executado ao longo desse tempo, tinha financiamento que negociamos no Banco Mundial e saiu no Governo seguinte. Isso foi feito de uma certa forma. Devo confessar aqui com absoluta transparência que é unânime que esse fato de as unidades da Prefeitura em São Paulo funcionam melhor do que as outras unidades, remuneram melhor os seus profissionais, tanto que há uma drenagem de profissionais da área estadual e federal para a área municipal. Recentemente, interferi junto ao Secretário Municipal de Higiene e Saúde, porque vinte profissionais do serviço de vigilância epidemiológica da Secretaria da Saúde do Estado, prestaram concurso na prefeitura, foram aprovados, estavam dispostos a ir para lá, desfalcando, completamente, o serviço de vigilância epidemiológica.

Então, fiz um apelo a ele para que permitisse que eles fossem comissionados no serviço de vigilância epidemiológica para não desestruturar o sistema. De maneira que quanto a isso não há nenhuma discussão. É unânime opinião em São Paulo.

Entretanto, a cobertura da população ainda é absolutamente insuficiente e o Senador conhece, por exemplo, a Vila Brasilândia, que é um bairro da zona norte, tem mais de 200 mil habitantes e não tem nenhum leito, nem público e nem privado. E tem somente 4 centros de saúde para 200 mil habitantes.

A deficiência ainda é muito grande, ainda é muito importante, porque não se conseguiu nem acompanhar o crescimento populacional. A desativação de leitos e a não construção do número de leitos é grave — eu, em 1980, tinha proposto 6 mil novos leitos para cobrir a deficiência então existente, e foram construídos, nestes 10 anos, 2 mil leitos pelo poder público, dos quais boa parte ainda não estão ativados. De maneira que, realmente, a deficiência persiste e continua.

Como conseguir melhor equilíbrio entre Estado, União e Prefeitura? Estamos todos trabalhando, os envolvidos na discussão na área de saúde, reforma sanitária, etc., no sentido da municipalização. Ela tem muitos problemas, principalmente nas capitais, é a Prefeita até hoje, embora bem relacionada com o Governador, não conseguiu efetivá-la. Esse é um processo, não é coisa que se faça de repente, e acho que nós estamos caminhando e devemos utilizar a experiência dos municípios onde já houve a municipalização para verificar as distorções, corrigir os problemas. A idéia de que há prefeitos que utilizam mal os recursos é verdadeira, e mas não é a maioria e nós temos que aproveitar a experiência positiva

e condenar a negativa e não, por causa de alguns pontos negativos, mudar o sistema.

Quanto ao abuso de pagamento, este é um problema em que toquei de leve. Os hospitais que estão com uma grande incorporação de tecnologia se aproximam, no seu desempenho, dos hospitais de países do Primeiro Mundo. Há dois tipos principais. Alguns são hospitais puramente privados e que, dentro da sua característica de hospitais privados, cobram aquilo que julgam ser adequado, talvez influenciados pelo que se cobra nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, o dia de internação, a diária é, de pelo menos, mil dólares, e quando se vai para a UTI este número sobe assustadoramente. Talvez dentro desta linha, e por ter uma clientela que representa uma parcela pequena da população que realmente tem renda e condições equivalentes ao Primeiro Mundo, se julga no direito de cobrar como se cobra ali. O que há de evolução neste campo é que as pessoas que estão nesta faixa devem ter o seu seguro, de alguma forma, que é como se faz nos países do Primeiro Mundo. Todas as pessoas praticamente têm seguros e as próprias empresas são obrigadas a segurar os seus trabalhadores. Talvez este seja um mecanismo. Temos este mecanismo, em alguma medida, aqui no Brasil. Entretanto, as empresas têm as famosas exceções. Elas cobrem o atendimento, mas fazem exclusões, não cobrem o atendimento de alto custo, não cobrem o tratamento oncológico, e se forem cobrir tudo isto, os valores crescem muito.

Então, aqui, talvez, esteja o problema sobre que precisamos, eventualmente, ouvir a opinião do Congresso no momento oportuno. Devemos estabelecer que quem faz convênios para a prestação de assistência deva assumir toda a assistência daquela pessoa? Ou só assumir uma parte da assistência e a assistência mais onerosa repassar para o Inamps.

Então, na verdade, as empresas cobram, por pessoa, extraordinariamente mais que o Inamps tem disponível por pessoa. Entretanto, não dão a cobertura de todos os procedimentos, e quando têm procedimentos de mais altos custos, têm prótese etc. repassam isso para o Inamps, que arrecada um percentual muito menor.

De maneira que isto é uma coisa que precisa ser revista. Eu já convoquei as empresas de medicina de grupo, de seguro etc. e vamos discutir isso. Vamos colocar isso numa condição clara, porque se nós conseguirmos desonerar o Inamps de uma parcela da população que tem maior renda e que esta população tem a sua própria cobertura, nós vamos usar os recursos do Inamps para aqueles que realmente necessitam. É sabido que as pessoas que têm maiores condições sócio-econômica são as que têm maior facilidade de se internar mesmo nos leitos do Inamps. Como o atendimento é universal, até empresários, comerciantes, gente que tem muito poder econômico, quando vai se tratar prefere ocupar os leitos do Inamps. Como essas pessoas têm seus amigos que falam, eles conseguem ocupar as vagas que deveriam ser destinadas para as pessoas de baixa renda. E aqui é um dos problemas que nós temos que discutir e modificar, e que nós pretendemos discutir e modificar isso no Ministério, não sem antes discutir com todos os setores interessados e que, eventualmente, inclusive de ouvir a opinião dos Senadores, ou pelo menos, pedir que o Presidente da Comissão trate deste assunto no plenário, mesmo sem a nossa presença. Ou seja, este é um assunto da maior seriedade que precisa ser conduzido com todo o equilíbrio para que nós não cometamos injustiças de um lado e de outro.

Eu não sei se a minha presença na equipe econômica que foi negociar faria alguma coisa. Mas uma coisa eu garanto: se eu estivesse, eu iria pelear.

Quanto ao problema da população indígena, eu acho que isto é pacífico. Na Fundação Nacional de Saúde este problema está absolutamente colocado, não só na área Ianomani. Hoje ainda eu estive discutindo o problema dos índios tucunas, lá no norte. O Projeto Calha Norte tem um hospital com 50 leitos e que está absolutamente pronto, equipado, preparado, e que tem tudo para funcionar e não está funcionando. Então, nós estamos vendo que há os médicos civis — e os do Exército que poderiam, eventualmente, fazer funcionar esse hospital e isto foi discutido, ainda hoje. Este é um assunto que está sendo conduzido, inclusive, de interesse dos índios tucunas. Mas eu acho que quanto a isto não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Concedo a palavra ao nobre Senador Onofre Quinan.

O SR. ONOFRE QUINAN — Como quase tudo hoje em nosso País existe uma causa, existe uma razão. E a minha dedução desta causa, desta razão, principalmente, são duas: primeiro, a profunda recessão em que entrou a Nação brasileira, especialmente, nestes dois últimos anos. Lamentavelmente, não só o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, só para citar estes dois provavelmente. Enquanto continuar esta recessão, não terão recursos suficientes para resolver os problemas que o Brasil precisa resolver. Felizmente, o Ministério da Saúde colocou o homem certo no lugar certo, e isto, sem dúvida nenhuma, é um grande passo para resolver, para dar solução a esse problema. Porque a recessão é uma das causas, mas também como não tem a pessoa certa no lugar certo é também, talvez, tão grave como a primeira, e, felizmente, para satisfação nossa, de todos nós, brasileiros, temos hoje no Ministério da Saúde o homem que tem espírito público e respeita a coisa pública.

No Estado de Goiás existe o Hospital Regional do Câncer, e minha esposa, como voluntária, dá assistência ali. No ano passado, eu tive oportunidade de ir seis vezes falar com o Ministro da Saúde, para fazer-lhe um apelo, e disse-lhe da situação, da gravidade daquele hospital em Goiânia. Infelizmente, não tive sucesso. É um hospital regional, não é um hospital que atende só o Estado de Goiás. E espero que com os recursos, a boa vontade e o espírito público do novo Ministro, nós vamos ter mais isso.

Eu costumo dizer, e gostaria de afirmar também, aqui, nesta oportunidade, que os problemas brasileiros estão ligados diretamente à atividade produtiva, porque temos que proteger, de qualquer forma, para que essa atividade produtiva gere recursos para a saúde, para a educação e para as outras atividades essenciais. Acredito que o Ministro, como nós também, estamos convictos de que não podemos fazer novos investimentos em construção. V. Ex^a acabou de citar que tem os hospitais prontos, deve ter aí diversos, dezenas ou centenas, nessas condições, que não conseguem funcionar. Temos que eleger essas prioridades. Tive a grande honra de ser governador do meu Estado e digo aos senhores presentes que fui o governador que mais investiu em saneamento básico. Muito obrigado a todos vocês.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Muito obrigado, Senador. Concordo que a recessão tem responsabilidade sem dúvida, mas eu talvez acreditasse que a última área que de-

vesses ser sacrificada fosse a área da saúde. Durante a recessão é que as pessoas sofrem mais, porque aumentam o desemprego, a desnutrição. Estamos vivendo essa realidade. Acredito também, e esse é um ponto que eu não poderia deixar de colocar aqui, que precisamos meditar bastante sobre quem deve deter a propriedade dos hospitais, se é o Governo, em seus vários níveis, se são os particulares, ou se a comunidade. Defendo a idéia de que hospital é instituição característica de comunidade, deve ser da comunidade.

O SR. ONOFRE QUINAN - Permita-me um aparte. Está provado que custa mais caro a administração à distância. V. Ex^a citou, durante a palestra, que há falhas do prefeito etc. Entretanto, é importante que a população cobre do prefeito a sua falha e com muita sabedoria, porquanto o governador e o Presidente da República, as autoridades federais estão muito distantes do problema. Este é o caminho: diminuir a distância da administração.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Sou do interior, vivi no interior e sei que só conseguem incluir sobre o prefeito as populações organizadas. Nas cidades do interior, principalmente pequenas, o prefeito tem um poder enorme sobre a comunidade.

O SR. ONOFRE QUINAN — Tem o poder, mas, sem dúvida nenhuma, hoje na democracia, ele é cobrado e se não quiser escrever está liquidado politicamente.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Agora, defendo que a comunidade e a sociedade devam deter esses hospitais, devam ser proprietários. Estimo, por exemplo, que, em São Paulo, na capital, precisamos, hoje, pelo menos, de uns oito a dez mil leitos e não acredito que o poder público tenha perfil para atender a essa necessidade. Eu disse que tínhamos programado seis mil leitos e em 12 anos foram construídos dois mil e uma parte deles não está funcionando. Então, acho que a comunidade tem que participar. Que comunidade? A população pobre da periferia? Não, a sociedade organizada. Que sociedade organizada? Sindicatos patronais. Quem sabe, algum sindicato de trabalhador ou central. Talvez fundo de pensão e aí seria necessário modificar a legislação. Tivemos fundo de pensão que comprou a Mafersa. Ela podia aplicar na área social. Fundações de banco e existem exemplos: em São Paulo temos um sindicato patronal de papel e celulose. A uns 25 anos ou mais, durante um dissídio, o presidente, por acaso, era um médico, que tinha ido para a indústria de papel, ele propôs 1% da folha de pagamento, um acréscimo no dissídio de 1% da folha de pagamento, para o atendimento médico-hospitalar daquela categoria; construíram, na rua Vergueiro, em São Paulo, o Hospital do Cepaco, é um dos melhores hospitais de São Paulo e tem padrão equiparável até, seguramente, ao Incor, ao Einstein, é um hospital de primeira categoria. Eles administram com absoluta tranqüilidade. Hoje, eles têm, dependendo da indústria, do sindicato, uma que dá um e meio por cento, outra que dá 2%, fazem uma composição e tocam o hospital. Em Matão, um grupo de sete empresários associou-se e fez o que eles chamam lá de Gema, é o Grêmio dos Empresários de Matão. Esse pessoal criou um lema, que me impressionou; eles dizem: “a cidade não é do prefeito, é nossa”. Então, eles arrumaram a cadeia, as escolas, a igreja e assumiram o hospital. Reformaram o hospital e agora construíram 100 novos leitos, uma beleza e vão inaugurar agora. Eu disse ontem, num despacho com o Presidente: acho que o senhor deve ir prestigiar, isso é a sociedade organizada que está assumindo o setor social. O Governo, sozinho, não consegue, não tem orçamento, não tem condições e, mes-

mo na recessão, há setores da sociedade que conseguem assumir. Uma sociedade democrática, livre, não deve depender especificamente do governo. Isso é o que distingue uma sociedade democrática, que tem o compromisso de defender, inclusive, a própria liberdade. E, na medida em ela transfere todos os problemas para o Governo, está abdicando da participação. E temos entendido participação, infelizmente, como reivindicação, é a participação que se esgota na reivindicação. A participação tem que participar da solução. Esse é um problema que temos que ver e digo sempre, mobilizar insatisfações é muito fácil e como, é uma beleza mobilizar insatisfação e cobrar dos outros, agora atender reivindicações, é difícil.

Tenho como experiência o seguinte. Quando eu estava projetando esse grande plano metropolitano de saúde em São Paulo, chamei um religioso que mobilizava uma grande área da cidade e disse-lhe: — Vamos construir dois hospitais e eu gostaria de saber se o senhor, que tem essa influência sobre toda a comunidade, não gostaria de organizar duas associações para assumirem a direção e a administração desses hospitais. Ele parou, pensou e disse não e eu perguntei o porquê e ele disse: porque prefiro reivindicar do senhor do que o senhor vir cobrar de mim. Então, há um certo cinismo naqueles que fazem apenas a participação reivindicatória. Acho que o Governo tem que apoiar iniciativas como as que estão sendo feitas em Matão. E em outras cidades do interior de São Paulo tem acontecido isso.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Concedo a palavra ao Senador Lucídio Portella.

O SR. LUCÍDIO PORTELA — Sr. Presidente, Sr. Ministro, aplaudo com grande entusiasmo a escolha da nomeação de V. Exª para o cargo de Ministro da Saúde. Fiz coro ao que ouvi em todo o Congresso e ao que consegui auscultar em todo o País, por onde estive. Realmente tudo que V. Exª disse reflete o sentimento de um grande brasileiro, de homem de grande experiência e de grande visão dos problemas do Brasil, não só de saúde, mas dos problemas administrativos no Brasil.

Na minha terra, que é o Piauí, um dos mais carentes Estados da Federação, temos, infelizmente, um bom serviço de saúde na capital. Lá instalou-se uma faculdade de medicina, na década de setenta e para funcionamento dessa faculdade foram cedidos os leitos hospitalares existentes, no sentido de servirem de ensino. Então, temos, no momento e tínhamos desde o início, 300 leitos no hospital geral, 200 leitos numa maternidade, 150 leitos no hospital de doenças infecciosas, 150 leitos no hospital infantil e 300 leitos no hospital psiquiátrico. Portanto, realmente foi feita uma adequação perfeita e esse sistema, é uma cidade pequena, funciona muito bem. Apesar disso, resolveram fazer, recentemente, um hospital universitário, sem nenhuma necessidade, porque sabemos que além do momento ser inoportuno, momento de recessão e de dificuldades para o País, além disso, os hospitais universitários, todos eles, funcionam mal em todo o País. Funcionam mal porque tudo neste País se joga em cima do Inamps. O Inamps é que sustenta os hospitais universitários. O Ministério da Educação não se sente na obrigação de dar um real de participação na manutenção desses hospitais, como acontece no Piauí.

De forma que acho que V. Exª pensa muito bem em conter essa onda de construções no País, principalmente quando não são prioritárias. Acho que esse é o caso do nosso estado. Naturalmente que todos nós nos orgulharíamos de

possuir um hospital universitário, mas possuímos os leitos necessários para o ensino. Uma faculdade com apenas 50 médicos por ano, os leitos são mais do que necessários para isso. De forma que acho que V. Exª pensa muito bem e está numa trilha certa.

Mas, referindo também às empreiteiras, tenho um depoimento a fazer: no meu estado uma empreiteira foi, recentemente, ainda na gestão anterior, se oferecer para construir um hospital numa cidade do interior. No caso, eles ofereceram para Picos. Então, já foram com o orçamento e a planta do hospital, e o Governador mandou que o Secretário de Obras Públicas examinasse o projeto. O Secretário examinou a planta e disse à empreiteira: “Olha, queremos a verba, não para construir um hospital mas, três hospitais”. A resposta da empreiteira foi a seguinte: “O dinheiro foi dado para construir um hospital, se vocês não querem vamos levar para outro estado”. E, assim foi feito.

Eu gostaria de saber de V. Exª como está a contribuição, nos estados e municípios, para a manutenção do sistema de saúde? Porque, se não estou mal informado, vejo que esse custeio está nas costas do Inamps, o que não me parece justo, principalmente nos estados maiores, nos estados que são considerados ricos no País. Não tenho dúvida nenhuma de que V. Exª vai, também, realizar uma grande obra em favor da classe médica brasileira, no sentido de restaurar o prestígio da nossa classe, que se acha muito abalado. Prestígio esse que foi abalado sobretudo pelo Ministro Alceni Guerra. O Ministro saía daqui e chegava ao Rio de Janeiro, visitava o hospital, como fez no Andaraí, um hospital excelente, que estava sofrendo os mesmos males de todos os hospitais brasileiros; desorganizado e funcionando mal por falta de recursos. Lá chegando, não encontrou o diretor do hospital no momento, porque o diretor do hospital não é obrigado a ficar as 24 horas do dia no hospital, às vezes o diretor sai, como esse diretor do Rio, que saiu até para tratar de negócios do hospital. O Ministro chegou, fez o maior alarde, demitiu o diretor do hospital porque não estava presente, demitiu algum médico que tinha faltado porque não estava de plantão e, até culpou pela má assistência e pelo mau funcionamento do hospital exclusivamente a classe médica. O que é uma inverdade, porque a classe médica trabalha e se esforça para cumprir bem o seu dever. Não tenho dúvida nenhuma, sou médico e tenho essa convicção. Muitas vezes o que há é o desestímulo da classe ou as más condições de trabalho.

O Ministro saiu, deu as costas, fez isso depois em outros hospitais e com outros aposentados dando-lhes igualmente as costas, não contribuiu com os recursos necessários para a melhoria dos hospitais e os hospitais continuaram funcionando numa péssima situação.

Então, não tenho dúvida nenhuma, Ministro, de que V. Exª não vai fazer o mesmo. V. Exª não vai culpar a nossa classe, a classe médica, pelo mau funcionamento dos hospitais. V. Exª sabe que os hospitais estão funcionando mal pela falta de recursos. O que precisamos é arranjar recursos, seja como for, para melhorar a situação dos hospitais.

Outra pergunta que eu gostaria de fazer a V. Exª, mas já fiz referência a ela, é quanto à situação dos hospitais universitários. Se o Ministério da Educação participa do custeio dos hospitais universitários?

Era o que tinha a dizer.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Muito obrigado. Agradeço ao Senador por ter tocado nesses dois assuntos, que reputo da maior importância.

O plano do hospital universitário no Brasil é mais ou menos o que disse V. Ex^a. Todos nós sabemos da situação dos hospitais universitários.

O Ministério da Educação participa, sim, ele tem uma participação, mas uma grande parcela é do atendimento do Inamps.

O problema do hospital universitário e do hospital público em geral é que eles passaram a ser sinônimo de hospital de pobre, que oferece pobreza de atendimento. Esse é o grande problema. O hospital, se se transformar num hospital de pobre, e o pobre quando se interna no hospital ele encontra, por pior que seja o hospital, uma situação melhor do que a da casa dele. Ele não tem condição de avaliar, ele não é capaz de dizer se esse hospital é bom ou ruim. As pessoas que têm uma condição melhor é que são capazes de avaliar o hospital, especialmente aqueles que podem escolher.

Tenho defendido essa posição, inclusive já escrevi um artigo sobre isso, que foi publicado na imprensa, do que chamei hospital público competitivo. Defino o hospital público competitivo como aquele que é procurado não apenas por quem não tem outra opção mas, também, por quem tem possibilidade de escolher, e escolhe o hospital público, não porque ele é gratuito, mas porque ele é bom.

Temos na própria Constituição a proibição do hospital público cobrar a qualquer título. Isto precisa ser modificado, porque se persistir o que o hospital público vai acabar fazendo é financiar os convênios, financiar os seguros, porque ele atende ao segurado dessas instituições e não cobra. Então, ele desobriga essas instituições da despesa e ele, que não tem recursos, a assume. Todos os pronto-socorros que funcionam em hospital público no País atendem pessoas que têm, pelo menos, o seguro obrigatório, e que são conveniados, têm seguro e podem pagar, e nenhum deles cobra. E eles estão funcionando mal, porque não têm receita. Isso me parece um contra-senso.

Esse esquema obriga a que os médicos que trabalham nesses hospitais — e aqui me refiro ao problema da classe médica — por salário, trabalhem em outro hospital, por atendimento, criando o chamado duplo vínculo. Quem criou o duplo vínculo não foi o médico, foi o hospital público, o hospital universitário, que proibiu o médico de atender ao doente que podia remunerá-lo e o transformou num assalariado. Qual é o inconveniente do médico ser assalariado? Há inconveniente. Há situações em que não há outra solução e ele terá que ser assalariado, mas o assalariamento indiscriminado tem graves inconvenientes em relação ao médico. Por quê? Porque o médico tem que ter duas características principais: ele tem que ter o vínculo com o doente que trata e tem que ter a responsabilidade pelo doente que trata. Então, o vínculo e a responsabilidade são indissociáveis da característica da profissão. O que acontece com o médico assalariado? Geralmente, rompe o vínculo e não considera-se responsável, porque ele tem vários empregos e ele não pode estar em vários lugares, ao mesmo tempo.

Fizemos uma experiência no Incor, procurando fazer com que o médico ficasse só naquele hospital e que ele tivesse o seu corpo clínico. O resultado foi excelente e levou a instituição ao ponto em que ela está. O médico assalariado se comporta como assalariado. Quando assumi a Secretaria de Saúde, em São Paulo, houve a primeira greve de médico. Então, os jornalistas me perguntaram: "O que o Senhor acha de greve de médico? Pensei e disse: Olha, os médicos estão sendo

transformados em assalariados, então ninguém estranhe se eles se comportarem como assalariados. Esse é o problema. Costumo dizer que o médico, na sociedade, por ser o indivíduo que trata das pessoas, precisa do tempo disponível para poder acompanhar o seu doente, para poder se preparar e se atualizar. Deixar um médico mal pago, com vários empregos, correndo para cima e para baixo, rompendo vínculos e responsabilidades, não é ruim para o médico, mas para o doente que vai precisar desse médico. Ao contrário, ter um médico economicamente estável, que dispõe de tempo para se dedicar aos seus doentes e que desfruta de uma posição boa na sociedade, não é bom para o médico, e sim para o doente que, um dia, vai precisar desse médico.

Então, creio que a posição do médico na sociedade está sendo interpretada de uma forma equivocada e é consequência — já meditei sobre isso — da perda de poder. No passado, o médico tinha todos os seus instrumentos de diagnóstico numa maleta. Quando o doente se sentava na frente do médico, quem detinha o poder do diagnóstico era o médico. Hoje, com a tecnologia incorporada, especialmente a tecnologia de diagnóstico, o diagnóstico está se transferindo para as máquinas, para os aparelhos e, quando o doente se senta na frente do médico, não sai com um diagnóstico, sai com um maço de exames. O médico perdeu o poder diante do doente. Como a remuneração do trabalho médico é realizada nos níveis atuais especialmente esses que trabalham com a Previdência Social, chegou-se ao absurdo, em determinados locais, de o médico tirar a cadeira do consultório para o doente não sentar, porque, se o doente sentar, começa a falar e demora e há um determinado número de doentes para se atender por dia.

Trata-se de uma distorção do sistema. Se a isso associarmos a formação inadequada nas faculdades e a perplexidade que as faculdades têm diante do desenvolvimento científico e tecnológico e da pouca disponibilidade de recursos, montamos um quadro em que ou buscamos uma modificação global nesse sistema ou não temos como atender. De um lado, há a necessidade do profissional e, de outro lado, as exigências do doente.

É muito fácil acusar o médico, mas o médico é a maior vítima do sistema. O empobrecimento do médico como categoria não aconteceu em nenhuma outra profissão. A profissão que mais deteriorou, ao longo desses trinta anos, foi a profissão médica. E isso é de interesse da sociedade e precisa ser recomposto, senão corremos o risco de qualquer sistema que venha a ser implantado não funcionar.

Há um estudo na Secretaria sobre empregos na área de saúde. Levantou-se esses empregos e concluiu-se que, da área do ensino superior, existem 267 mil empregos: 197 mil são médicos, 30 mil são dentistas, 20 mil são enfermeiros, mas 197 mil são médicos. Ou resolvemos o problema do médico no sistema ou não tem sistema. Acho que isso é da maior importância.

Muito obrigado por sua lembrança desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Senador Lavoisier Maia, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LAVOISIER MAIA — Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Almir Gabriel, eminente Ministro da Saúde, quando começou a circular a notícia do convite a V. Ex^a para ser Ministro da Saúde, vi muitas pessoas torcerem para que V. Ex^a aceitasse. Criou-se aquela expectativa, a torcida era grande, principalmente da parte de quem conhecia V. Ex^a mais de perto: como V. Ex^a poderia compati-

bilizar o seu tempo de grande cirurgião, salvador de vidas no Brasil inteiro, com o cargo de Ministro da Saúde? Graças a Deus, V. Ex^a foi iluminado por uma luz mais forte e aceitou, compatibilizando.

Sou médico, fui Secretário de Saúde e Governador. Ouvi atentamente o que V. Ex^a e todos os Srs. Senadores colocaram. Alguns afirmaram que o setor de comunicações é importante. Porém, entendo que há tanta desinformação, que causa, inclusive, mal a muitas pessoas e comunidades que não vejo porque não reverter isso que os jovens tenham uma orientação melhor nas áreas de saúde e na educação? Não o fazem. É como disse o Senador Ronan Tito: "Só depois de meia noite que passam os noticiários".

Esse é um problema sério. Quem pensa deseja bem a este País — e tiver força — deveria modificar a realidade.

Quando V. Ex^a falou no sistema de saúde, lembrei-me que para se projetar um pólitico, ao construir um hospital em uma região, preocupa-se apenas com a parte mais fácil, ou seja, a construção, esquecendo-se da manutenção, operacionalização, instrumentalização e funcionamento, que são mais difíceis. Assim é quem para fazer média a opinião pública constrói-se obras faraônicas que não funcionam bem, principalmente no setor da saúde, quando, no caso, é a medicina primária que está faltando no Brasil. Quando governador, ou mesmo antes, como Secretário da Saúde, percebia a falta de assistência primária no interior do meu Estado, onde nunca houve médico ou posto de saúde. Fiz um planejamento, aprovado pelo governador, de regionalização: um médico para cada três municípios. Depois, como governador, conseguir pelo menos um médico morasse em cada município do Rio Grande do Norte, com unidade de saúde, ambulatório, pequenos postos de saúde na zona rural, com medicina delegada, e hospitais regionais, dentro de uma orientação que, quando deixei o governo, funcionando bem. Lamentavelmente, vejo com tristeza que isso não mais ocorre. V. Ex^a coloca com muita competência e conhecimento da causa a resolução dos problemas da diminuição da mortalidade infantil, enfim, os indicadores de saúde e sociais a que V. Ex^a se referiu.

Ademais, V. Ex^a teve muita coragem em colocar o problema das empreiteiras, que é real, lamentavelmente, neste País. Isso entristece quem tem amor ao Brasil, quem tem espírito público e quer o desenvolvimento desta Nação, como o nosso eminente Senador deu mostrou caso concreto, doloroso em relação ao Piauí.

Com a competência, a coragem e a fé de V. Ex^a, peço-lhe que passe esses três anos no Ministério da Saúde, para felicidade do povo brasileiro e nossa querida Pátria, o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Muito obrigado, Senador Lavoisier Maia. Estou até um pouco constrangido, porque imagino ter alcançado este patamar através destes anos de luta, trabalho e, principalmente, experiência adquirida com a idade, que diminui o vigor físico, soma reflexão e meditação.

Quando não se medita sobre os problemas, é muito difícil equacioná-los. A equação social é muito complicada, porque tem muitas variáveis. E se não se consegue entender essas variáveis, pelo menos, fica muito difícil equacionar os problemas. Penso, sinceramente, que a primeira medida para resolver algum problema é equacionar bem.

Como médicos, aprendemos isso desde o início da Faculdade. Se o diagnóstico não estiver correto, o tratamento será errado. E isso acontece só em medicina ou administração.

Quando levamos um automóvel que está falhando ao mecânico, que diz que é o carburador, quando é o caminho que está entupido, ele troca o carburador inteiro e o defeito continua. O diagnóstico é fundamental. Por isso, nesta fase em que estou envolvido interessa-me muito ouvir a experiência de quem dedicou a sua vida ao serviço das populações, das pessoas, para que o meu diagnóstico se aprimore e para que, em consequência, o erro seja minimizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Tem a palavra Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS — Sr. Ministro, V. Ex^a assumiu o Ministério em nuvens de escândalo. Somos, no Senado, sete médicos e desejávamos que V. Ex^a tivesse pleno êxito na sua administração.

V. Ex^a deixou agora de auscultar o organismo humano para auscultar o organismo social. Temos um País com divergências regionais muito grandes. Sou Senador por Roraima, onde o cólera não nos assusta. O que nos assusta lá, hoje, realmente é a desnutrição, a malária, um corcecos na população indígena etc.

O médico é aquela pessoa que a população procura na desgraça e encontra na felicidade. Agora, gostaria também que este léxico fosse transmitido: o Ministério da Saúde o procurou na desgraça e o encontrou na felicidade.

Desejamos que a administração de V. Ex^a seja a todos esperamos. Não tenho nada contra o ex-Ministro Alcení Guerra, que apenas se preocupou mais com a liturgia do poder do que administrar especificamente o Ministério. Não priorizou, porque administrar seria priorizar suas ações, o que não ocorreu.

Eu gostaria que V. Ex^a fizesse um projeto sobre o que disse a respeito da classe médica, a fim de discutirmos o assunto no Congresso. Por que não podemos dar responsabilidade para um médico assalariado? Existe a Lei nº 3.999, de 1964, que diz que o médico ganha apenas dois salários mínimos. Não há condições de um colega médico ganhar apenas isso.

Outra preocupação minha é como está o INAN — Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição no Ministério. Retirou-se o Programa do Leite, o que realmente, de qualquer forma, vem afetar a população mais carente. Especificamente, gostaríamos que V. Ex^a explicasse como está esse programa. Existe a intenção de pelo menos o Ministério colaborar com a alimentação do povo, já que o básico seria realmente a nutrição?

Outro item importante: como podemos ajudar, em regime de urgência, o Senado Federal quanto a esse problema do Finsocial? Liberarmos esse dinheiro para o Ministério para que pudesse resolver o problema, principalmente da área hospitalar que está totalmente sucateada?

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — A minha intenção em trazer o problema do orçamento no Ministério é alertar para relevância da parcela do Finsocial foi no sentido de conseguir, diante desta conscientização, o apoio para mobilizar as instituições, as federações, as confederações empresariais e criar um clima favorável para que isso pudesse ser realizado. Além disso, houve a intenção de estimular a própria área econômica do governo para que se envolva com mais interesse na solução desse tipo de problema.

Há um aspecto na área econômica do governo, com a qual há preocupação. É interessante fazermos um comentário

a respeito. Primeiro porque há pessoas da área econômica que entendem que ganham essas questões sobre inconstitucionalidade, em que pese a opinião da grande maioria, que acredita que isso não ocorre. Se ganharem tudo bem, recebem tudo; se não, devolvem o dinheiro. Mas há um detalhe: o Governador Fleury fez um estudo, discutimos isso e S. Ex^a fez um oportuno alerta. Se os empresários ganharem, e eles receberem o dinheiro de volta, esse dinheiro é considerado recurso não tributado. E sobre ele deverá incidir o Imposto de Renda e as obrigações sociais, o que vai representar mais ou menos 45% do valor. De maneira que, de qualquer jeito, a área econômica do governo ficaria com praticamente a metade. No entretempo, esse dinheiro é capital de giro da Caixa Econômica Federal. Há necessidade de se discutir isso com mais propriedade, diante da necessidade social. Por isso que insisto nisso.

Com relação ao INAN, tive uma reunião anteontem. Não com a direção, mas com um grupo de funcionários e de pessoas responsáveis, pesquisadores idôneos para justamente discutirmos a posição do INAN: é um distribuidor de alimentos ou é um Instituto que estuda a nutrição e a alimentação da população? Tive uma grata surpresa: o INAN tem uma série grandes de trabalhos científicos publicados, estudando cuidadosamente a população brasileira, vendo os níveis de desnutrição e, algo que me chamou muita a atenção, os níveis de obesidade. O Brasil é um país com 32% de obesos. E não são classes abastardas, não! É a população de menor renda! Porque segundo os estudos do INAN, a alimentação básica da população brasileira é constituída de arroz, óleo, e açúcar. Eu disse: Não pode ser! Ele disse: "É, está aqui o estudo". não inclui o ovo? Não. Leite? Muito pouco. Carne? Nem pensar. Esse é o problema do INAN. Temos que buscar uma solução.

Em São Paulo, quando estava na Secretaria, e faziam assembleias, e me pressionavam, geralmente eu pedia para que constituíssem um grupo para discutir na secretaria. E num desses grupos, discutíamos se deveríamos dar o ticket para pegarem o leite no armazém ou no supermercado, ou se deveríamos distribuir o leite em pó. Cada um opinou, e havia uma senhora, uma alagoana brava, fechada, olhando para baixo. Eu disse: O que a senhora acha? Ela disse: "O senhor aumenta o salário do meu marido que eu compro e não preciso de esmola".

É preciso ir em busca de uma solução para esse problema. Vamos ficar distribuindo alimentos de graça ou vamos providenciar uma melhoria da situação da população de salário, de renda para que possam comprar? Surge, então, a afirmação: não, mas área materno-infantil sofre, as gestantes, pelo menos, tinham que receber, juntamente com as crianças. Observem que há vários problemas que se entrelaçam. Como resolvê-los? É imprescindível haver a rede básica, a atenção primária organizada. Isso é que é o fundamental.

Devo dizer que o Ministro Alcení Guerra pode ter cometido alguma inconveniência e será evidentemente julgado, mas é necessário reconhecer que ele fez vários acertos. Quanto aos agentes comunitários de saúde, por exemplo, podemos discutir a forma como foi feita, mas é um programa de primeiríssima importância para a população de baixa renda. E são esses agentes que estão impedindo a propagação em larga escala da cólera no Nordeste e na Região Norte. Por isso, o programa precisa ser incrementado. Em algumas áreas, a atuação foi muito boa. Estamos com uma campanha de vacinação preparada contra o sarampo para alcançar 50 milhões

de crianças de nove meses a 14 anos. Isso ainda não se fez no mundo até hoje! Ou por outra, fez-se em Cuba, que é uma ilha pequena. Num país continental, ainda não foi feito. Isso está despertando o interesse da Organização Pan-americana de Saúde, porque se der certo, o sarampo passa a ser uma doença erradicável, como foi a varíola e como está sendo a poliomielite.

Tenho a impressão de que há muito o que se analisar com isenção, para que não se cometa a injustiça de considerar que todas as ações não foram boas ou que todas foram boas. Somos um pouco maniqueístas: ou somos a favor, ou contra. Mas, como diria o poeta: "Entre o preto e o branco há muitos tons de cinza", não temos essa tranquilidade de avaliar os erros e os acertos e fazer o balanço geral.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Ministro Adib Jatene, não sei se V. Ex^a gostaria de fazer algum fecho.

O SR. MINISTRO ADIB JATENE — Se me for permitido, o único fecho que quero fazer é dizer que estou profundamente sensibilizado, agradecido e honrado com essa recepção que tive aqui. Peço a Deus que, quando estiver saindo, eu possa vir aqui e receber manifestação semelhante.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Obrigado, Srs. Senadores. Pedi ao Senador Francisco Rollemberg que fizesse a saudação final ao nosso Ministro Adib Jatene, mas S. Ex^a delegou a mim mesmo para que eu a fizesse, o que para mim é honra e uma enorme alegria.

Quero saudá-lo como amigo, como cirurgião e como político. Não vi até hoje nenhum Ministro vir aqui ao Senado e receber no plenário da comissão, em primeiro lugar, o comparecimento quase total. Foi o que disse o Senador Ronan Tito, transferiu-se o plenário do Senado para o plenário da comissão.

O segundo aspecto, é que não vi até o presente momento, aqui praticamente ser entregue a um Ministro um cheque em branco, na medida em que S. Ex^a colocou a necessidade de rever o orçamento do Ministério, deu os seus números e nenhum Senador questionou os dados que foram apresentados, nem se eram ou não absolutamente necessários os valores que estavam sendo colocados. V. Ex^a bem sabe que este é um Plenário que reúne pessoas de situação e de oposição, e dentre elas há pessoas que têm uma posição renitentemente de oposição, ou insistentemente de situação e, no entanto, vimos de todos os Senadores um comportamento cavalheiresco, um comportamento de reconhecimento do seu saber científico, da sua probidade, da sua competência; V. Ex^a é um cirurgião que fez aquilo que é extremamente incomum entre os profissionais que galgam ou chegam ao limite do conhecimento e do saber de que V. Ex^a é detentor. Em geral, as pessoas que chegam nesses limites querem se afastar da política, não querem se envolver na ação pública e muito menos na gestão da coisa pública, especialmente numa situação caótica, porque muitas dessas pessoas consideram que o momento ou a própria administração podem abalar o seu prestígio, podem abalar o seu conceito.

Então, senti muita evidência da parte de todos os Senadores, exatamente o reconhecimento de que V. Ex^a vem para o setor saúde, para o Ministério da Saúde no momento em que eu diria que ele está comatoso; e eu diria que o diagnóstico até então aqui feito era o de que estivesse dormindo e com alguma insônia, ou talvez alguns momentos de agitação, mas na verdade era um sono. E o diagnóstico trazido por V. Ex^a

é realmente de coma, é de anemia ou de falta de recurso, falta de sangue, falta de oxigênio que está levando a ação governamental a essa atuação anêmica, diante da gravidade da situação brasileira.

Tenho repetido algumas situações que me parecem quase neuróticas. Não consigo entender que um país possa chegar a um momento de acabar a sua Constituição, mudar a sua Constituição, fazer uma nova Constituição se ele não estiver vivendo crise política, crise social, crise econômica, crise institucional.

A grande questão é que a nossa esperança, às vezes, se transforma em fantasia, ao pensarmos que no momento em que se promulga a Constituição, todos os problemas estarão resolvidos, e não considerarmos que tudo aquilo que levou a crise para a mudança, até do balizamento legal maior, persiste, e que agora existe um novo balizamento para fazer essas transformações que foram acordadas pelo conjunto das sociedades.

Não temos dúvida alguma: a Constituição brasileira não é perfeita. Vários companheiros que estão aqui participaram ativamente da construção da nossa Carta Magna. Ela não é perfeita, e não há obra humana perfeita, mas também não tenho dúvida alguma de que a nossa Constituição avança seguramente em muitas áreas, e uma delas com certeza absoluta, é a área da saúde, mas especificamente a área da seguridade social.

Eu diria que V. Ex^a assume o Ministério num momento de extraordinária significação, que é o da mobilização da sociedade brasileira e dos profissionais de saúde para uma reflexão com vistas às questões da saúde, mas ampliando-a segundo uma visão de bem-estar. Ou a saúde é contida numa visão maior de bem-estar, junto com a possibilidade de a pessoa ou a família saber que no momento em que houver uma pessoa deficiente em situação grave com impossibilidade de ser assistida, que o Estado e a sociedade possam ajudar bem como a pessoa no momento de perder a sua capacidade laborativa, ou aposentar-se que a sociedade ou a sua associação também possam a ela prestar serviços. No momento em que formos capazes de entender que a base legal, a base constitucional existente, ela dá ao setor saúde, sim, uma responsabilidade específica, mas dá também a ele, no meu entender, uma responsabilidade política muito grande que é o de puxar para o conjunto da reflexão da sociedade brasileira e dos políticos também sobre o imenso material, o imenso arsenal, o imenso instrumental que a atual Constituição dispõe no sentido de uma mudança substancial em relação ao destino deste País.

Também tenho nesses últimos momentos me referido, com certa neurose obsessiva, de que somos um País muito atento para resolver os problemas imediatos; que somos um País que grita, reclama, protesta, faz discursos candentes sobre as coisas que estão acontecendo no momento, e tem extraordinária dificuldade de olhar quinze anos ou vinte anos na frente para saber de que maneira pode planejar o País e até sair dessas situações de emergência.

Acho que a atividade médica, a atividade de pronto-socorro deixa isso muito claro. Nenhum de nós, atendendo em pronto-socorro, atende à emergência sem saber a totalidade do corpo e a situação geral vivida pela pessoa. A hipertensão, a baixa de pressão arterial, ela é causada por mil processos. Se não soubermos a causa da pressão arterial, vamos sempre, sempre, dar baixa à pressão arterial, dar o mesmo remédio e quase nunca curar.

Então, essa mesma visão de médio e longo prazos me coloca uma possibilidade de ver o seguinte: este País terá, no ano 2010, cento e noventa e dois milhões de habitantes. Doze milhões de pessoas com mais sessenta e cinco anos de idade; cinquenta milhões de pessoas com menos de quatorze anos de idade, cento e trinta milhões de pessoas economicamente ativas e reprodutivas, sem que este País tivesse feito qualquer política populacional, sem que este País tivesse tentado chegar a um projeto como esse, ser o primeiro país do mundo a ter uma proporção ótima, tão boa de pessoas economicamente ativas versus pessoas dependentes.

Todas as vezes em que vejo pessoas dizerem que a Previdência está falida, que o sistema seguridade social é impossível, que pensam numa Previdência e numa seguridade escandinava, fico refletindo sobre se essas pessoas realmente têm um mínimo de reflexão mais profunda sobre o País.

A questão básica é sabermos qual o projeto que iremos adotar. Vamos continuar nesse projeto excludente em que temos hoje setenta a oitenta milhões de pessoas economicamente ativas, mas só estão empregadas realmente quarenta e cinquenta milhões. Ora, se estão empregadas quarenta e cinquenta milhões, só esse grupo é que desconta para a seguridade social, só esse grupo é que contribui. No entanto, as necessidades correspondem à totalidade dos oitenta milhões.

Então, não tenho nenhuma complicação na cabeça de sentir que a saúde é um direito universal. Não posso considerar que o meu filho, o meu neto, eles têm direito, sim, de sobreviver, mas o filho de um operário não. O direito a essa vida pode ser distribuído de acordo com a renda de cada qual. Acho que já passamos, já superamos essa condição. Estamos em final de século, começo de novo milênio em que a humanidade já não discute mais a questão da universalização. Temos de discutir a integralidade da atenção à saúde. Mas diria que o problema está muito menos dentro do setor de saúde e muito mais dentro do projeto econômico. Se continuarmos com o modelo econômico excludente, chegaremos a ter cento e trinta milhões de pessoas reprodutivas e pessoas produtivas, mas que não estarão inegavelmente na produção.

Estaremos diante de uma possibilidade dramática. O Brasil se defronta com a questão da Aids, que é muito séria. Fazemos discursos de quando em vez sobre essa doença. De quando em vez, sai propagandas a respeito da prevenção da Aids, mas esse mal tem características que são extremamente complicadas. V. Ex^a sabe que o Estado de São Paulo já começa a pagar mais do qualquer outro Estado brasileiro essa mesma distorção. Não é a cidade de São Paulo, mas Santos, que apresenta um problema extremamente grave a provavelmente centenas, milhares de pessoas contaminadas. Poderemos chegar ao ano 2010 com uma população de adictivos bastante grande; poderemos chegar a alguns milhões e bem como em alguns países da África que, em cada três crianças, uma delas é órfão de adictivo.

Então, o que a mim me parece, enquanto não formos capazes de entender que o desenvolvimento tem que ser capaz de produzir emprego, criar renda e aí sim começarmos a fazer uma transformação radical e importante, se, de outro lado, não formos capazes de ver que Previdência, junto com saúde, junto com assistência, e toda uma política compensatória do Governo e que a ele cabe manifestar trabalho pela sua organização, e fazendo disso uma reflexão para o Estado e para o município.

Terceiro lugar: precisamos entender que a unidade de trabalho hoje, no Brasil, não é mais um milhão de habitantes,

nem centenas de milhões de habitantes, ou pensamos na família, no trabalho e na comunidade, como unidade de ação, ou vamos continuar sempre colocando essa responsabilidade difusa que diz o seguinte: Temos 50 milhões de mulheres, temos tantos milhões de crianças. Temos tantos milhões disto, tantos milhões daquilo. E quando vamos agir, o fazemos sobre uma questão que a ninguém corresponde. Quer dizer, na hora em que formos capazes de raciocinar que numa determinada comunidade composta de 200 mil famílias é bom que, pelo menos, o chefe da família, homem da mulher, tenha emprego e tenha renda e que caberá à comunidade começar a trabalhar nessa direção a não só o Governo Federal. Cabe à sociedade e não só aos políticos e administradores, alcançar aquela percepção que me parece fundamental: ou colocamos em nossa cabeça que não somos hóspedes do País, não somos hóspedes do Estado, não somos hóspedes das cidades, mas sim, cidadãos, ou então não teremos solução, realmente.

Eu diria que V. Ex^a chegou num momento de excepcional importância, porque pode fazer uma inflexão para uma reflexão melhor sobre as questões da saúde e, certamente, sobre as questões da seguridade social; pode, sobretudo, influenciar sobre um assunto que tenho visto com extraordinária preocupação: são as reflexões sobre as reformas constitucionais. Pelo fato de não ter sido possível operacionalizar muitos dos conceitos que estão na Constituição, por incompetência, por corrupção, por falta de compromisso político, ou realmente, por crise impossível de ser resolvida que, em função disso, se faça algo muito simples no Brasil: vamos mudar. Temos experiência na área de saúde. Quem lê os escritos de Barro Barreto, em 1930, 1933, 1936, verá que se mudamos algumas das palavras que ele usava, praticamente é que se está dizendo hoje, o discurso é o mesmo dele. No entanto as palavras nós mudamos. Ao invés de falarmos distrito, ao invés de falarmos regionalização, falamos uma outra coisa. Então temos uma enorme capacidade de mudança de nomes, mas os problemas continuam os mesmos.

Eu diria que nos defrontamos com uma enorme preocupação, diante da contingência e determinação de se fazer a revisão Constitucional, a de que se resolva mudar tudo, pelo simples fato de que não deu certo, eu diria que V. Ex^a tem a responsabilidade de provar que pode dar com a experiência de V. Ex^a, quer como profissional médico, cirurgião, fazendo a mais complicada de todas as cirurgias e, em grande quantidade, portanto não apenas em situações eleitas e especiais. A situação de V. Ex^a pelo fato de ter aceito o encargo na Secretaria de Saúde, e vindo agora para o Ministério da Saúde, dá a sua passagem uma responsabilidade, tenho certeza absoluta que seus ombros podem suportar, pelo que já tem demonstrado no passado.

Há um dado ao qual faço questão de me referir também. O Senador Francisco Rollemberg considerou bastante interessante o fato de que falamos aqui durante horas e horas, mas que foi a primeira vez que, ao discutir-se com um Ministro da Saúde, falou-se tão pouco em doença. Não sei se V. Ex^a prestou atenção nesse detalhe. O próprio Senador Mansueto de Lavor levantou a questão do cólera, mas disse que se resguardaria para tratar mais adiante. S. Ex^a está querendo discutir a questão de maneira mais ampla. Posso afiançar-lhe que esta Comissão do Senado terá todo o empenho, todo o interesse de prestar todo o apoio ao Ministério da Saúde, na certeza de que V. Ex^a, ainda que erre, errará sempre com intenção patriótica e que nós teremos todo o interesse em ajudá-lo a não errar, porque é uma situação extremamente grave o estado de coma em que se encontra a saúde no Brasil.

Queremos festejar a sua vinda e dizer-lhe que, quer de maneira formal, quer de maneira informal, o Senado Federal está a sua disposição no sentido das grandes mudanças que V. Ex^a tem nos ombros a responsabilidade de fazer.

Muito obrigado. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19 horas.)